A floresta habitada:
História da ocupação humana na AMAZÔNIA

Tatiana Corrêa Veríssimo
Jakeline Pereira

Ilustrações
Livando Malcher
Biratan Porto

A floresta habitada

História da ocupação humana na AMAZÔNIA

Tatiana Corrêa Veríssimo
Jakeline Pereira

Ilustrações
Livando Malcher
Biratan Porto

Belém - Pará - Brasil
2020

Copyright © 2020 by Imazon

Autores
Tatiana Corrêa Veríssimo
Jakeline Pereira

Colaboração
Adalberto Veríssimo

Ilustrações
Livando Malcher
Biratan Porto

Histórias em quadrinhos
Roteiro: Tatiana Corrêa Veríssimo
Ilustração: Biratan Porto

Capa, projeto gráfico e diagramação
Luciano Silva e Roger Almeida
www.rl2design.com.br

Revisão de texto
Luanna Alves de Oliveira

DADOS INTERNACIONAIS PARA CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
DO DEPARTAMENTO NACIONAL DO LIVRO

V517h Veríssimo, Tatiana Corrêa

A floresta habitada: história da ocupação humana na Amazônia (1ª edição ampliada) / Tatiana Veríssimo, Jakeline Pereira; colaboração de: Adalberto Veríssimo; ilustrado por: Livando Malcher e Biratan Porto; Jakeline Pereira – Belém, PA: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON), 2020.

132p.; il.; 21,5 x 28 cm
ISBN 978-85-86212-57-4

1. OCUPAÇÃO TERRITORIAL 2. HISTÓRIA DA AMAZÔNIA I. Pereira, Jakeline. II. Veríssimo, Adalberto, colab. III. Malcher, Livando, il. IV. Porto, Biratan, il. V. Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON). VI. Título.

CDD: 338.9811

Os dados e opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião dos financiadores deste estudo.

Realização

Apoio

Agradecimentos

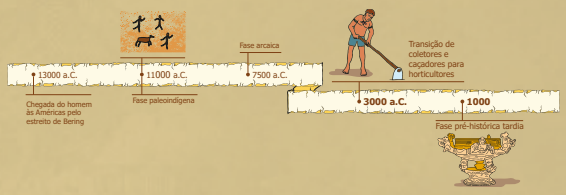
Agradecemos a valorosa contribuição dos professores das escolas municipais de Oriximiná, Óbidos, Alenquer, Faro, Monte Alegre e Almeirim, no Estado do Pará, e a colaboração textual e revisão de dados de Thayss Veríssimo.

Sobre o Livro

Este livro trata da história da Amazônia desde a chegada do homem no vale do Amazonas há mais ou menos 11000 a.C. até os dias atuais. Nele você vai poder compreender os períodos históricos seguindo a linha do tempo, a qual marca com ícones os acontecimentos mais importantes na região. Os textos do livro estão intercalados por ilustrações que representam cada época. Destacam-se também algumas informações e termos históricos em quadros coloridos.

Arqueologia é a ciência...

Além disso, você pode expandir o seu conhecimento seguindo as sugestões para pesquisas pela *internet* ou na biblioteca da sua cidade.



13000 a.C.

Chegada do homem às Américas pelo estreito de Bering

11000 a.C.

Fase paleoindígena

Fase arcaica

7500 a.C.

Transição de coletores e caçadores para horticultores

3000 a.C.

1000 a.C.

Fase pré-histórica tardia

1418

Mapa do mundo chinês

Almirantes chineses dão a volta ao mundo e chegam às Américas

1421

Tratado de Tordesilhas

1492

Cristovão Colombo atinge a América

1494

1500

Chegada de Vicente Yáñez Pinzón à Amazônia

1542

Expedição de Francisco de Orellana

Expedição de Pedro Teixeira

1637

Missões jesuíticas/ocupação portuguesa da Amazônia

1657

1700

Estabelecimento das missões religiosas

1750

1700

Tratado de Madri

1750

1757

Diretório dos Índios

Marquês de Pombal

1759

Expulsão dos jesuítas da Amazônia

Construção da linha de fortes na região do rio Negro e foz do Amazonas. Nascimento das vilas

1760

1798

Fim do Diretório dos Índios

Pará adere à Independência do Brasil

1823

1835

Cabanagem

1876

Sementes de seringueiras foram contrabandeadas para a Inglaterra

1890

Ciclo da borracha

Fim do ciclo da borracha

1907

Início das expedições de Marechal Cândido Rondon na Amazônia

1912

1940

Início de um novo ciclo de migração para a Amazônia

Grandes projetos: minérios, estradas, hidrelétricas

1960-1970

1980

Aumento do desmatamento e conflitos agrários

Boom da exploração madeireira

1988

Morte de Chico Mendes

1990

Criação de novas Unidades de Conservação na Amazônia

2004

E, para uma leitura ainda mais agradável, apresentam-se viagens fascinantes ocorridas na Amazônia nos séculos passados em quadrinhos divertidos. Preste atenção também nos textos dos religiosos ou viajantes que estiveram na região nos diferentes períodos. São os relatos da época. Você pode encontrar esses livros em bibliotecas e aprofundar ainda mais o seu conhecimento sobre a história da região.

Esperamos que você se divirta muito ao ler e aprender sobre a Amazônia, uma grande área de florestas e rios que tem fascinado pessoas do mundo todo desde o momento em que povos antigos aqui chegaram.

"…. Mas no caso que finalmente se resolvam a sair dos seus matos,…"

Os autores

- **Tatiana Corrêa Veríssimo** desenvolve trabalhos de edição de texto e produção de materiais educativos há mais de 20 anos na região amazônica. É natural de Curitiba, onde se formou em Filosofia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) na década de 1990. Dez anos mais tarde, tornou-se mestre em Educação Ambiental pela Universidade da Flórida, nos Estados Unidos. Atualmente, divide o seu tempo entre o prazer de escrever e o de educar duas filhas adolescentes.

- **Biratan Porto** é cartunista profissional e bandolinista nas horas vagas. Nasceu em Belém e formou-se em Propaganda pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Trabalha com humor gráfico há 35 anos e já publicou sete livros. Venceu importantes salões de humor no Brasil e no exterior. Por exemplo, em 2002, conquistou o primeiro lugar no *International Cartoon Festival of Knokke-Heist*, na Bélgica, um dos mais importantes e tradicionais salões de humor da Europa. Criou o roteiro e dirigiu o filme de animação em 3D *Cadê o verde que estava aqui?*. Para televisão, Biratan criou cinco das vinhetas (Plimplim) de animação da Rede Globo.

- **Jakeline Pereira** atua no Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) desde 2008 em gestão de áreas protegidas com foco nas Unidades de Conservação da Calha Norte paraense. Nasceu em Manaus e formou-se em Engenharia Florestal pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam). É mestre em Manejo e Conservação de Florestas Tropicais e Biodiversidade pelo Centro Agronómico Tropical de Investigación y Enseñanza (Catie), na Costa Rica.

- **Livando Malcher** atua profissionalmente como designer e ilustrador desde 2002. Nasceu em Belém e formou-se em Design pela Universidade do Estado do Pará (Uepa). Recebeu o primeiro lugar no concurso de Design Gráfico da Uepa em 2007. Além disso, seu studio conquistou o primeiro lugar no Projeto BITEC (Fiepa/Sesi/Senai/Iel) em 2010. Já atuou como diretor de arte e ilustrador em agências criativas de Belém e São Paulo e coordenou projetos de alcance nacional e internacional. Atualmente, gerencia projetos de design nos âmbitos cultural, social e ambiental no Pará e em outros Estados.

Sumário

Apresentação 09

Primeiros Habitantes da Amazônia 12

A Chegada dos Europeus 26
Francisco de Orellana 28
Pedro Teixeira 34

Colonização: Amazônia nos Séculos 17 e 18 44
Drogas do Sertão/Feitorias 45
Sistema de Capitanias 46
Missões Religiosas 47

Meados do Século 18: O Diretório dos Índios 56
Prosperidade na Colônia 64
Fim do Diretório dos Índios 65

Amazônia no Início do Século 19 72
A Independência do Brasil 72
A Revolta dos Cabanos 75

A Amazônia no Final do Século 19 e Início do Século 20:
O Ciclo da Borracha 82

Amazônia a Partir dos Anos 1940 100
Nova Colonização 100
Novos Planos de Desenvolvimento 103
Década de 1970 106
O *Boom* Madeireiro 116

Uma Nova Ocupação da Amazônia 120
Perspectivas para a Amazônia no Século 21 121

Bibliografia 126

QUAIS FORAM OS PRIMEIROS POVOS DA AMAZÔNIA?

O que ocorreu na região à época da chegada dos europeus durante o século 16?

Como a sociedade na Amazônia estava organizada durante os séculos 17 e 18?

COMO ACONTECEU O PROCESSO DE OCUPAÇÃO E COLONIZAÇÃO PORTUGUESA?

Como a borracha enriqueceu os coronéis no final do século 19 e transformou as cidades de Belém e Manaus?

Como os grandes projetos agropecuários, hidrelétricas e abertura de estradas no século 20 ocasionaram mudanças profundas na economia, ocupação humana e resultaram em grave crise ambiental?

Apresentação

A história de ocupação da Amazônia começa quando levas de imigrantes asiáticos chegam ao vale do Amazonas há cerca de 11000 a.C. No momento em que essas populações passaram a desenvolver a agricultura e viver numa mesma área de terra, sociedades indígenas diversas e mais complexas emergiram nessa região. Esses povos mais desenvolvidos viveram na Amazônia cerca de 2 mil anos antes da chegada dos europeus manejando a floresta de forma adaptada. Dela, eles extraíam os recursos necessários para a sua sobrevivência e desenvolvimento.

Assim, no século 16, quando os europeus atingiram o rio Amazonas, encontraram uma floresta habitada por povos indígenas diversos culturalmente que sustentavam populações numerosas. Infelizmente, durante a conquista e a colonização portuguesa desse território – baseadas nas atividades de coleta de produtos naturais e agricultura –, as populações indígenas foram reduzidas drasticamente, sobretudo por causa das doenças trazidas pelos europeus.

No século 19, a Amazônia estava composta principalmente por indivíduos miscigenados (índios, brancos e negros), os quais deixaram de concentrar seus esforços na coleta de produtos naturais e na agricultura para viver em função do grande ciclo econômico da borracha. Esse ciclo enriqueceu os barões de Belém e Manaus e promoveu o desenvolvimento arquitetônico e cultural dessas duas principais cidades amazônicas.

Após a crise do ciclo da borracha, a Amazônia entrou num período de estagnação e, assim, na primeira metade do século 20, ficou distante e esquecida do restante do Brasil. Somente a partir de 1960, com os planos de integração nacional, descoberta de minérios e grandes projetos de desenvolvimento, a região voltou a crescer e receber novos migrantes de todo o Brasil, principalmente do Sul. Esse período, contudo, marca uma mudança drástica na paisagem da Amazônia: a devastação da floresta – provocada principalmente pela abertura de estradas para o estabelecimento de pastos e exploração de madeira predatória.

Atualmente, no século 21, o desafio dos povos que habitam a Amazônia, a maior floresta tropical do mundo, é integrar desenvolvimento econômico com proteção de seus recursos naturais. Para isso, muitas iniciativas estão sendo desenvolvidas, entre as quais a criação de áreas protegidas (Unidades de Conservação, Terras Indígenas e Terras Quilombolas) e o combate ao desmatamento.

Primeiros habitantes da AMAZÔNIA

Primeiros habitantes da Amazônia

Vamos começar nosso passeio histórico por volta de 11000 a.C. quando levas de imigrantes asiáticos chegam ao vale do rio Amazonas. Você deve estar perguntando a si mesmo: asiáticos? Sim, a **hipótese** mais aceita atualmente entre os historiadores é a de que o homem chegou às Américas há cerca de 13000 a.C. pelo estreito de Bering. Durante as últimas glaciações (100.000 - 10.000 anos), essa conexão terrestre estava exposta, pois o nível do mar era mais baixo. Isso permitiu a travessia a pé de populações por uma ponte natural ligando o continente asiático à América do Norte.

Hipótese é uma formulação provisória sobre a realidade. Diante dos fatos ou demonstrações lógicas ela pode tornar-se uma verdade ou não.

Baseado em www.infoescola.com/historia/chegada-do-homem-a-america

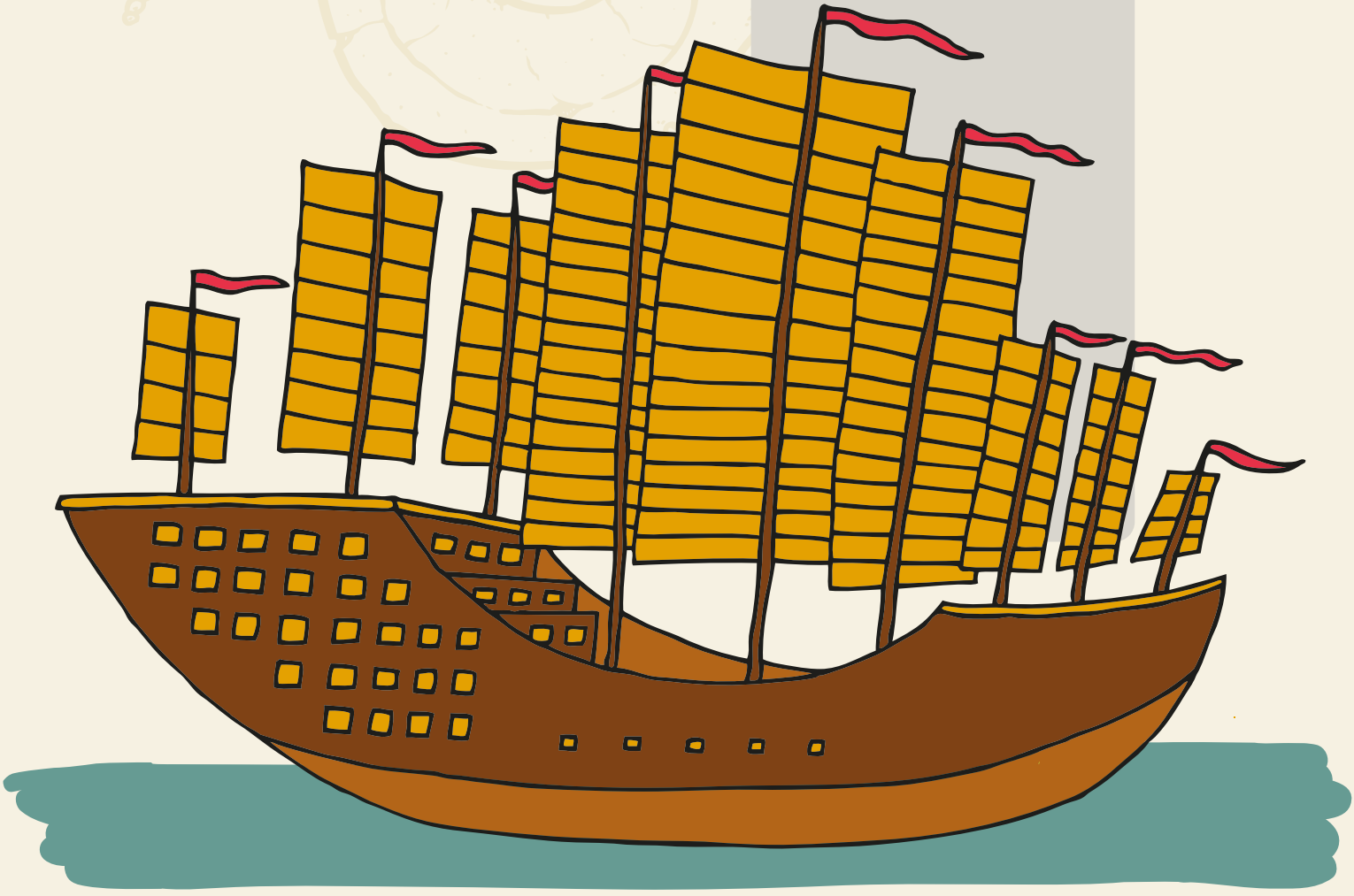
Há também uma outra hipótese sobre a chegada de asiáticos às Américas. Acredita-se que mais tarde, entre 1405 e 1418, o almirante chinês Zheng He tenha cruzado os oceanos e atingido as Américas. Essa aventura está documentada em um livro publicado na China, por volta de 1418, com o seguinte título: *As Maravilhosas Visões da Frota Estelar*. É também desta data a elaboração de um mapa do mundo pelos chineses, o qual parece apontar essa aventura. Observe no mapa chinês a seguir como o contorno da América do Sul é parecido com o dos mapas atuais. Há ainda relatos de que, em seguida, entre 1421 e 1423, outros almirantes chineses também conduziram expedições ao redor do mundo e atingiram vários pontos das Américas.

Muitos historiadores acreditam que os navegadores europeus do século 15 possuíam cartas náuticas copiadas desse mapa do mundo chinês e, por essa razão, puderam chegar às Américas em 1492. Registros da época sugerem que o mapa do mundo chinês tenha sido obtido pelo aventureiro veneziano Niccolò dei Conti, que o repassou ao famoso geógrafo Fra Mauro, autor do mapa do mundo de 1459.

Se um dia você for a Veneza, visite a Biblioteca Nazionale Marciana. Lá você vai encontrar o mapa do mundo de 1459 e perceber que nele já constava a localização precisa do Cabo da Boa Esperança, ou seja, setenta anos antes da "descoberta" de Bartolomeu Dias e Vasco da Gama. Isso é uma prova da grande jornada chinesa pelo mundo.

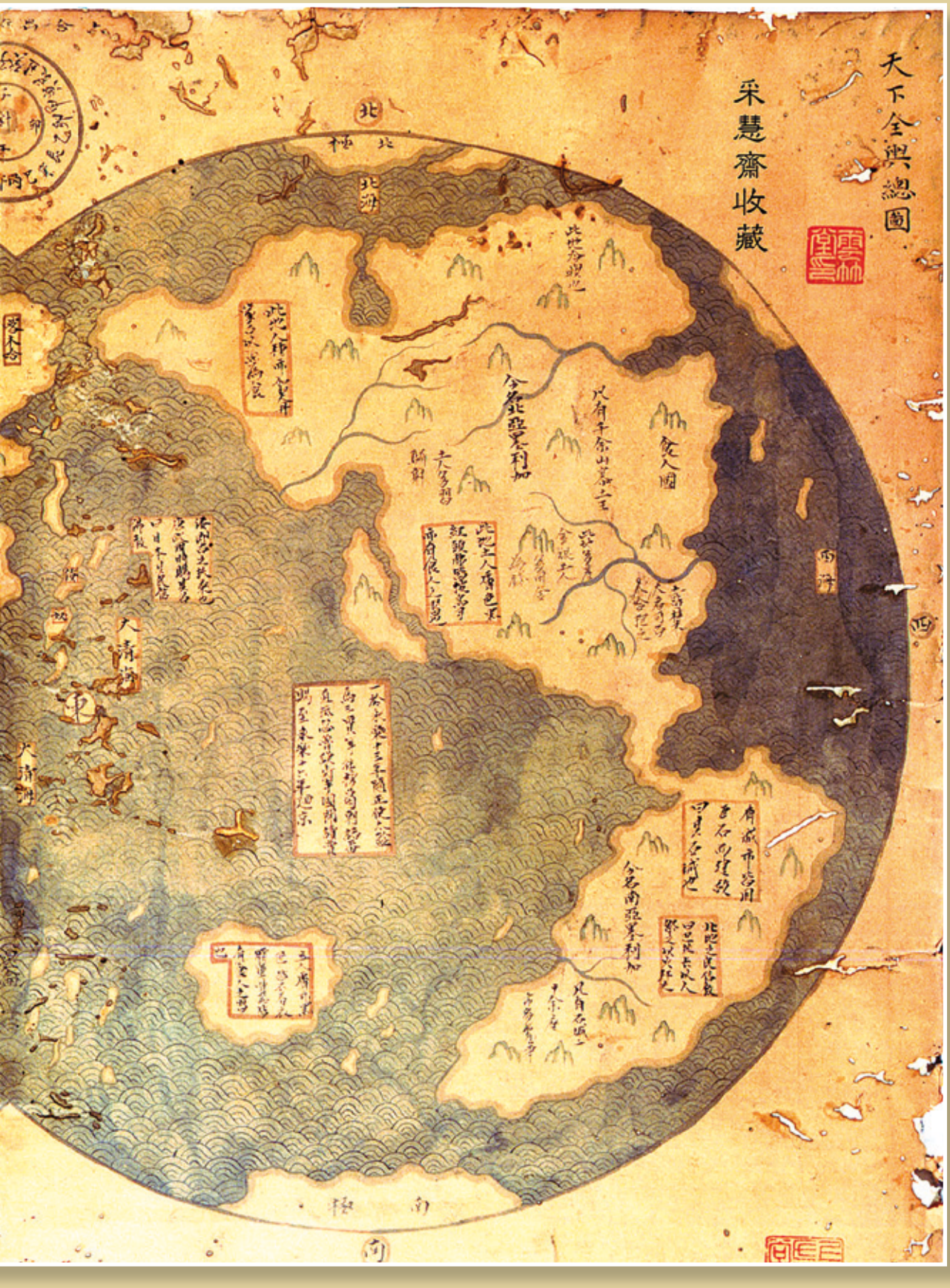
Embarcação chinesa
- Mais de 100 metros de altura
- Mais de 2 mil toneladas de carga
- Capaz de navegar em qualquer oceano
- Sistema de defesa: canhão de ferro e bronze e armas de fogo

Galeão Veneziano
- 350 metros de comprimento
- 60 metros de largura
- Capaz de navegar apenas no Mediterrâneo
- Sistema de defesa: arqueiros



Embarcação chinesa

Mapa do mundo elaborado pelos chineses em 1418.



http://eucurtohistoria.wordpress.com/biblioteca/mapas/

Indígenas das Américas

Povos asiáticos

Há muitas semelhanças entre os indígenas das Américas e os povos asiáticos. Por exemplo, o formato dos olhos, as pálpebras e o nariz. Além disso, alguns povos indígenas possuem as mesmas doenças dos povos da China e Sudeste da Ásia, reveladas por testes de DNA.

Antes da chegada dos europeus e de uma provável incursão chinesa às Américas durante o século 15, a Amazônia estava ocupada por esses povos de origem asiática que ficaram isolados do resto do mundo. Esse período, conhecido como pré-colombiano (ou seja, antes da chegada de Cristovão Colombo às Américas em 1492), divide-se em três fases: *paleoindígena*, *arcaica* e *pré-histórica tardia*.

Na **FASE PALEOINDÍGENA**, a população era pouco numerosa, dispersa, nômade e estava baseada na coleta de frutas e moluscos, na pesca e na caça de animais de pequeno porte, por exemplo, tartarugas. Acredita-se que a ocupação paleoindígena da Amazônia tenha ocorrido por volta de 11000 a.C.

Sítios arqueológicos de Monte Alegre
Em Monte Alegre (Pará) você pode encontrar vestígios dos paleoindígenas como restos alimentares, ferramentas feitas com lascas de pedra, madeira queimada de fogueiras, sementes, ossos de animais e cascos de tartaruga. Nas serras do Erere, Paytuna e Aroxi há uma grande quantidade de pintura rupestre feita com tinta colorida a partir de pó de rocha.

Na **FASE ARCAICA**, por volta de 7500 a.C. a 1000 a.C., as populações indígenas estabelecidas ao longo do rio Amazonas passaram a fabricar cerâmica e essa prática se intensificou no final desse período. As técnicas utilizadas para decorar as peças de cerâmica eram as de pintura e incisão. As peças apresentavam formas zoomórficas, eram decoradas com animais e possuíam conotação antropomórfica. Elas representavam a abundância de caça, a fertilidade humana e os poderes do Xamã.

Certas áreas do Baixo Amazonas como a fazenda Tapeirinha, perto de Santarém, no Pará, apresentam **sambaquis** com exemplares de cerâmica datando 4000 a.C. a 6000 a.C., segundo a arqueóloga Anna Roosevelt. Ou seja, essa é uma indicação de que os povos indígenas da Amazônia começaram a produzir cerâmica 3 mil anos antes dos povos andinos (populações que habitavam a cordilheira dos Andes, principalmente os incas).

Sambaqui em tupi (*tamba'ki*) significa "monte de conchas". São depósitos de materiais orgânicos calcáreos empilhados pelo homem ao longo do tempo que sofrem a ação do vento, sol e chuva, tornando-se fósseis.

Há cerca de 3000 a.C., sociedades horticultoras marcaram presença na Amazônia, indicando a transição das sociedades de caçadores e coletores para sociedades agrícolas. A economia desses povos provavelmente estava baseada na plantação de raízes como a mandioca, que já vinha sendo cultivada desde pelo menos 5000 a.C. na região.

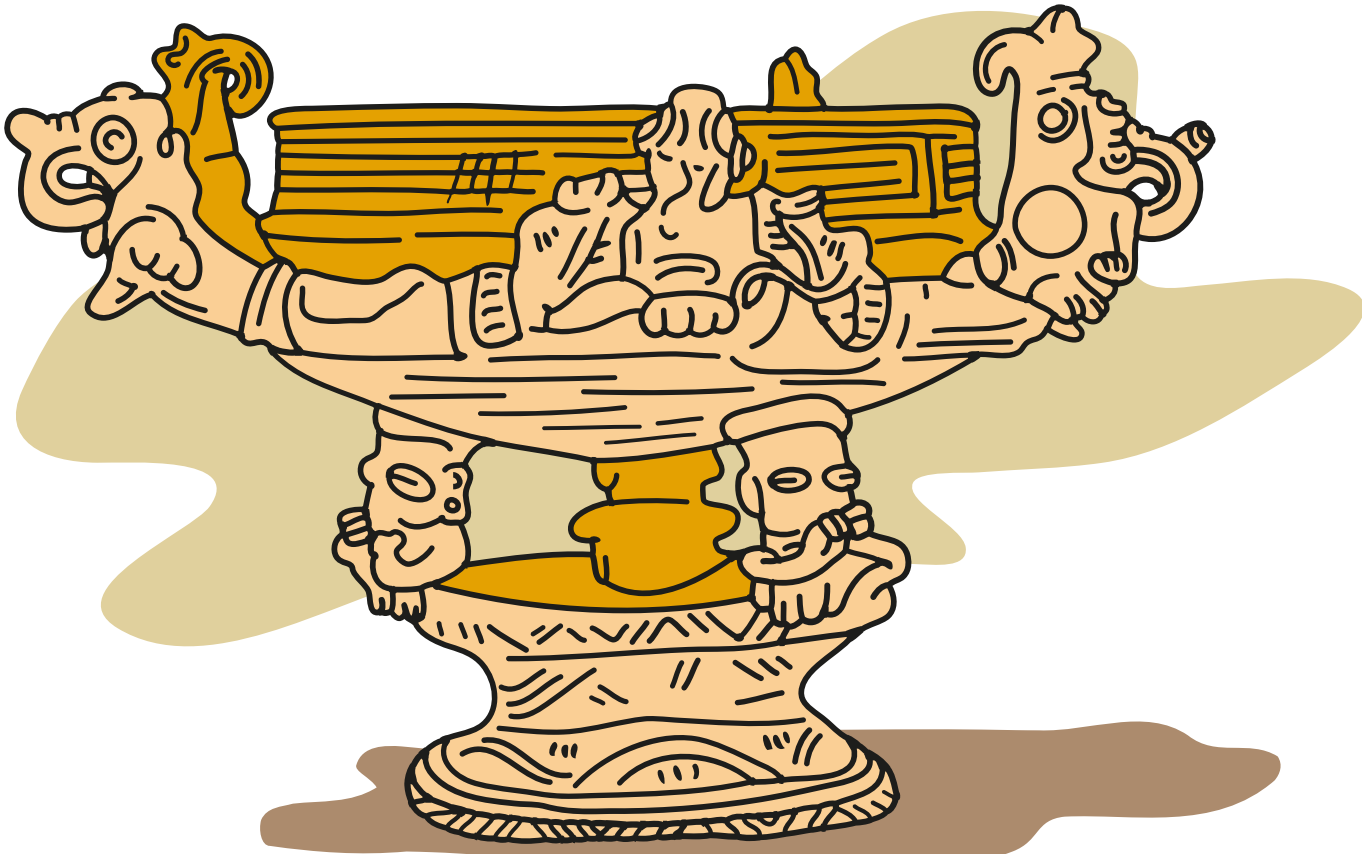
Essas sociedades estavam bastante desenvolvidas por volta de 2.000 a.C., quando se encontravam hierarquizadas, densamente povoadas e se estendiam ao longo das margens do rio Amazonas. Elas deixaram vestígios materiais de suas práticas – os locais de **Terra Preta Indígena**, principalmente nos arredores da cidade de Santarém.

Terra Preta Indígena Encontra-se sobre diversos solos, localizados onde viveram grupos indígenas pré-colombianos . É o resultado do acúmulo de materiais orgânicos gerados ao longo do tempo por essas comunidades. Essa terra possui alto teor de cálcio, carbono, magnésio, manganês, fósforo e zinco. Por essa razão, é extremamente fértil para agricultura.

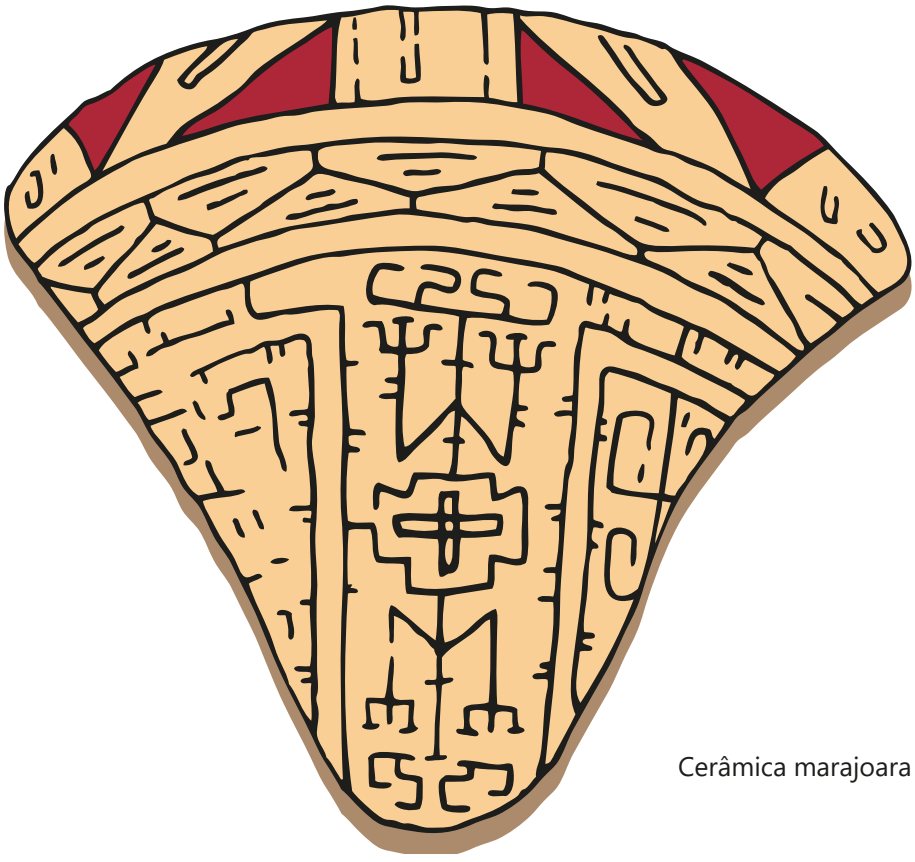
No início da **FASE PRÉ-HISTÓRIA TARDIA** (1000 anos a.C. a 1000 anos d.C.) desenvolvem-se as culturas dos construtores de aterros artificiais em áreas inundáveis (tesos) na Amazônia. Em seguida, aparecem sociedades ainda mais complexas e hierarquizadas que fabricavam um tipo de cerâmica muito refinado. Por exemplo, marajoaras, na ilha de Marajó, e tapajônicas na região de Santarém, ambas no Pará.

Arqueologia é a ciência que estuda as culturas e os modos de vida do passado a partir da análise de vestígios materiais.

A partir desses vestígios dos povos antigos (pinturas rupestres, sambaquis, terra preta e aterros artificiais) estudados pela **arqueologia**, alguns pesquisadores podem afirmar que havia na bacia amazônica uma vasta e diversa rede de sociedades indígenas. De acordo com o arqueólogo Eduardo Neves, é provável que existissem na Amazônia cerca de 5,5 milhões de indígenas antes da ocupação europeia.



Cerâmica tapajônica, conhecida como "cariátides"



Cerâmica marajoara

Essas populações desenvolveram uma rica diversidade cultural que incluía desde grupos nômades de caçadores-coletores até grandes aldeias de povos que praticavam agricultura, pesca de larga escala e caça intensiva. Estes também criavam animais, realizavam comércio e viagens de longa distância. Atualmente, na mata virgem, ainda há vestígios de algumas rotas usadas pelos indígenas da Amazônia para trocas comerciais (produtos da selva por artefatos de ouro, tecidos e pontas de flechas de bronze) com as civilizações andinas em Cusco.

Os indígenas da Amazônia pré-colombiana tinham no cultivo da **mandioca** a base de sua alimentação. Entre os povos que formavam grandes aldeias estavam os tuxauas, os tupinambaranas, os muras, os mundurukus e os omáguas.

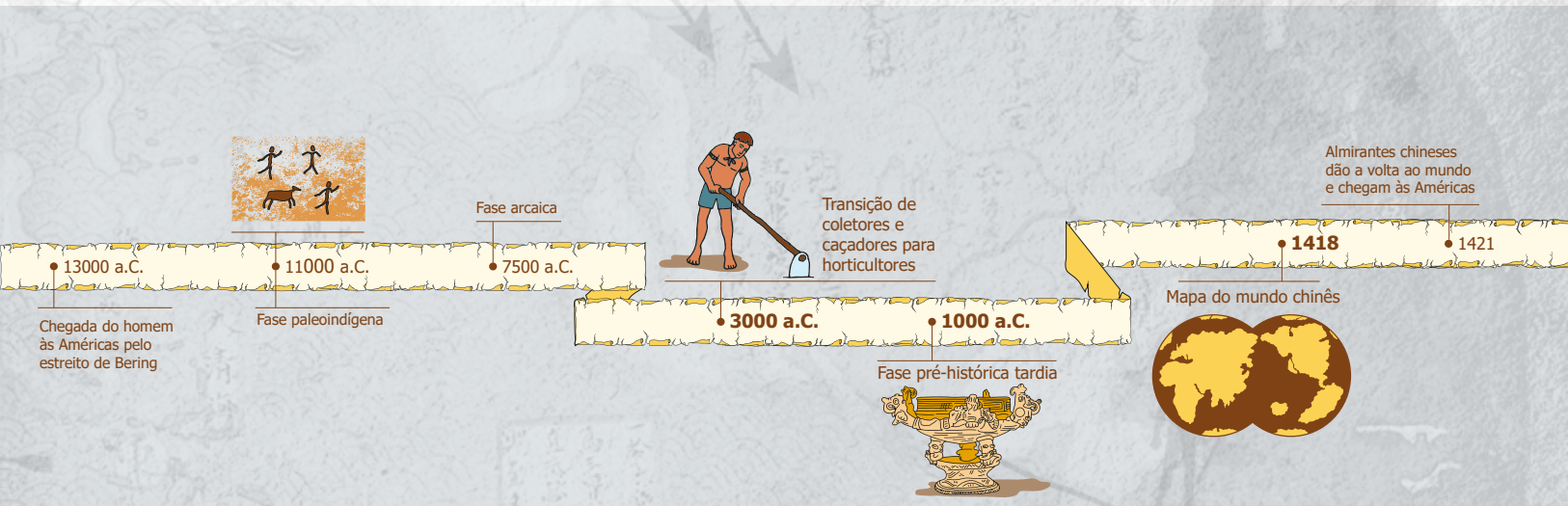
A **mandioca** tornou-se a base alimentar dos povos primitivos da floresta amazônica porque apresenta várias vantagens em seu plantio e colheita. Primeiro, para cultivá-la é preciso apenas replantar um talo cortado. Segundo, ela pode ser plantada em qualquer época do ano e, depois de colhida, pode ser armazenada no subsolo ou debaixo da água por vários meses. Terceiro, a mandioca rende várias colheitas de tubérculos por ano. Quarto, como muitas variedades são tóxicas, a planta tornou-se resistente aos insetos e doenças. E, por último, ela é rica em carboidratos que fornecem energia para o corpo. Assim, a mandioca permitiu que o homem primitivo amazônico evoluísse de coletor para agricultor.

Os Tuxauas

Os tuxauas eram guerreiros sofisticados que dominaram o rio Tapajós até o final do século 17 (época do domínio europeu). Um dos centros dessa sociedade era a atual cidade de Santarém. Os tuxauas tinham poder sobre muitos súditos e aldeias, dos quais recebiam tributos. Contavam com uma grande força de trabalho, inclusive de escravos, o que permitiu a construção de barreiras de defesa (contra ataques de outras tribos), povoados, locais de culto, canais e lagos. Os tuxauas também estavam presentes na ilha de Marajó até o século 14, numa área conhecida como Teso dos Bichos. Eles possuíam uma ordem social bem definida, na qual as mulheres eram responsáveis pelos trabalhos agrícolas e preparo da alimentação, enquanto os homens caçavam, guerreavam e praticavam atividades religiosas.

As pesquisas arqueológicas do século 20 indicam que essas sociedades indígenas mais complexas desenvolveram uma variedade de técnicas de uso da terra e de enriquecimento do solo compatíveis com as condições naturais da Amazônia. Elas conseguiram se adaptar à vida em cada um dos habitats amazônicos – florestas ao longo dos rios e lagos, planícies alagadas de várzea, matas de terra firme e savanas. Portanto, a paisagem da região vista pelos primeiros exploradores europeus não era apenas um produto da natureza, mas também resultado do manejo humano ao longo de milênios. Entretanto, essa prática milenar indígena passou a ser afetada após a chegada principalmente de espanhóis e portugueses na região a partir do século 16.

Os indígenas da Amazônia pré-colombiana descobriram e domesticaram mais da metade dos sete grãos alimentícios do mundo atual, além de outros produtos agrícolas como batata doce, macaxeira, tomate, amendoim, pimenta, chocolate, baunilha, abacaxi, mamão, maracujá, abacate. Entre os grãos está o milho, que atualmente movimenta no mundo mais de 12 bilhões de dólares por ano.


13000 a.C.
Chegada do homem às Américas pelo estreito de Bering
11000 a.C.
Fase paleoindígena
7500 a.C.
Fase arcaica
3000 a.C.
Transição de coletores e caçadores para horticultores
1000 a.C.
Fase pré-histórica tardia
1418
Mapa do mundo chinês
1421
Almirantes chineses dão a volta ao mundo e chegam às Américas

A chegada dos EUROPEUS

A chegada dos europeus

Os europeus ficaram muito surpresos no início do século 16 quando desembarcaram no vale do Amazonas e encontraram comunidades relativamente superpovoadas. Alguns assentamentos indígenas possuíam de 20 mil a 50 mil habitantes. Entretanto, essas sociedades amazônicas sofreram grandes impactos a partir da chegada desses exploradores. Primeiro, com a invasão de vários aventureiros da Espanha, Holanda, França, Inglaterra e Irlanda em busca de supostos paraísos repletos de metais preciosos. Em seguida, durante o processo de ocupação do território, com a imposição do estilo de vida português em grande parte do que hoje é a **Amazônia Legal**.

Amazônia Legal inclui atualmente os Estados do Amazonas, Acre, Pará, Amapá, Roraima, Rondônia, Tocantins e parte do Mato Grosso e Maranhão. Ao longo do livro, após o trecho sobre o Tratado de Madri, a palavra Amazônia será utilizada para significar Amazônia Legal.

Ao longo de 250 anos de conquista e colonização portuguesa, muitos povos indígenas foram mortos pela arma de fogo dos conquistadores e sobretudo foram dizimados pelas doenças contagiosas trazidas pelos europeus (varíola, sarampo, catapora, gripe, tuberculose e doenças venéreas). Dessa forma, as populações indígenas na Amazônia foram reduzidas de maneira drástica. À época do primeiro contato europeu havia aproximadamente 5,5 milhões de índios na bacia amazônica, dos quais 3 milhões viviam no Brasil[1]. Atualmente há apenas cerca de 430 mil indígenas na Amazônia.

[1] Estimativa de John Hemming com base nos relatos dos primeiros contatos, nas taxas prováveis de destruição e nos números e localização dos povos indígenas que sobrevivem.

Mas por que os europeus, principalmente os espanhóis e portugueses, vieram explorar a Amazônia no século 16? Essa história começa no final do século 15, quando Portugal e Espanha decidem navegar os mares em busca de riquezas nas Índias. Este é o período do ciclo oriental das navegações, que tinha por objetivo expandir as rotas comerciais. E vejam só, o navegador espanhol Cristóvão Colombo, buscando atingir

essas regiões ricas chegou ao continente americano! Isso ocorreu no dia 12 de outubro 1492, na ilha de Guanaani, no atual arquipélago das Bahamas. Ele chamou esse lugar de ilha de San Salvador. Juntamente com outros exploradores espanhóis, Colombo comandava uma nau, a Santa Maria, e duas caravelas chamadas Pinta e Niña. Em fevereiro de 1500, o comandante que havia conduzido a caravela Niña – Vicente Yañez Pinzón –, ainda em busca de um caminho para o Oriente, atingiu a foz do rio Amazonas, atual ilha de Marajó.

Assim, Pinzón foi o primeiro europeu a chegar no rio Amazonas, o qual denominou Santa Maria de la Mar Dulce.

O resultado dessa expansão marítimo-comercial foi a conquista de novas terras para Espanha e Portugal. Esse fato gerou tensões e conflitos e, por essa razão, foi assinado o Tratado de Tordesilhas em 7 de julho de 1494. O tratado consistia numa linha imaginária que passava a 370 léguas ao oeste do arquipélago de Cabo Verde (África). Esse meridiano dividiu o mundo para Portugal e Espanha: as terras ao leste seriam portuguesas e as terras ao oeste seriam espanholas. Assim, grande parte do que você conhece hoje como Amazônia, incluindo a região do Tapajós e a Calha Norte do Pará, pertencia formalmente aos espanhóis no século 16. De fato, a linha imaginária passava próximo da cidade de Belém. Portanto, quase todo o Estado do Pará e o restante da Amazônia pertenciam à Espanha.

Ciclo Oriental das Navegações
Pesquise na biblioteca da sua cidade ou pela *internet* o que foi o ciclo oriental das navegações. Dicas para pesquisa: busque por Bartolomeu Dias e Vasco da Gama ou Pedro Álvares Cabral.

Vicente Yañez Pinzón

Outros europeus na Amazônia
Além dos portugueses e espanhóis, os franceses, holandeses, ingleses, alemães e irlandeses também tentaram conquistar a Amazônia no século 16. A França, a Inglaterra e a Holanda realizaram vários ataques corsários (piratas) e invadiram as possessões de Portugal e Espanha na América, África e Ásia. Isso porque não foram contempladas no Tratado de Tordesilhas.

Depois de Pinzón, outros aventureiros europeus exploraram o percurso do rio Amazonas nos séculos 16 e 17. Dois desses exploradores se destacaram: o espanhol Francisco de Orellana (1542) e o português Pedro Teixeira (1637).

Francisco de Orellana

O primeiro viajante espanhol a chegar na região do rio Amazonas e descobri-lo foi Vicente Pinzón, como vimos anteriormente. Contudo, a primeira expedição ao rio foi conduzida por um jovem espanhol da região da Estremadura, chamado Francisco de Orellana, que inicialmente seguia a expedição de um outro espanhol, Gonzalo Pizarro, ao longo do rio Napo (atualmente, no Peru). Um dos objetivos de Orellana era atingir o El Dorado, um reino imaginário repleto de ouro governado por um nativo, o Homem Dourado, que recebia os visitantes coberto com pó de ouro. Imaginava-se que o El Dorado ficava no Planalto das Guianas, região entre a Venezuela, a Guiana e o Brasil (no atual Estado de Roraima).

A expedição de Orellana, em 1542, foi relatada pelo Frei Gaspar de Carvajal e durou oito meses. Vamos seguir essa crônica em quadrinhos:

A VIAGEM DE ORELLANA

EM JANEIRO DE 1542, NO RIO NAPO, A TRIPULAÇÃO DE ORELLANA OUVE SONS DE TAMBORES.

DIAS DEPOIS...

CONTUDO, ORELLANA FALA A LÍNGUA TUCANO DOS ÍNDIOS, E TUDO FICA MAIS FÁCIL.

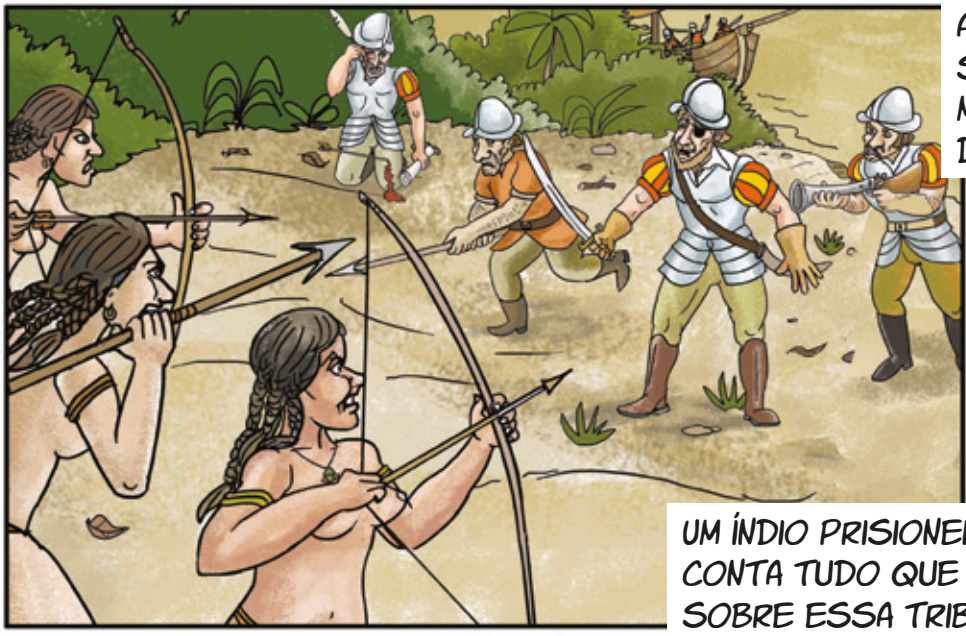
APÓS DIAS NAVEGANDO, ORELLANA ENCONTRA ÍNDIOS AMISTOSOS DA NAÇÃO APÁRIA.

UM NOVO BARCO MAIOR É CONSTRUÍDO EM 35 DIAS, E A VIAGEM SEGUE.

DOIS MESES DEPOIS, OS HOMENS ATINGEM UM GRANDE RIO DE ÁGUAS ESCURAS.

ESTE RIO SERÁ O RIO NEGRO.

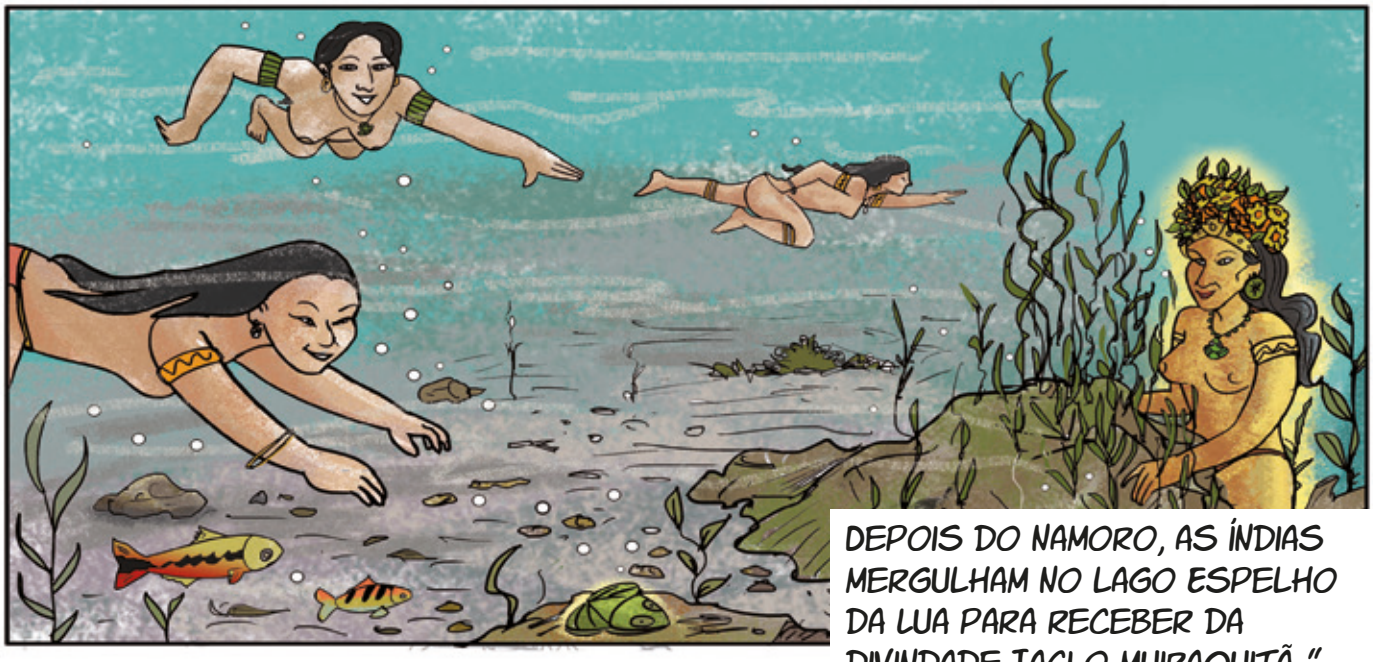
MAIS ADIANTE, NO RIO NHAMUNDÁ...
VEJA CARVAJAL, ACHO QUE ESTAMOS PERTO DO EL DORADO!
GRANDE LAGO QUE REFLETE A PAISAGEM. À NOITE PARECE SER O ESPELHO DA LUA...
ORELLANA SONHA COM O EL DORADO



NO DIA SEGUINTE, A TRIPULAÇÃO É SURPREENDIDA POR MULHERES GUERREIRAS DO REINO DAS AMURIANS.

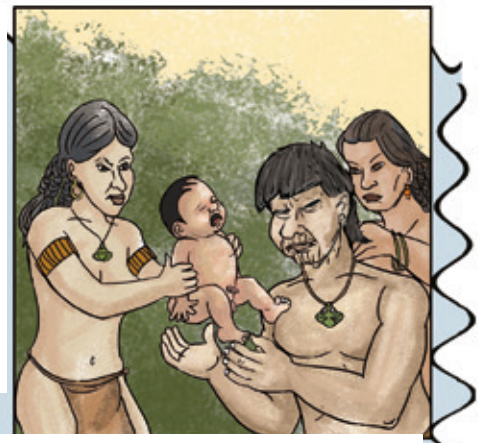
UM ÍNDIO PRISIONEIRO CONTA TUDO QUE SABIA SOBRE ESSA TRIBO:

"...ELAS INVADEM TRIBOS VIZINHAS EM BUSCA DE HOMENS. EM SEGUIDA, APRISIONAM OS GUERREIROS E...

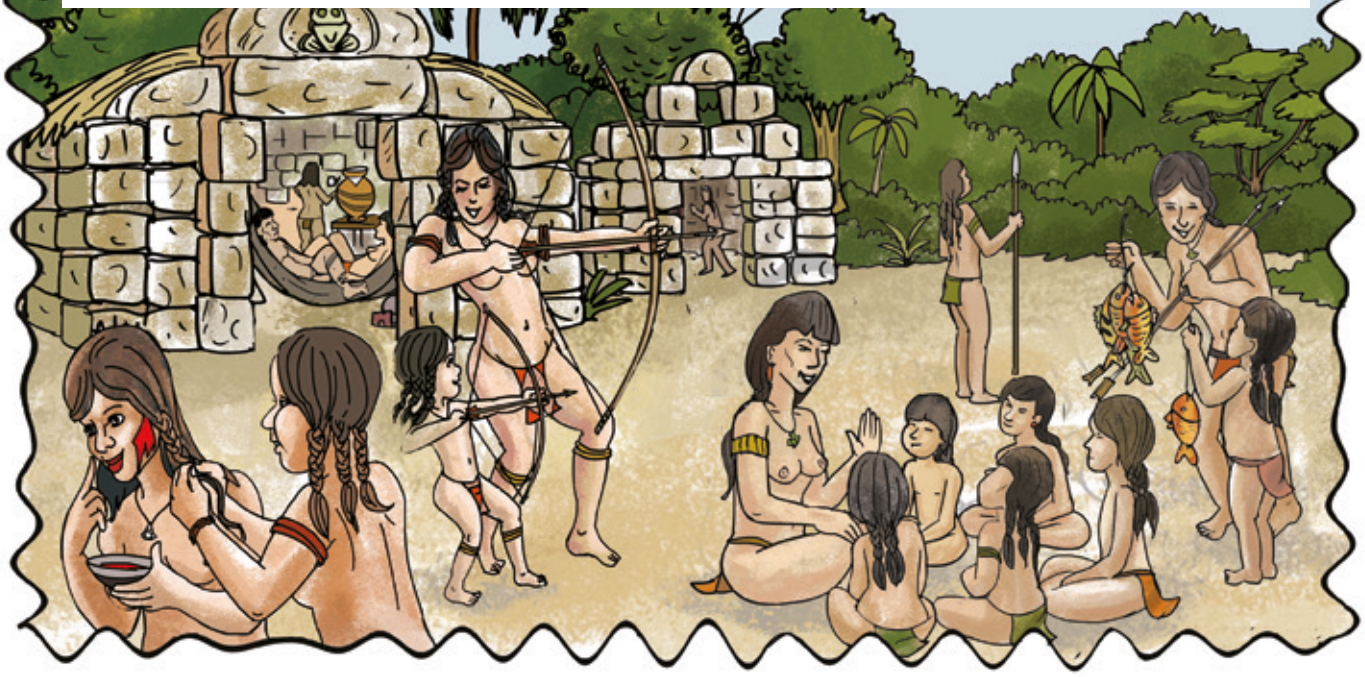


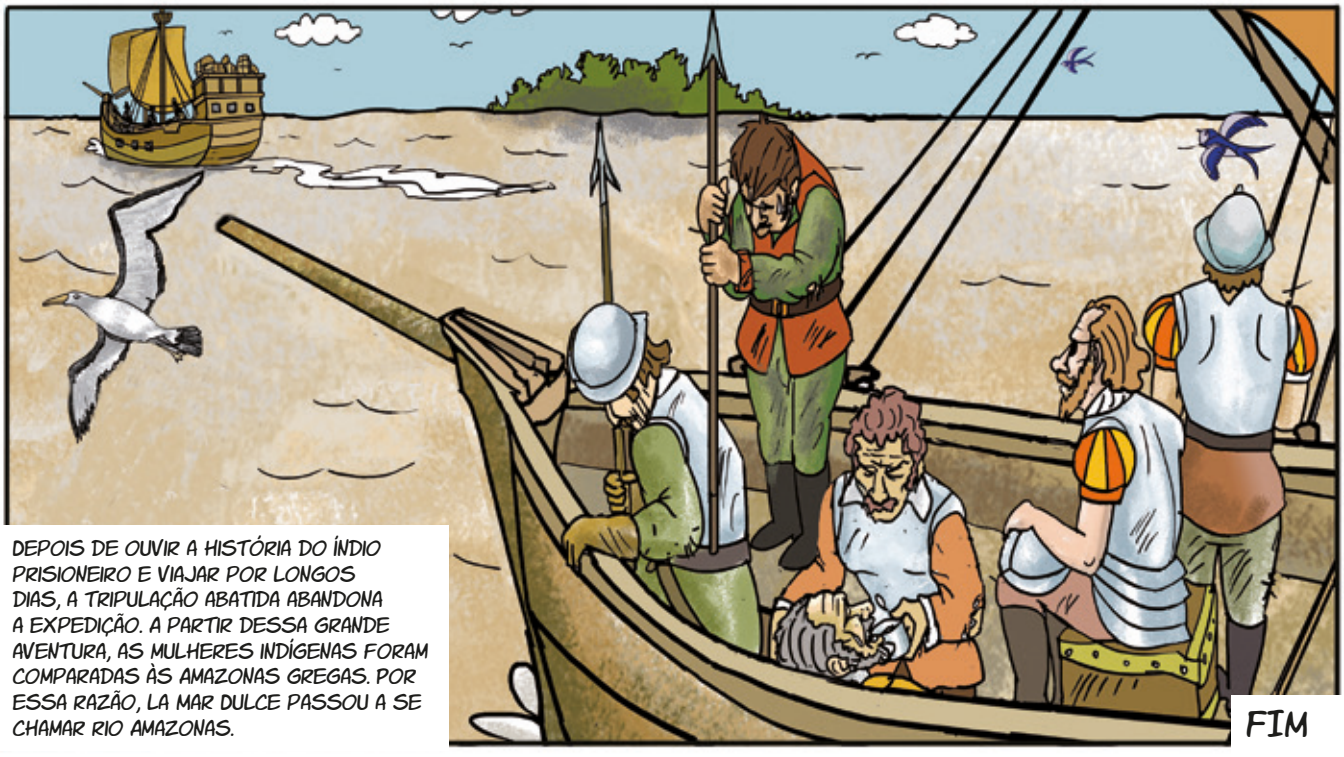
DEPOIS DO NAMORO, AS ÍNDIAS MERGULHAM NO LAGO ESPELHO DA LUA PARA RECEBER DA DIVINDADE IAÇI O MUIRAQUITÃ..."

AS MENINAS QUE NASCEM DESSE ENCONTRO AMOROSO SÃO BEM-VINDAS NA TRIBO, ENQUANTO OS MENINOS SÃO LEVADOS JUNTO COM OS PAIS.



E ASSIM VIVEM ESSAS MULHERES GUERREIRAS, SEPARADAS DOS HOMENS. EM SUA TRIBO, MORAM EM CASAS DE PEDRA E ENSINAM PARA AS MENINAS A ARTE DA GUERRA.





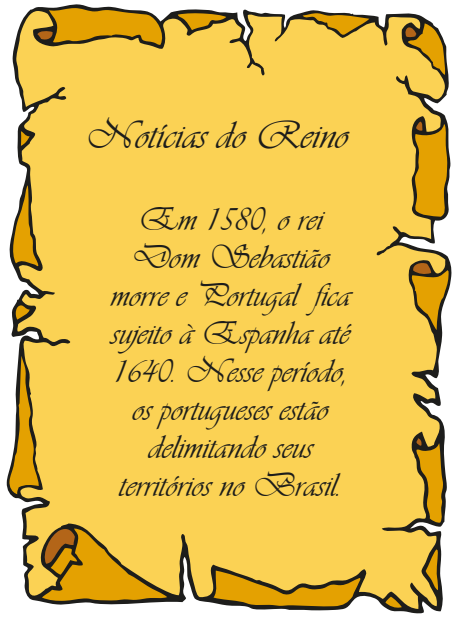
DEPOIS DE OUVIR A HISTÓRIA DO ÍNDIO PRISIONEIRO E VIAJAR POR LONGOS DIAS, A TRIPULAÇÃO ABATIDA ABANDONA A EXPEDIÇÃO. A PARTIR DESSA GRANDE AVENTURA, AS MULHERES INDÍGENAS FORAM COMPARADAS ÀS AMAZONAS GREGAS. POR ESSA RAZÃO, LA MAR DULCE PASSOU A SE CHAMAR RIO AMAZONAS.

FIM

A crônica de Carvajal revelou para o mundo que sociedades populosas e bem organizadas estavam presentes ao longo rio Amazonas. Contudo, durante muito tempo, pesquisadores duvidaram da objetividade desses relatos, considerando-os exagerados. Essa informação de que a Amazônia pré-colombiana era densamente povoada somente foi confirmada recentemente por meio das pesquisas arqueológicas. Além disso, as lendas do El Dorado e das Amazonas tornaram-se importantes para a região amazônica na época da conquista, pois atiçaram o interesse de outros conquistadores europeus por riquezas e belezas na região.

Contudo, aos poucos, durante o século 16, os aventureiros espanhóis foram desistindo de conquistar o vale do Amazonas, provavelmente por não terem encontrado ouro e outros metais e porque já tinham conquistado a riqueza dos incas no Peru. Além disso, os Andes eram uma barreira para chegar às cabeceiras do Amazonas. Restaram na região apenas os missionários religiosos. Os portugueses, por outro lado, aproveitando-se do fato de estarem sob domínio espanhol, estavam dispostos a avançar as fronteiras e desrespeitar o Tratado de Tordesilhas.

Quase um século mais tarde, em 1637, foi a vez do explorador português Pedro Teixeira realizar uma das viagens épicas ao longo do rio Amazonas.



O **Estado do Maranhão e Grão-Pará** foi criado por carta régia de 13 de junho de 1621. Era independente do Estado do Brasil e estava diretamente subordinado à Lisboa. Entre 1626 e 1774, compreendia os atuais Estados do Ceará, Piauí, Maranhão, Pará e Amazonas. A capital era São Luís do Maranhão, embora Belém do Pará representasse no final do século 17 importante centro comercial. A partir de 1755, o Estado foi desmembrado e passou a se chamar Estado do Grão-Pará e Maranhão.

Pedro Teixeira

O **Estado do Maranhão e Grão-Pará** foi criado em 1621 pelos portugueses. Em 1637 era governado pelo comandante-mor Jácomo Raimundo de Noronha que, na época, decidiu enviar uma expedição ao rio Amazonas com cerca de 2 mil pessoas, a maioria indígenas. Essa expedição – com o objetivo de firmar uma fronteira entre o Grão-Pará e o território que incluía o Peru, Equador, Colômbia e Brasil – partiria de

Os indígenas denominavam o braço direito do rio Amazonas com influência das águas do rio Tocantins Pa'ra que, em tupi-guarani, significa rio-mar. O portugueses se apropriaram deste nome e passaram a chamar a região de Grão-Pará, ou seja, grande rio-mar.

Cametá, no Pará, até **Quito**. Pedro Teixeira, nomeado capitão-mor, foi escolhido para comandá-la. Ele também foi instruído a verificar locais para a construção de fortes, manter a disciplina dos seus homens e tratar de forma amistosa os índios. Além disso, recebeu uma instrução secreta que deveria ser aberta somente na volta da expedição. O jesuíta Cristóbal de Acuña foi o relator da viagem de volta de Pedro Teixeira e registrou o que ocorreu em Aguarico (no Equador) antes da expedição descer o Napo e o Amazonas até atingir o Pará novamente.

A Real Audiência de **Quito** ou Reino de Quito foi uma unidade administrativa do Império Espanhol que abrangia os territórios que hoje incluem o Equador, partes do norte do Peru, sul da Colômbia e norte do Brasil.

Observe no mapa o percurso da viagem.

A VIAGEM DE PEDRO TEIXEIRA

ALGUNS TRIPULANTES SOFREM COM AS DOENÇAS TROPICAIS E DESANIMAM.

DIAS DEPOIS, PEDRO TEIXEIRA FAZ AMIZADE COM OS ÍNDIOS.

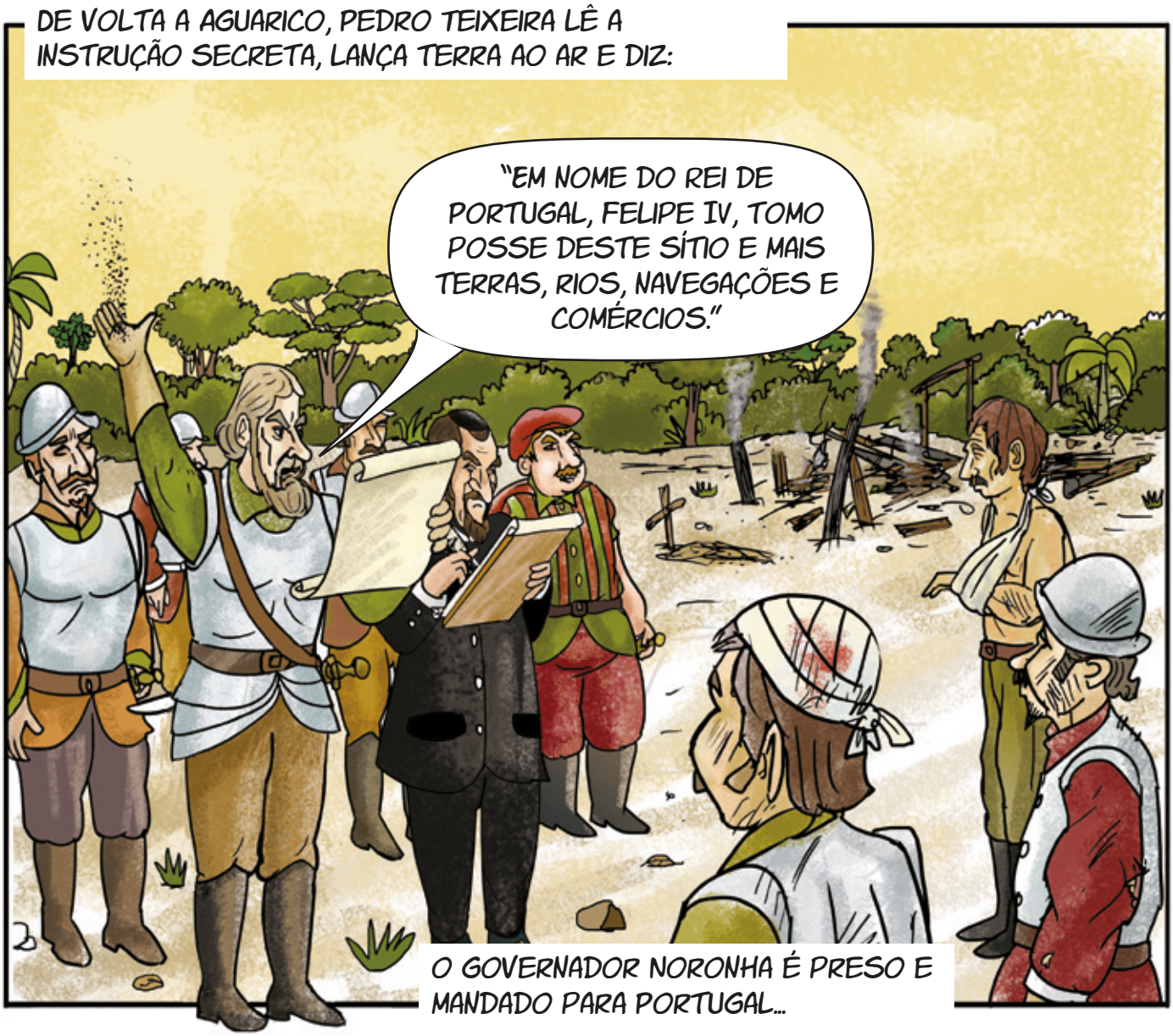
OS ESPANHÓIS, EMBORA DESCONFIADOS E INCERTOS SOBRE O QUE FAZER, RECEBEM MUITO BEM OS PORTUGUESES.

A TROPA PERMANECE EM QUITO POR MAIS DE UM ANO.

ENQUANTO ISSO, EM 1639, UMA OUTRA TROPA DE PEDRO TEIXEIRA DEIXADA EM AGUARICO SOFRE ATAQUES DIÁRIOS DOS OMÁGUAS.

ALLONZO SALAZAR, AUTORIDADE DE QUITO, ABASTECE COM O NECESSÁRIO PARA O RETORNO DE PEDRO TEIXEIRA AO PARÁ E CRISTÓBAL DE ACUÑA JUNTA-SE À FROTA PARA RELATAR A VIAGEM.

DE VOLTA A AGUARICO, PEDRO TEIXEIRA LÊ A INSTRUÇÃO SECRETA, LANÇA TERRA AO AR E DIZ:



O GOVERNADOR NORONHA É PRESO E MANDADO PARA PORTUGAL...

A coroa portuguesa funda, em 1669, o Forte de São José da Barra do Rio Negro, atual Manaus, no Estado do Amazonas, a mais de 1.500 quilômetros de Belém, acessíveis apenas por água.

Como resultado da expedição de Pedro Teixeira, os limites portugueses passam a se estender a quase 6 quilômetros a partir de Belém. Entretanto, o avanço da ocupação portuguesa para o oeste da Amazônia começou em 1657, quando o cabo Bento Maciel Parente, no comando de uma **tropa de resgate** de índios, partiu de São Luís para chegar meses depois às margens do Tarumã, na região do rio Negro (atual Estado do Amazonas). A tropa fixou-se por algum tempo na foz do rio Tarumã, onde foi fincada uma cruz e rezada uma missa.

Tropa de resgate Portugueses que partiam em expedições para "resgatar" prisioneiros indígenas que seriam executados por tribos inimigas. De fato, os colonos portugueses incentivavam a guerra entre as tribos e a captura de índios para poder, em seguida, resgatá-los e escravizá-los.

A ocupação do território pelos portugueses ocorreu principalmente por meio da evangelização dos indígenas e da exploração dos produtos naturais da floresta (as drogas do sertão), pois Portugal possuía recursos econômicos e demográficos moderados nesse período.

Essa ocupação durou um século, até a assinatura do Tratado de Madri em 1750, pelo qual os reis de Portugal e Espanha entraram em acordo sobre os novos limites entre os territórios de seus países na América do Sul. Como o território amazônico já estava ocupado em sua maioria por portugueses, a posse do que hoje conhecemos como Amazônia[2] ficou para Portugal. Além disso, a Espanha fora obrigada a fazer concessões na América, uma vez que já havia violado do Tratado de Tordesilhas no Oriente. Desse modo, a Espanha ficou com os outros países amazônicos que atualmente falam a língua hispânica: Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia. As chamadas Guianas e Suriname foram posteriormente colonizadas por ingleses, holandeses e franceses.

[2] Exceto o Estado do Acre, que foi colonizado pelos espanhóis e pertenceu à Bolívia até o início do século 20. A sua incorporação ao território nacional ocorreu somente em 1902.

Tratado de Tordesilhas
1492
1494
Cristovão Colombo atinge a América
Chegada de Vicente Yáñez Pinzón à Amazônia
1500
1542
Expedição de Francisco de Orellana
Expedição de Pedro Teixeira
1637
Missões jesuíticas/ocupação portuguesa da Amazônia
1657
1700
Estabelecimento das missões religiosas
Tratado de Madri
1750

Colonização: Amazônia nos séculos 17 e 18

COLONIZAÇÃO:
Amazônia nos séculos 17 e 18

Durante todo o período de colonização na Amazônia (1600 - 1823), os portugueses expulsaram outros europeus (principalmente os espanhóis) da região, construíram fortes, formaram vilas e cidades e converteram uma parte dos indígenas sobreviventes ao cristianismo. Além disso, forçaram os nativos a trabalhar nas plantações, nas coletas das drogas do sertão, como remadores de canoas nas viagens e como soldados na defesa e posse do território.

A "**descida**" de índios para as vilas e aldeias portuguesas afetou as diferentes culturas e modos de produção das populações indígenas que viviam nas margens do rio Amazonas e seus afluentes. Nesse período houve esvaziamento das aldeias porque muitos indígenas deixavam de trabalhar para a sua própria família e comunidade para se dedicar às colônias e, principalmente, porque a grande maioria foi morta por doenças, guerras e excesso de trabalho.

"**Descida**" era a palavra usada quando os missionários conseguiam convencer indígenas a abandonar suas aldeias para viver em comunidade com os portugueses seguindo as suas regras católicas e seu sistema de produção.

Observe o relato do Padre João Daniel da época em *Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas (1722 - 1776)*:

> "…. Mas no caso que finalmente se resolvam a sair dos seus matos, e descer para alguma missão, se ajusta primeiro o descimento no ano antecedente porque dando a palavra os índios de saírem, também lha dão os missionários de os irem buscar no ano seguinte; e não os tiram logo 1° para lhes darem tempo de fazerem as colheitas das suas roças, 2° para entretanto lhes fazerem roças, searas, e casas na missão onde os querem ajuntar, ou em alguma paragem, que julgam mais acomodada, se é que querem fundar missão de novo."

Nas vilas e aldeias amazônicas, na **PRIMEIRA FASE** da colonização (1600 - 1700), os portugueses passam a desenvolver e refinar as práticas comerciais e políticas já aplicadas nas suas colônias da África e Índia. Por exemplo, a coleta das drogas do sertão/feitorias, o sistema de capitanias e as missões religiosas.

Drogas do Sertão/Feitorias

A incipiente economia da Amazônia estava baseada na extração de produtos naturais da floresta. Ou seja, a região, assim como o restante do Brasil colonial, era fornecedora de produtos primários para a Europa. Entre eles estavam *cravo, canela, salsaparrilha, castanhas, cacau, tinturas, fibras, ervas medicinais, peles de felinos, jacarés e lontras, animais vivos como papagaios e araras, ovos de tartaruga, gordura de peixe-boi* etc. Além disso, extraíam-se madeiras valiosas, as chamadas madeiras de lei. As diversas especiarias coletadas eram consumidas localmente e também comercializadas por meio das **feitorias**.

Feitoria
Galpão onde os produtos da floresta eram armazenados para a exportação (Portugal). A feitoria era administrada pelo feitor que efetuava as trocas e negociava produtos em nome do rei.

Na época, os colonos e missionários dependiam principalmente do trabalho dos indígenas como coletores dos produtos naturais e remadores.

Os colonos e os missionários também cultivavam produtos trazidos de outras regiões tropicais como a cana-de-açúcar, o algodão e o tabaco. Assim, os índios aldeados também eram destinados a trabalhar nessas lavouras, desempenhando papel fundamental na ocupação e manutenção da região amazônica.

Guerra justa
Guerra declarada aos pagãos pelo rei e Igreja Católica no século 16. A partir de 1600, a guerra justa também era declarada aos índios que dificultavam o comércio e a expansão das conquistas coloniais portuguesas.

Essa força de trabalho foi conquistada graças à atuação dos missionários na "descida" e na conversão dos índios, às **guerras justas** e às tropas de resgate e de caça aos índios pelos colonos.

A conquista dos indígenas pelos portugueses ocorreu por causa de algumas características desses pioneiros: eles conheciam a língua tupi e o modo de vida dos índios e exploravam a rivalidade de algumas tribos como arma de conquista. Além disso, tinham arma de fogo e técnicas de combate.

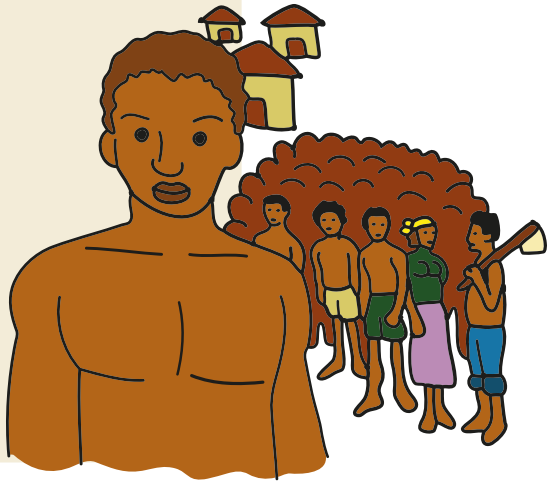
Sistema de Capitanias

Desde o início da colonização portuguesa, o Brasil estava dividido em capitanias hereditárias, ou seja, terras brasileiras doadas para nobres e pessoas de confiança do rei de Portugal, nomeados donatários. Os seus objetivos eram colonizar e defender o território e administrar os índios. Aos donatários era permitido explorar as riquezas minerais e vegetais da Amazônia. E as terras, doadas pelo rei, passavam de pai para filho. No Estado do Maranhão e Grão-Pará, as principais capitanias estavam sob a jurisdição direta da Coroa Portuguesa (Pará, Maranhão e Piauí), enquanto as outras pertenciam aos capitães donatários (Caetê, Cametá, Joanes e Cumã).

Esse sistema de capitanias na Amazônia começou a ruir no final do século 17, quando o Estado do Maranhão e Grão-Pará lutava para sobreviver com poucos recursos e mão de obra escassa. A colônia, nessa região, estava abandonada pela Coroa Portuguesa e, com pouca atividade comercial, as famílias ficavam sobrecarregadas com suas despesas. Assim, empobrecidos, os poucos colonos brancos dependiam do trabalho dos índios escravos, obtidos pelas tropas de resgate, os quais ajudavam a manter os negócios. Diferente de outras co-

lônias no restante do Brasil havia poucos escravos negros no Maranhão e Grão-Pará. E, agravando ainda mais a situação, em 1690, uma terrível epidemia de varíola devastou a força de trabalho indígena. Nesse período, Portugal também enfrentava uma grave crise econômica.

Desde o início da colonização, os residentes, as autoridades da colônia e os missionários pediam à Coroa que escravos africanos fossem introduzidos na região para o cultivo de roças e lavouras. O registro mais antigo dessa introdução, no Pará, é de 1682. Estima-se que nessa época os escravos negros somavam menos de 600 indivíduos, valor inferior ao desejado pela Companhia de Comércio do Maranhão (1682 - 1685), que pretendia introduzir na região 500 escravos por ano. Assim, a exploração da mão de obra escrava africana era incipiente.



Missões Religiosas

No final do século 17, na região amazônica, não havia alternativas econômicas nem capital para desenvolver qualquer atividade diferente da exploração das drogas do sertão. Portanto, a ordem de Portugal nesta **SEGUNDA FASE** da colonização (1700 - 1755) era intensificar a construção de missões e aldeamentos na colônia administrados por religiosos (principalmente jesuítas). O objetivo era dar continuidade à ocupação e expansão do território por meio da catequese e do trabalho agrícola, com base na experiência milenar dos índios. Além disso, ordenou-se a construção de um sistema de defesa (fortes) para assegurar o domínio da área.

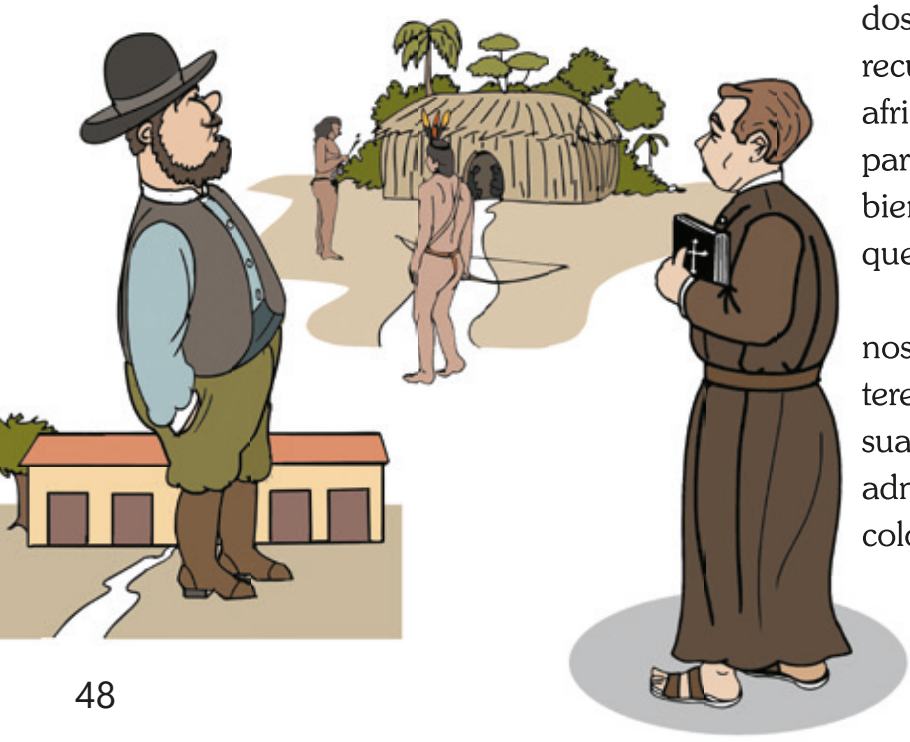
Os missionários, como vimos, partiam em expedições ao interior da floresta para "descer" os indígenas e trazê-los aos aldeamentos. Ali, eles eram divididos para trabalhar nas propriedades rurais de colonos portugueses, nas missões das ordens religiosas e para o governo.

Para os missionários, catequizar os índios era, além de ensinar a moral cristã, retirá-los da barbárie e integrá-los à sociedade da colônia. Assim, entre os valores europeus repassados aos povos indígenas estava principalmente a função do trabalho. O índio deveria tornar-se um bom cristão e trabalhador.

Nesse período, os missionários seguiam a ordem da Coroa Portuguesa de continuar convertendo os índios ao cristianismo e usar o seu trabalho para manter a missão. Das ordens religiosas, os jesuítas eram os mais energéticos, disciplinados e instruídos. Por essa razão, eles tinham um grande domínio sobre as populações indígenas e muita influência sobre a Coroa.

Os padres da Companhia de Jesus possuíam grandes fazendas para a criação de gado na ilha de Marajó; administravam comércio de couros e produtos agrícolas (algodão, tabaco e arroz) e também de ervas medicinais e tinturas extraídas das plantas. No final do século 17 e início do século 18, eles haviam enriquecido com os negócios ligados ao trabalho indígena. Em contrapartida, os colonos portugueses estavam empobrecidos, pois tinham acesso limitado à mão de obra dos índios, bem como não possuíam recursos para adquirir escravos negros africanos. Também tinham dificuldades para lidar com as características do ambiente tropical: insetos, parasitas, clima quente e solos de baixa fertilidade.

Segundo Darcy Ribeiro, os missionários viam os índios como fonte de pecado, pois andavam nus, participavam de ritos pagãos, praticavam o infanticídio, o incesto e muitas vezes comiam carne humana.



Dessa forma, a relação entre colonos e jesuítas era tensa, pois ambos, interessados nos índios para trabalhar em suas fazendas e missões, disputavam a administração dessa mão de obra. Os colonos frequentemente acusavam os

padres de possuírem regalias fiscais e de não precisarem pagar salário (na época, tecidos de algodão e ferramentas) aos índios. Por outro lado, os jesuítas repudiavam a escravidão e os maus-tratos aos índios praticados por esses colonos. O fato é que as leis sobre o cativeiro indígena nesse período oscilavam entre a sua liberdade (defendida pelos jesuítas) e escravidão (praticada pelos moradores da colônia).

A lei real de 1680 dividiu os indígenas aldeados desta forma:

Trabalhadores: envolvidos na agricultura de subsistência e coleta de drogas do sertão.

À disposição dos missionários: para ajudar na conversão de outros índios, trazendo-os para os povoados.

Distribuídos pelo governo para os colonos: nesta época, apenas 20% dos índios estavam disponíveis para os fazendeiros.

Os indígenas eram explorados sem piedade, uma vez que os europeus dependiam deles para absolutamente tudo. Observe o relato do Padre Antônio Vieira sobre o trabalho indígena por volta de 1653:

> "Nenhum desses índios trabalha exceto mediante violência e força. O trabalho é excessivo, e muitos morrem todos os anos, já que a fumaça do tabaco é muito venenosa. Eles são tratados com mais ruideza que os escravos, são chamados dos nomes mais feios e ficam muito ressentidos; sua comida é quase nada; seu pagamento é [irrelevante]."

Influenciada pelos jesuítas, a Coroa Portuguesa passou a restringir ainda mais a mão de obra indígena para os colonos. Dessa forma, uma nova carta real emitida seis anos depois da lei de 1680 estipulou que os empregadores deveriam pagar um salário aos trabalhadores indígenas e fornecer-lhes alimentação.

Nessa disputa entre colonos e missionários, os indígenas, embora em maior número na região, eram em geral os mais fracos. Contudo, muitas vezes, revoltados com os trabalhos forçados, organizavam-se para resistir às tropas de resgate. Por exemplo, no início do século 18, o líder manau **Ajuricaba** conseguiu reunir, depois de quatro anos de trabalho de persuasão, mais de 30 nações do Rio Negro numa só confederação para combater essas tropas na região.

As disputas com os colonos e também entre as próprias ordens religiosas (carmelitas, jesuítas, mercedários, capuchinos e franciscanos) exigiu a emissão de várias cartas régias para fixar as suas áreas de atuação:

- os franciscanos de Santo Antônio receberam as missões do Cabo do Norte, Marajó e norte do rio Amazonas;
- os jesuítas ficaram com as dos rios Tocantins, Xingu, Tapajós e Madeira;
- os franciscanos receberam as da Piedade e do Baixo Amazonas, tendo como centro Gurupá;
- os capuchinhos também ficaram com o Baixo Amazonas;
- os mercedários receberam as do Urubu, Anibá, Uatumã e trechos do Baixo Amazonas; e
- os carmelitas ficaram com as dos rios Negro, Branco e Solimões.

Essas missões religiosas, assim como os fortes construídos nesse período, deram origem a algumas vilas ao longo da margem esquerda do rio Amazonas. As mais antigas são Óbidos e Curuá (Veja na página 52 exemplos dessas ordens no Baixo Amazonas).

Em 1750 começa em Portugal o reinado de D.José I, o qual foi marcado pelas políticas do seu primeiro-ministro, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal. Esse político reorganizou as leis, a economia e a sociedade portuguesa, mo-

Os colonos brancos, em menor número na região, constantemente precisavam solicitar indígenas aos padres, mas nem sempre obtinham essa mão de obra. Ou seja, os indígenas viviam em grande parte sob a administração dos missionários, afastados dos colonos.

Os indígenas da Amazônia rejeitavam qualquer tipo de poder central controlador. Dessa forma, as tribos estavam pulverizadas e, por essa razão, eram mais fáceis de serem capturadas pelos portugueses.

Ajuricaba

O grande líder dos índios manau, Ajuricaba, vivia na região da atual Manaus e Manacapuru, no Estado do Amazonas. No início do século 18, ele conseguiu reunir mais de 30 nações do Rio Negro para guerrear contra os portugueses. Ajuricaba distinguia bem os diversos europeus que entravam no território. Dos holandeses, ele conseguiu armas de fogo, pólvora e instrutores. O líder manau levava a bandeira da Holanda hasteada em sua canoa, num ato de desafio ao governo português. Com armas, os manaus atacavam as missões do Rio Negro para impedir que os portugueses escravizassem os indígenas dentro da sua área de influência.

Os conflitos ocorreram basicamente na área do baixo rio Negro (Manaus) até o rio Branco (Boa Vista) de 1723 a 1727. O sistema de vigilância organizado por Ajuricaba dificultava o deslocamento dos portugueses pelos rios e lagos. Além disso, suas táticas de guerra contavam com as grandes distâncias entre as principais localidades do Grão-Pará e Rio Negro, o que impedia uma resposta rápida dos portugueses.

Contudo, o governador da Província, João da Maia da Gama, organizou uma poderosa força punitiva sob o comando do capitão João Paes do Amaral em 1728. O líder indígena foi capturado e enviado a Belém. Durante a viagem, acorrentado, preferiu atirar-se às águas e cometer suicídio a ser morto pelo inimigo. O seu povo e os próprios portugueses consideraram o suicídio de Ajuricaba um ato heróico.

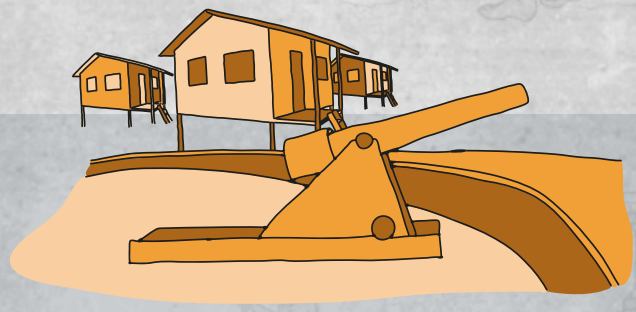
dernizando o país. Marquês de Pombal também era responsável pela administração da colônia portuguesa no Brasil.

O período da administração pombalina corresponde à **TERCEIRA FASE** da empresa colonial na Amazônia (1757 - 1798), marcada pela criação do Diretório dos Índios e pela expulsão de todos os jesuítas da região em 1759.

Pombal era contra o domínio dos padres jesuítas sobre os índios na colônia e os acusava de praticarem comércio ilegal e de incitarem as populações indígenas contra a Coroa Portuguesa. O poder dos jesuítas, cada vez maior, era portanto um desafio ao governo. Após a sua expulsão em 1759, toda a riqueza acumulada pelos jesuítas foi confiscada e vendida: 135 mil cabeças de gado, 1.500 cavalos, 22 fazendas, edifícios, plantações de cacau, entre outras benfeitorias.

MISSÃO									
MUNICÍPIO	**Faro**	**Terra Santa**	**Oriximiná**	**Óbidos**	**Curuá**	**Alenquer**	**Monte Alegre**	**Prainha**	**Almeirim**
NOME INDÍGENA	Aldeia dos índios Jamundás	Pedra Santa	Uruá-tapera	Aldeia dos índios Pauxis	Missão Baré	Missão Surubiú	Aldeia Gurupatuba	Outeiro	Aldeia Paru
ORDEM RELIGIOSA	Congregação Capuchos da Piedade	Cia. de Jesus (Padre José Nicolino de Souza)	Cia. de Jesus (Padre José Nicolino de Souza)	Congregação Capuchos da Piedade	Franciscanos	Franciscanos	Franciscanos	Capuchos de Sto. Antônio	Capuchos de Sto. Antônio
ANO	1768	1991*	1877	1697	1694	1775	1751	1758	1758

* Entre 1768 e 1990, Terra Santa pertenceu a Faro e Oriximiná. Somente em 1991, este município foi desmembrado.



Missões jesuíticas/ocupação portuguesa da Amazônia

Tratado de Madri

Expulsão dos jesuítas da Amazônia

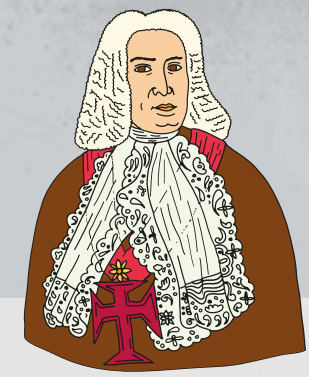
1657 • 1700 • 1750 • **1757** • 1759

Estabelecimento das missões religiosas

Diretório dos Índios

Construção da linha de fortes na região do rio Negro e foz do Amazonas. Nascimento das vilas

• **1760** • 1798 • 1823



Marquês de Pombal

3
4
Almeirim
Prainha
Monte Alegre
Faro
Oriximiná
Curuá
Terra Santa
Óbidos
Alenquer

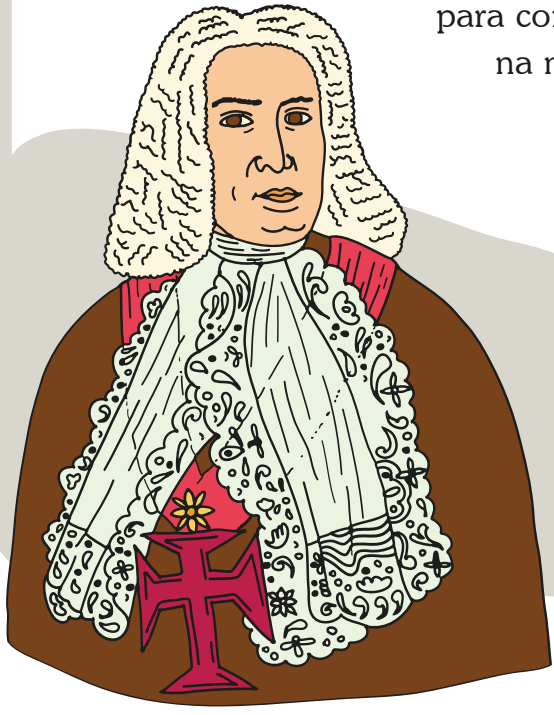
Meados do século 18: O DIRETÓRIO DOS ÍNDIOS

Meados do século 18: O DIRETÓRIO DOS ÍNDIOS

Os aldeamentos formados por indígenas catequisados durante o trabalho dos missionários nos séculos 16 e 17 passaram no século 18 para a condição de vilas ou aldeias.

Nesse período, Marquês de Pombal retirou o caráter religioso dessas formações populacionais e buscou transformar o índio em um trabalhador livre. Assim, um decreto de 1755 impedia que os missionários controlassem as aldeias indígenas. Ou seja, qualquer colonizador europeu podia ter acesso a elas. Embora esse decreto afirmasse que os índios deviam ter os mesmos direitos que os cidadãos livres comuns, na prática, não foi dado a eles o direito de administrar suas próprias aldeias. Isto é, Pombal colocou, no lugar dos missionários, colonos portugueses (diretores) para conduzir a mão de obra indígena nessas novas vilas e aldeias.

Marquês de Pombal ordenou que cada vila ou aldeia tivesse uma escola, com um mestre para os meninos e outro para as meninas. A ordem era também abolir as línguas indígenas e falar e ensinar apenas português. Assim, os nomes indígenas de aldeias foram substituídos por nomes de vilas portuguesas. Da mesma forma, os índios passaram a assumir sobrenomes portugueses.



Em meados do século 18, Portugal acelerou o trabalho de povoamento e demarcação das fronteiras para garantir a posse do território. Nesse período, a Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778) foi estabelecida e uma nova leva de escravos negros africanos foi introduzida na Amazônia. O objetivo era intensificar os negócios agroindustriais na região.

Os negros eram uma alternativa necessária para a suposta liberdade dos indígenas. Além disso, eles eram mais resistentes às doenças e eram considerados mais trabalhadores pelos portugueses. Os escravos africanos, nesse período, trabalhavam na monocultura de produtos para a exportação, geralmente cacau, café, arroz e açúcar. Os índios, em contrapartida, cultivavam mandioca e arroz para o consumo local. E, principalmente, estavam envolvidos nas árduas expedições anuais de coleta nas florestas.

O irmão do Marquês de Pombal, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governava a Capitania do Grão-Pará no início do Diretório dos Índios. Em sua administração, ele decidiu dividir essa capitania para cortar gastos e obter um maior controle do território. Dessa forma, por carta régia de 3 de março de 1755 é criada a Capitania de São José do Rio Negro (atual Estado do Amazonas e parte do Estado de Roraima), instalada inicialmente na cidade de Barcelos (a sede da Capitania mais tarde foi transferida para o Lugar da Barra, atual Manaus). Assim, o agora denominado Estado do Grão-Pará e Maranhão passou a compreender quatro capitanias: São José do Rio Negro, Grão-Pará, Maranhão e Piauí.

Mendonça Furtado, em suas estadias na região do rio Negro e Amazonas, constatou que os colonos e o governo real ainda dependiam fortemente do trabalho indígena. E, por essa razão, afirmou que se aos índios fosse dado o direito de cuidar

As culturas de cana-de-açúcar, algodão, tabaco, cacau e café – desenvolvidas na Amazônia – não eram tão lucrativas como as do Nordeste e Sudeste do país. Isso devido ao clima quente da região, à estação chuvosa longa, aos solos pobres e à vegetação agressiva favoráveis a insetos, fungos e doenças que dificultavam o cultivo desses produtos.

Nesse período, Marquês de Pombal enviou para Belém o arquiteto italiano Giuseppe Antonio Landi, de Bolonha. Ele viveu 38 anos na região amazônica, onde projetou igrejas e casas elegantes. Landi também importou mangueiras da Ásia e as introduziu em Belém. Além disso, escreveu o primeiro estudo de fauna e flora do Pará, que nunca foi publicado. Nas últimas décadas do século 18, Belém era umas das três melhores cidades da América portuguesa.

Índios e o trabalho agrícola
Ao empregar o índio nas lavouras, os portugueses encontraram três principais dificuldades. Primeiro, os homens indígenas recusavam-se a trabalhar no cultivo e colheita de plantas, uma vez que em muitas tribos essas tarefas deviam ser realizadas apenas pelas mulheres (fertilidade). Segundo, eles repudiavam a ideia de trabalhar para outros, pois em suas tribos o trabalho sempre era realizado coletivamente. E, por último, eles eram totalmente alheios ao conceito de superprodução para exportação e lucro.

das suas próprias vilas, eles passariam a recusar o trabalho para outros. Em um decreto de 21 de maio de 1757 declarou:

> "Devendo executar as duas leis de 6 e 7 de junho de 1755, pelas quais sua Majestade foi servido mandar declarar a liberdade de todos os índios deste Estado […], reconhecendo eu, como quem está lidando com eles continuamente, e como quem tem vivido nas suas povoações mais de dois anos, que as piíssimas intenções de sua Majestade ficariam frustradas, se absolutamente se entregasse a estes miseráveis e rústicos ignorantes o governo absoluto da quantidade de povoações, que constituem este grande Estado."

Assim, nas vilas portuguesas durante os quarenta anos do Diretório dos Índios, a população indígena foi fortemente empregada:

Nas fazendas ou nas lavouras.

Na coleta das drogas do sertão em expedições anuais.

Como remadores ao longo do rio Amazonas.

Os índios trabalhavam para os diretores de suas aldeias, para os colonos particulares e para o governo. A taxa de pagamento pelo trabalho indígena foi fixada em 1751 e era expressa em termos de **dinheiro**. Contudo, os colonos e os funcionários do governo convertiam os valores correspondentes em metragens de tecido de algodão. Além disso, os indígenas submetidos ao Diretório sobreviviam com uma dieta de quase fome de cerca de 8 litros de farinha de mandioca por família para um mês.

A legislação do Diretório considerava que os índios não eram capazes de lidar com o **dinheiro**. Portanto, no século 18, não havia moeda corrente na Amazônia.

O comércio nesta época era baseado em mercadorias e crédito. Nesse sistema (aviamento), o comerciante adiantava (entregava) bens de consumo (geralmente roupas simples de algodão e ferramentas de trabalho) ao empregado. Este os pagava com os produtos extrativistas e agrícolas. A troca era desigual porque o comerciante entregava esses bens com preços mais altos e recebia como pagamento produtos extrativistas e agrícolas com preços bem abaixo do mercado. Além disso, os trabalhadores indígenas recebiam apenas uma parcela pequena do lucro da venda dos produtos, pois antes pagavam-se os intermediários (diretor, cabo e Estado) e o dízimo para a Igreja.

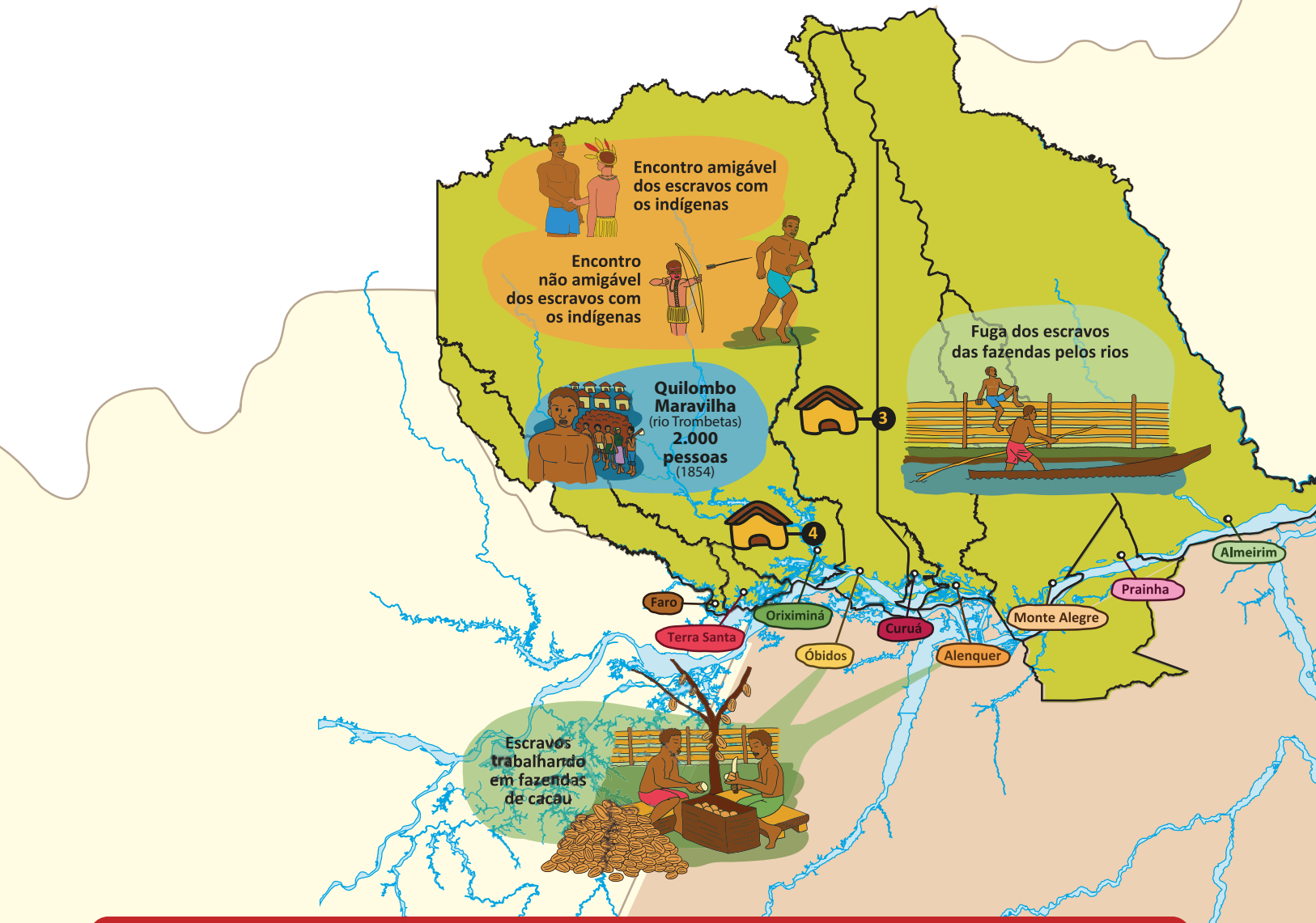
Assim, a força de trabalho nos anos do Diretório era composta por índios escravizados ilegalmente e escravos africanos legalizados.

Além disso, o governo das capitanias concedia licenças a colonos privilegiados para impedir que os índios trabalhassem livremente para quem desejassem. O colono que possuía essas licenças acabava escravizando os indígenas. Eles muitas vezes fugiam do trabalho duro, dos castigos brutais e do modo de vida europeu e, assim como os negros escravos nesta época, formavam quilombos ou mucambos. Outra causa comum das fugas eram as doenças. Entretanto, os indígenas que fugiam das doenças, às vezes já infecta-

De acordo com o relatório do ouvidor Ribeiro de Sampaio, durante o período do Diretório, os serviços prestados pelos indígenas dividiam-se desta forma: 28% do tempo dos homens era empregado nas expedições de coleta de drogas do sertão; 26% em serviço misto e agrícola; 21% em trabalhos para o Estado; 15% para os colonos; 6% na pesca; e 4% para funcionários da aldeia.

dos, acabavam por transmiti-las aos outros membros da tribo que moravam no interior da floresta, provocando a morte de muitos indivíduos. Alguns mucambos situavam-se nos tributários mais ao norte do Amazonas como o rio Trombetas, na serra do Tumucumaque e na vertente das Guianas.

Nos quarenta anos do Diretório dos Índios, o número de indígenas trabalhadores envolvidos com esse sistema sofreu



Principais mucambos do Grão-Pará

1. [AP] Oiapoque-Calçoene
2. [AP] Mazagão
3. [PA] Alenquer (rio Curuá)
4. [PA] Óbidos (rio Trombetas/Cuminá)
5. [PA] Alcobaça (hoje Tucuruí) Cametá (rio Tocantins)
6. [PA] Caxiú (rio Moju/Capim)
7. [PA] Mocajuba (litoral atlântico do Pará)
8. [PA] Gurupi (atual divisa entre PA e MA)
9. [MA] Turiaçu (rio Maracassumé)
10. [MA] Turiaçu (rio Turiaçu)
11. [PA] Anajás (Lg. Mocambo, ilha de Marajó)

uma grande redução. Em 1757 havia cerca de 30 mil indígenas, enquanto em 1798 restavam apenas cerca de 19 mil (final do Diretório dos Índios). Os índios submetidos a esse sistema sofreram com o excesso de trabalho e maus-tratos praticados por diretores escolhidos entre colonos e oficiais militares da colônia. Esses homens, diferente dos padres que conduziam as antigas missões, eram rústicos e despreparados.

Os piores ataques de varíola e sarampo ocorreram em 1748 e 1750. Nas proximidades de Belém morreram cerca de 40 mil pessoas. Sobre a epidemia de varíola no Maranhão e Pará, o jesuíta alemão João Felipe Bettendorf escreveu: "A cor da pele dos índios contaminados mudava de avermelhada para negra; seu cheiro era terrível; e alguns eram atingidos com tanta força que pedaços de carne caíam deles."

Sobre eles, o naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire escreveu:

> "Pombal queria diretores que fossem seres razoáveis. Os que foram dados aos índios eram homens imorais, gananciosos, por vezes, até mesmo foragidos da justiça, e tornaram-se déspotas terríveis…"

Negros na Amazônia

Em 1755, após o terremoto de Lisboa, Portugal decidiu explorar ainda mais as riquezas da Amazônia e, por essa razão, intensificou o tráfico de escravos da África para a região. Estima-se que entre 1755 e 1815, cerca de 51 mil escravos africanos chegaram ao porto de Belém. No entanto, a população de escravos na Amazônia ainda era pequena, se comparada à de outras regiões brasileiras.

O trabalho forçado e desumano no período do Diretório dos Índios uniu indígenas e negros da Amazônia. Os índios ensinaram aos negros como sobreviver na floresta e, assim, quando estes se revoltavam contra os abusos e maus-tratos e conseguiam fugir, escondiam-se na mata e criavam quilombos para se proteger. Na época, uma rede de quilombos formava um arco que começava no território do Maranhão e terminava no Amapá. Essas áreas eram estratégicas, pois ofereciam proteção natural (chapadas, cachoeiras, serras) e recursos naturais para a sobrevivência (peixes, caça e castanhas). Contudo, os foragidos, muitas vezes, eram resgatados por expedições violentas conduzidas por capitães do mato. Os negros do Grão-Pará eram basicamente oriundos de Bissau e Cacheu, na região da Guiné.

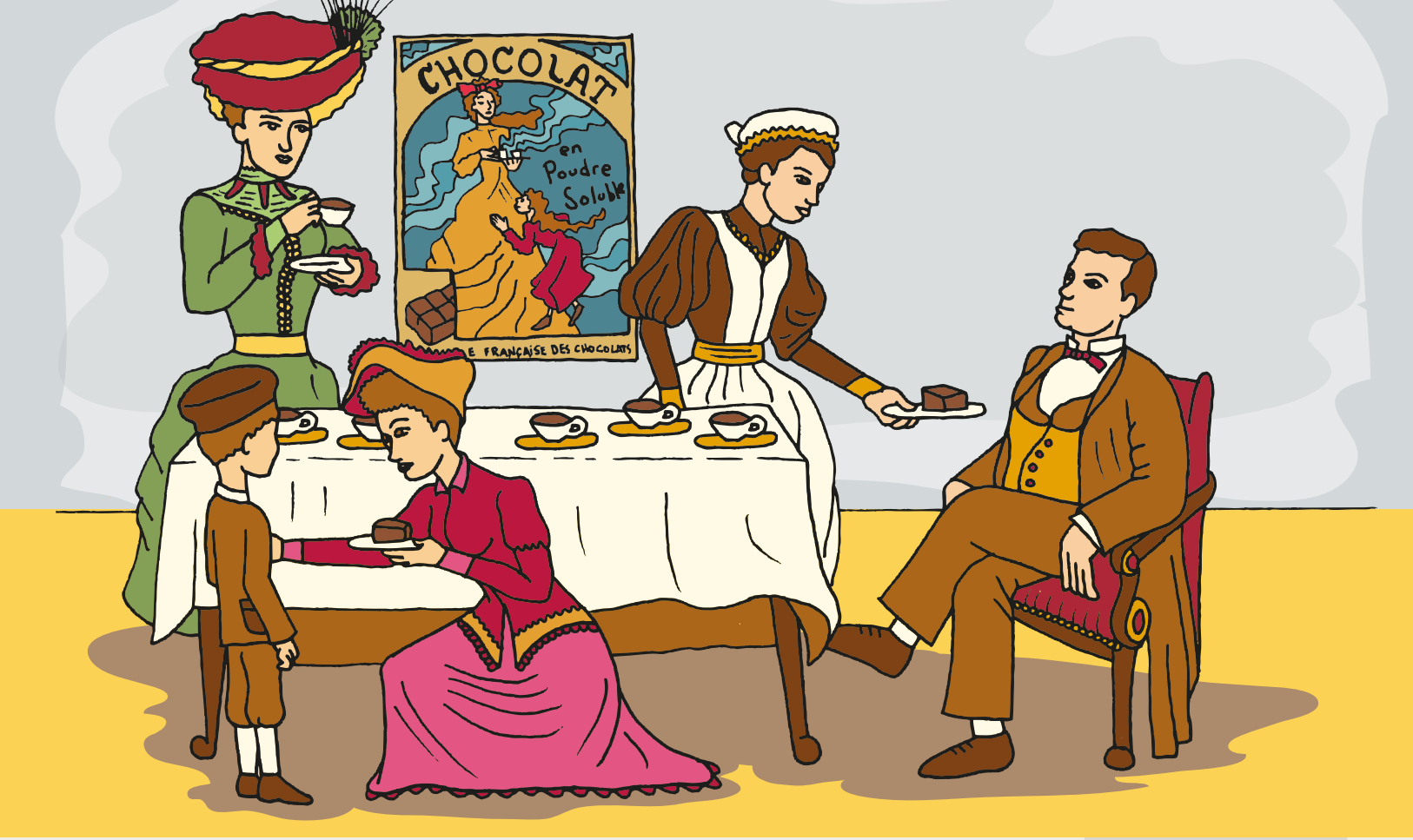
Reunidos nos quilombos, os negros podiam manifestar livremente sua cultura e sua forma coletiva de trabalhar a terra trazidas da África pelos seus descendentes. As músicas, danças, festas, brincadeiras e rituais puderam ser reavivados nessas comunidades e até hoje estão presentes em algumas regiões. Com o fim da escravidão, em 1888, os quilombolas não precisavam mais fugir nem se esconder do homem branco. Em muitos locais continuaram vivendo em comunidades e também passaram a se relacionar com as cidades.

Prosperidade na Colônia

As aldeias do Diretório eram incentivadas a cultivar produtos básicos como mandioca, arroz, milho e algodão. Nos anos de relativa prosperidade predominou na Amazônia o cultivo do cacau (já bastante explorado no período das missões), responsável por 60% das exportações em meados do século 18, principalmente nos anos 1730. Embora tenha havido um declínio intenso da população trabalhadora indígena (provocado por epidemias de sarampo e varíola em 1748 e 1750), a importação acelerada de escravos africanos em meados daquele século fez ressurgir essas plantações. O Pará chegou a exportar 600 toneladas por ano ao longo dos 23 anos da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão.

Já no final do século 18, o cultivo do arroz foi em parte o responsável pela prosperidade do Baixo Amazonas. A região era produtora de arroz da variedade Carolina que havia sido introduzido pelo irlandês Laurence Belfort. Na década de 1780, o Grão-Pará e o Maranhão excederam a produção do restante do Brasil.

O cacau é originário da floresta tropical e ocorre numa região que vai da Amazônia até o México. A maioria dos botânicos acredita que a planta cresceu inicialmente nas cabeceiras do rio Amazonas, no Peru.



O cacau estava em voga nesta época por causa do consumo do chocolate na Europa. E, quando as guerras napoleônicas impediram que a Inglaterra importasse cacau da Venezuela, a Amazônia aumentou suas exportações.

Fim do Diretório dos Índios

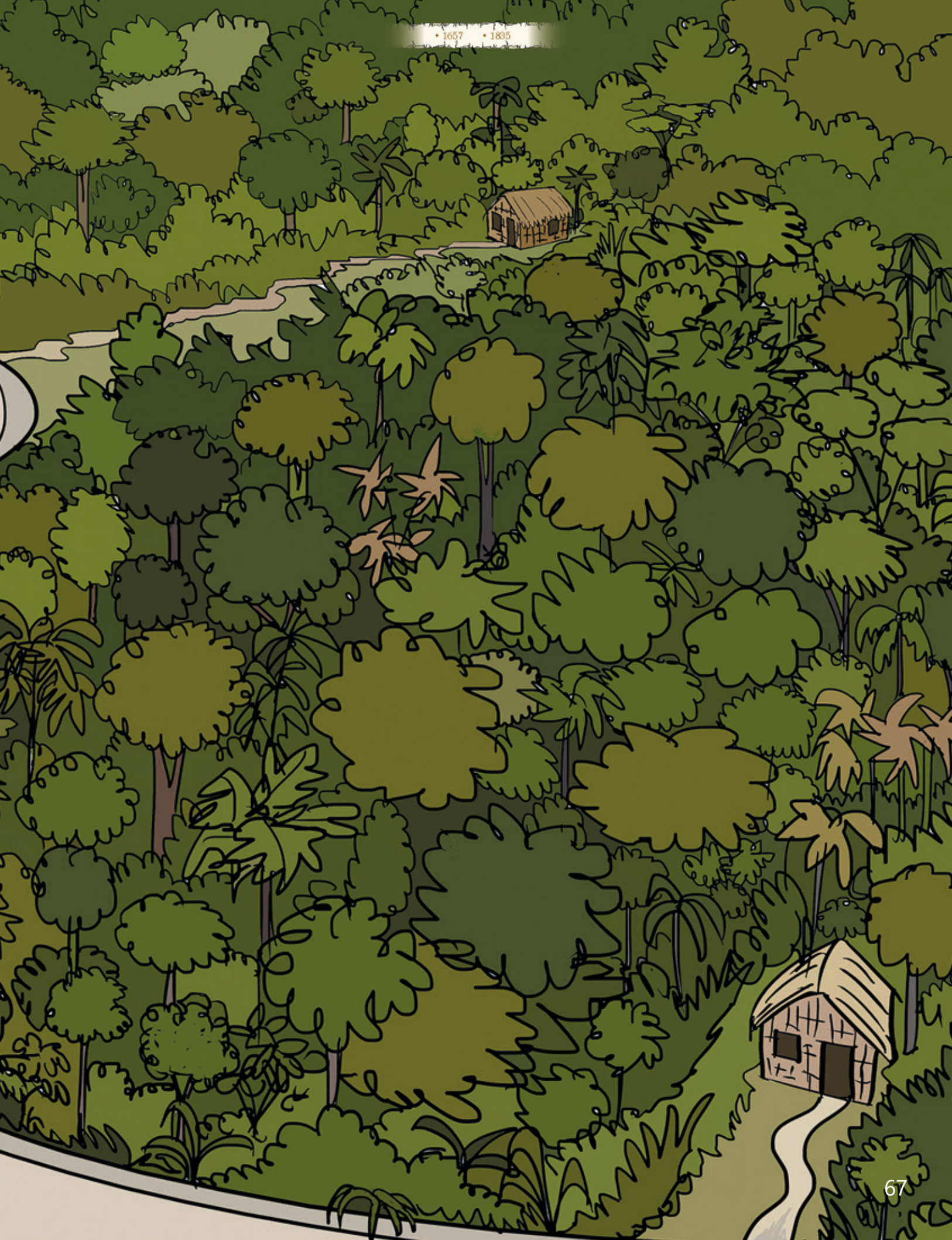
Em 1777, o rei de Portugal Dom José I morre e, consequentemente, o sistema do Diretório dos Índios no Brasil criado por Marquês de Pombal começa a ser contestado. Nas duas últimas décadas do século 18, a redução acentuada da população indígena motivou a abolição desse sistema em 12 maio de 1798 pelo príncipe regente D. João VI. As causas do despovoamento das aldeias do Diretório (que proibia por lei a escravidão indígena) foram principalmente as doenças e a fuga dos indígenas provocadas pelo excesso de maus-tratos praticados por seus diretores. Além disso, os colonos da Amazônia não reagiram na época ao contexto mundial da passagem do mercantilismo para o capitalismo, voltando-se apenas à defesa dos seus próprios interesses econômicos locais.

Cegos pela ignorância, esses diretores foram os responsáveis pela ruína do sistema, uma vez que exauriram a principal riqueza da região, ou seja, a mão de obra indígena – o "ouro vermelho" da Amazônia. Sem o trabalho dos índios nas lavouras, nas expedições para a coleta das drogas do sertão e na construção de fortes e edifícios, a colônia portuguesa não teria prosperado nessa região.

No final do século 18, as aldeias ao longo dos rios da Amazônia estavam vazias e começaram a ser habitadas por migrantes brancos descendentes dos caçadores de escravos, dos homens que chegaram com os comissários de fronteira e dos soldados de guarnição. Entretanto, o número de colonos era reduzido; havia apenas pequenos grupos de choupanas nas margens dos rios, distantes uns dos outros.

Observe o relato de Alexandre Rodrigues Ferreira em *Viagem filosófica pelas capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*:

> "...Se veem lugares naquele rio que antes eram habitados por inúmeros selvagens, mas que agora não mostram nenhum sinal de vida, apenas ossos dos mortos. E os que escaparam do contágio não escaparam do cativeiro [como trabalhadores forçados]."

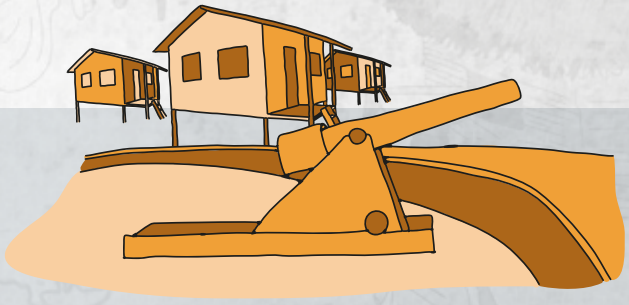

• 1657 • 1835

Divisão política da época
Após a criação da Capitania de São José do Rio Negro em 1755, o Estado do Grão-Pará e Maranhão foi dividido em duas unidades administrativas: o Estado do Grão-Pará e Rio Negro (sede em Belém) e o Estado do Maranhão e Piauí (sede em São Luís). Entretanto, em 1774, esses dois Estados foram extintos e suas capitanias ficaram submetidas ao Estado do Brasil (sede na cidade do Rio de Janeiro).

O fim do regime e um decreto do rei reafirmaram que os índios eram livres tanto quanto os demais cidadãos da época. Contudo, eles de fato eram compelidos a trabalhar para o Estado ou colonos particulares se não tivessem uma casa e uma ocupação fixa. Também tinham de servir em um corpo de milícia. Além disso, era permitido a qualquer imigrante explorar os recursos naturais das terras indígenas.

A partir de 1799, os indígenas remanescentes foram sendo removidos das aldeias que haviam sido administradas pelo Diretório e, juntamente com negros e mestiços, passaram a morar nos igapós e várzeas perto de cidades como Belém. Essa nova força de trabalho estava dedicada à extração de produtos silvestres e de ovos de tartaruga para produção de óleo e às lavouras de fumo, algodão e café, além de desempenhar funções na carpintaria e curtição de couro.

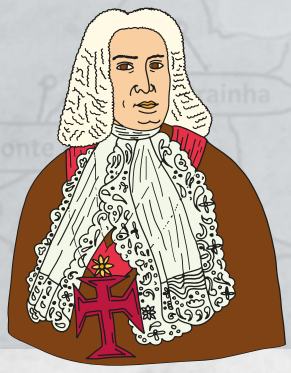
Os índios sempre resistiram bravamente aos abusos da colonização europeia. No entanto, para a mentalidade racionalista da época, essa resistência era sinal de imprudência e turbulência. Os europeus consideravam os indígenas seres humanos rudimentares e infantis, portanto, não outorgavam a eles o direito à terra. A expropriação do índio nunca foi pacífica na Amazônia, ao contrário, sempre ocorreu sob repressão. Em 1729, por exemplo, 20.800 indígenas da etnia mura, habitantes do rio Japurá, foram trucidados por um comando militar português. Isso porque os muras eram ferozes guerreiros que não aceitavam a dominação branca. As táticas de guerra dos muras incluíam ataques e emboscadas rápidas e o uso de grandes arcos suportados pelos pés capazes de lançar flechas para atravessar um boi.



Expulsão dos jesuítas da Amazônia

1657 • 1700 • 1750 • **1757** • 1759

Diretório dos Índios



Marquês de Pombal

Construção da linha de fortes na região do rio Negro e foz do Amazonas. Nascimento das vilas

• **1760** • 1798 • 1823 • 1835

Fim do Diretório dos Índios

Amazônia no início do SÉCULO 19

Amazônia no início do século 19

O governo na Amazônia tornou-se mais presente e organizado no início do século 19. Nas cidades maiores, após programas econômicos voltados para a agroindústria e manufatura, proprietários e comerciantes surgem como classe social distinta e diretamente conectada com Lisboa. Esses homens de negócios, além de abastecerem a região, exportavam largamente açucar, algodão, anil e cacau. Eram médios e pequenos proprietários que haviam se desenvolvido no período pombalino. Os laços familiares, os interesses comerciais e as facilidades de **navegação** estreitaram essa ligação.

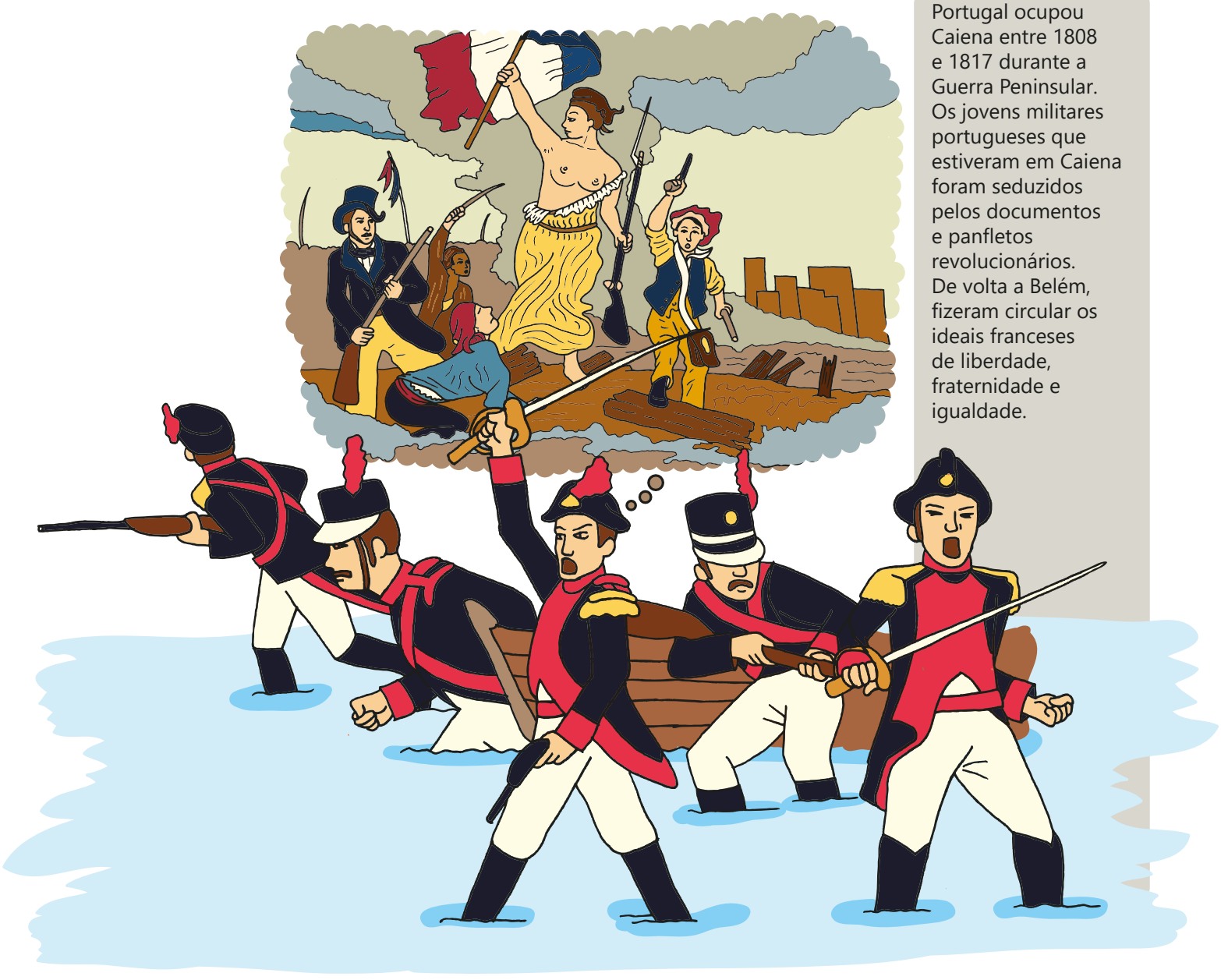
No início do século 19, **navegar** de Belém para Lisboa (20 dias) era mais rápido do que para o Rio de Janeiro (3 meses) por causa dos ventos mais favoráveis. A partir de 1850, o barco a vela na Amazônia começou a ser substituído pelo barco a vapor.

Entretanto, a economia da região ainda estava baseada nas atividades extrativas e era pouco desenvolvida tecnicamente. Como vimos anteriormente, os negócios na Amazônia dependiam muito da mão de obra indígena, a qual foi declinando drasticamente ao longo dos primeiros séculos de colonização. Neste período (início da industrialização no mundo), os preços dos produtos caíram e os novos desafios para a Amazônia colonial foram resolvidos por meio de taxações excessivas sobre os produtos naturais e cultivados. Essa iniciativa levou a região à decadência econômica. Entre 1806 e 1819, as capitanias do Grão-Pará e Rio Negro sofreram uma crise. A partir daí, surgem as ideias de independência em relação a Portugal.

A Independência do Brasil

No final de 1820 emergiu na Amazônia um grupo político insatisfeito com o sistema colonial. Esses cidadãos almejavam mais oportunidades econômicas para aqueles que haviam nascido na região, especificamente os que migraram para as cidades sem receber nenhuma educação. Esse grupo queria um governo que realmente garantisse os direitos dos

menos favorecidos. Por outro lado, a classe "superior" acusava essas pessoas de serem preguiçosas, contudo elas eram as únicas que trabalhavam e nem sempre eram pagas pelo grupo dominante. Os contestadores haviam sido influenciados pelas ideias do Iluminismo francês, circuladas no Grão-Pará a partir de 1808 por causa do conflito entre Portugal e França em Caiena, na Guiana Francesa.



Portugal ocupou Caiena entre 1808 e 1817 durante a Guerra Peninsular. Os jovens militares portugueses que estiveram em Caiena foram seduzidos pelos documentos e panfletos revolucionários. De volta a Belém, fizeram circular os ideais franceses de liberdade, fraternidade e igualdade.

Felipe Patroni
Nasceu em Belém em 1794 e estudou direito em Coimbra. Tornou-se o propagandista da revolução liberal. Fundou o jornal *O Paraense*, pelo qual passa a pregar a independência do Grão-Pará e Rio Negro. A coroa portuguesa reagiu fechando o jornal. Felipe Patroni foi preso e deportado para o Ceará.

João Batista Gonçalves de Campos
Nasceu em Barcarena em 1782, foi cônego, jornalista e advogado. Batista Campos era partidário da Independência do Brasil e por essa razão teve de escapar das perseguições do governo e refugiar-se no interior. Reativou o jornal de Patroni e passou a dirigi-lo. Seus ideais contribuíram para a explosão do movimento da Cabanagem.

Se você já foi a Belém deve ter visitado ou pelo menos ouvido falar nas Praças Felipe Patroni e Batista Campos. Você sabe quem foram esses personagens e por que se destacaram na história? Felipe Patroni e Batista Campos foram os dois grandes propagandistas da Independência do Brasil na região amazônica.

A Proclamação da Independência do Brasil ocorreu em 1822. Contudo, somente em meados de 1823, as capitanias do Grão-Pará e Rio Negro aderiram à Independência. Isso porque, em 10 de agosto deste ano, sob as ordens de Dom Pedro I, o capitão-tenente inglês John Grenfell chegou a Belém com um documento exigindo a adesão do Pará. Caso os governantes negassem tornar a região independente de Portugal, uma esquadra em Salinas estaria pronta para fechar o acesso ao porto de Belém, isolando

o Pará do restante do Brasil. Os governantes da época renderam-se e, no dia **15 de agosto**, depois de uma assembleia no Palácio Lauro Sodré, a adesão foi proclamada por Dom Romualdo Coelho e oficializada com a assinatura de um documento. A partir desse momento, a capitania do Grão-Pará foi elevada à categoria de província do Império do Brasil.

A adesão à Independência do Brasil é comemorada no Pará com um feriado no dia **15 de agosto**, conhecido como Adesão do Pará.

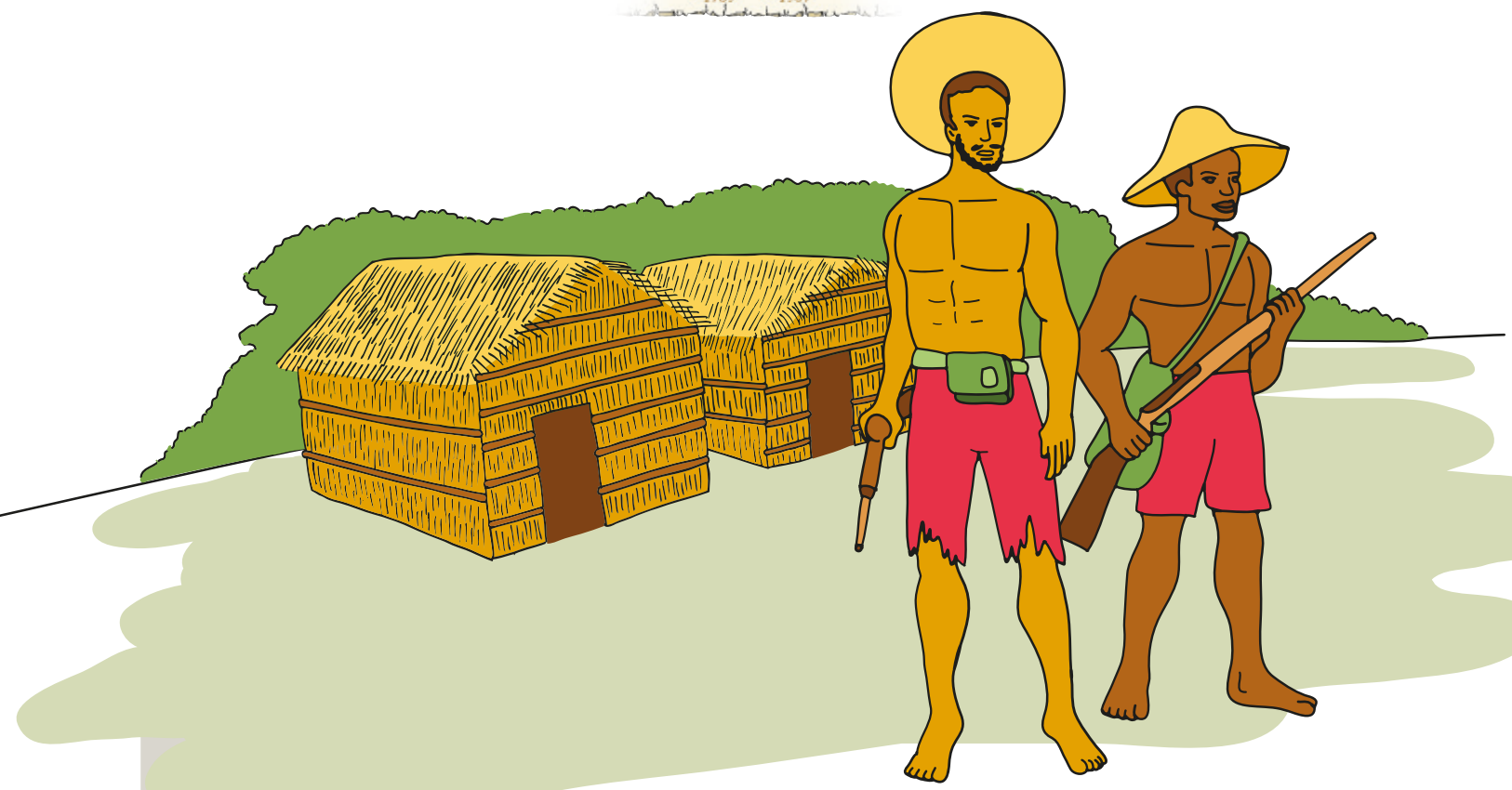
O Grão-Pará e o Rio Negro inicialmente resistiram à Independência porque a relação da Amazônia com Portugal era bem mais intensa e estreita do que com as outras províncias do Brasil. O Rio Negro submeteu-se ao Império do Brasil em 9 de novembro de 1823, mas ficou sujeito à administração da província do Grão-Pará até 1850, quando se tornou província do Amazonas em 5 de setembro.

A Revolta dos Cabanos

Uma década após a Independência do Brasil, muitos estavam descontentes com a situação política e econômica da região, pois o Império do Brasil não havia adotado nenhuma política de investimento para a Amazônia nesse período de transição. Assim, os confrontos entre caboclos e brancos existentes desde meados do século 18, na época do Diretório dos Índios, intensificaram-se, gerando a maior revolta nativista do Brasil, a Cabanagem.

Entre 1835 e 1836, os índios, caboclos e negros empobrecidos do Pará, além de uma classe média ávida por mais influência, uniram-se para exigir mudanças sociais radicais. Entre os seus principais líderes estavam os irmãos Vinagre – Manuel, Antônio e Francisco Pedro (segundo presidente rebelde); o cônego Batista Campos, editor do jornal *O Paraense*; Felix Antônio Clemente Malcher (ex-oficial de infantaria, primeiro presidente rebelde) e Eduardo Nogueira, conhecido como Angelim (o terceiro presidente rebelde).

Em 1831 ocorreu no Brasil a abdicação de Dom Pedro I. Como seu filho, Dom Pedro II, era menor de idade e, portanto, não podia assumir o poder, em 7 de abril daquele ano assume o governo regencial que irá durar até 1840. Esse período regencial é marcado por muitas revoltas no país. Além da Cabanagem houve a Revolta Pinto Madeira, no Ceará, a Cabanada em Pernambuco e Alagoas, o Levante em Salvador, na Bahia, e Motins em Minas Gerais.



Os cabanos eram migrantes sem teto que viviam em cabanas nos igapós perto de Belém ou nas matas das margens do rio Amazonas.

Inicialmente, no dia 7 de janeiro de 1835, uma coluna rebelde, liderada por Antônio Vinagre, atacou o quartel de Belém. Nesse episódio, alguns oficiais foram mortos a tiros, contudo, muitos soldados passaram para o lado dos cabanos. Outra coluna invadiu o Palácio do Governo, onde o presidente, Bernardo Lobo de Souza, foi morto pelo índio Domingos Onça. Os rebeldes também estavam reunidos no mercado Ver-o-Peso e, armados e vestidos de vermelho, mataram representantes do governo e libertaram 50 presos. Nos seis meses de revolta, a população pobre tomou o poder e passou a formar grupos rebeldes para atacar aqueles que eram favorecidos pelo poder político e econômico, ou seja, os portugueses e seus descendentes. Na costa ocidental da baía de Marajó, por exemplo, o líder cabano Eduardo Nogueira (Angelim) conseguiu reunir 3 mil homens entre lavradores mestiços, índios e negros. Os incidentes, reconhecidos como os mais violentos da história brasileira, envolviam principalmente a chacina de brancos, incêndios a estabelecimentos e ataques a navios de passagem. A violência ocorreu por toda rede de rios amazônicos, uma vez que os cabanos eram bons canoeiros e conhecedores da região.

Um dos focos de resistência rebelde durante toda a Cabanagem era a região do Baixo Amazonas. Este foco foi estabelecido após um dos incidentes mais graves do movimento: o assalto à Missão de Maués pelos índios mawés, que mataram todos os brancos e queimaram a missão.

O naturalista Henry Walter Bates comenta sobre a conexão entre o período de opressão aos índios, negros e mestiços na época do Diretório de Marquês de Pombal e a consequente Revolta da Cabanagem:

> "Os equivocados diretores, os primeiros a despertar todo esse ódio racial, agora eram obrigados a fugir."

O escritor Francisco Bernardino de Sousa registrou o relato de uma senhora sobre a vida durante o período da Cabanagem no município de Óbidos: "(...) quanto sofremos todos nós, por causa desses homens que queriam o que ninguém sabia nem eles sabiam! A Cabanagem foi o flagelo lançado por Deus para punir-nos; foi como a peste que assolou a terra onde nasci; tudo sofria." Icuipiranga, perto de Óbidos, era um dos locais onde os rebeldes se fortificavam para em seguida atacar as aldeias ribeirinhas.

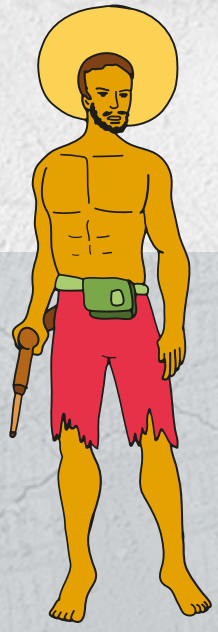
Finalmente, em abril de 1836, chegaram a Belém 2.500 soldados enviados pelo governo do Rio de Janeiro sob o comando de Francisco Soares d'Andrea. Eles destruíram as unidades cabanas nas ilhas ao redor da cidade e bloquearam Belém. O terceiro líder cabano, Angelim, e seus homens foram derrotados em 14 de maio de 1836. A repressão ao movimento também foi cruel e durou de 1837 até 1840. Nesse período, suspeitos e criminosos eram presos em porões de navios e muitos acabavam morrendo asfixiados ou por doenças contagiosas. Os rebeldes também eram forçados a trabalhar para o novo governo. Naquele momento, Soares d' Andrea fora nomeado presidente do

Para muitos historiadores, os rebeldes cabanos não possuíam reivindicações ou exigências específicas. Não estavam organizados para planejar um projeto político, um modelo de sociedade ou um programa de reformas sociais para enfrentar o poderio do novo Império.

Pará. No entanto, o próximo presidente, Bernardo de Sousa Franco, amenizou a situação e, em novembro de 1839, obteve do Imperador uma anistia e um perdão geral para os rebeldes cabanos remanescentes.

Ao final da revolta, a cidade de Belém estava em estado deplorável: montanhas de lixo, ruas sujas, mato crescido, casas sem portas ou janelas, fazendas abandonadas e o gado morto. Cerca de 30 mil pessoas foram mortas – um quinto da população total da província. A economia da Amazônia ficou devastada.

Depois desse período de revoltas, o Império do Brasil ficou com poucas iniciativas em relação à Amazônia até meados do século 19. Além disso, os produtos agrícolas da região perderam importância no mercado. Houve queda no preço do cacau e redução nas exportações das drogas do sertão, peles e couro. A única exceção positiva foi o aumento do interesse pela borracha da Amazônia a partir de 1840, como veremos a seguir.



1759 · 1760 · 1798 · Pará adere à Independência do Brasil · 1823 · Cabanagem · **1835** · 1876 · 1890 · 1907

A Amazônia no final do século 19 e início do século 20:

O CICLO DA BORRACHA

A Amazônia no final do século 19 e início do século 20: O CICLO DA BORRACHA

A partir da segunda metade do século 19, a borracha passou a ser um produto de destaque na economia da Amazônia e do Brasil.

O ciclo da borracha é o primeiro grande ciclo econômico da Amazônia, que teve o seu auge entre 1879 e 1912. Contudo, a borracha já era utilizada pelos indígenas nas Américas desde o início da colonização europeia. Eles usavam o látex da seringueira como impermeabilizante e, a partir desse produto endurecido, fabricavam utensílios domésticos, seringas (bulbo de borracha), botas, sapatos, chapéus, jaquetas, bolas etc.

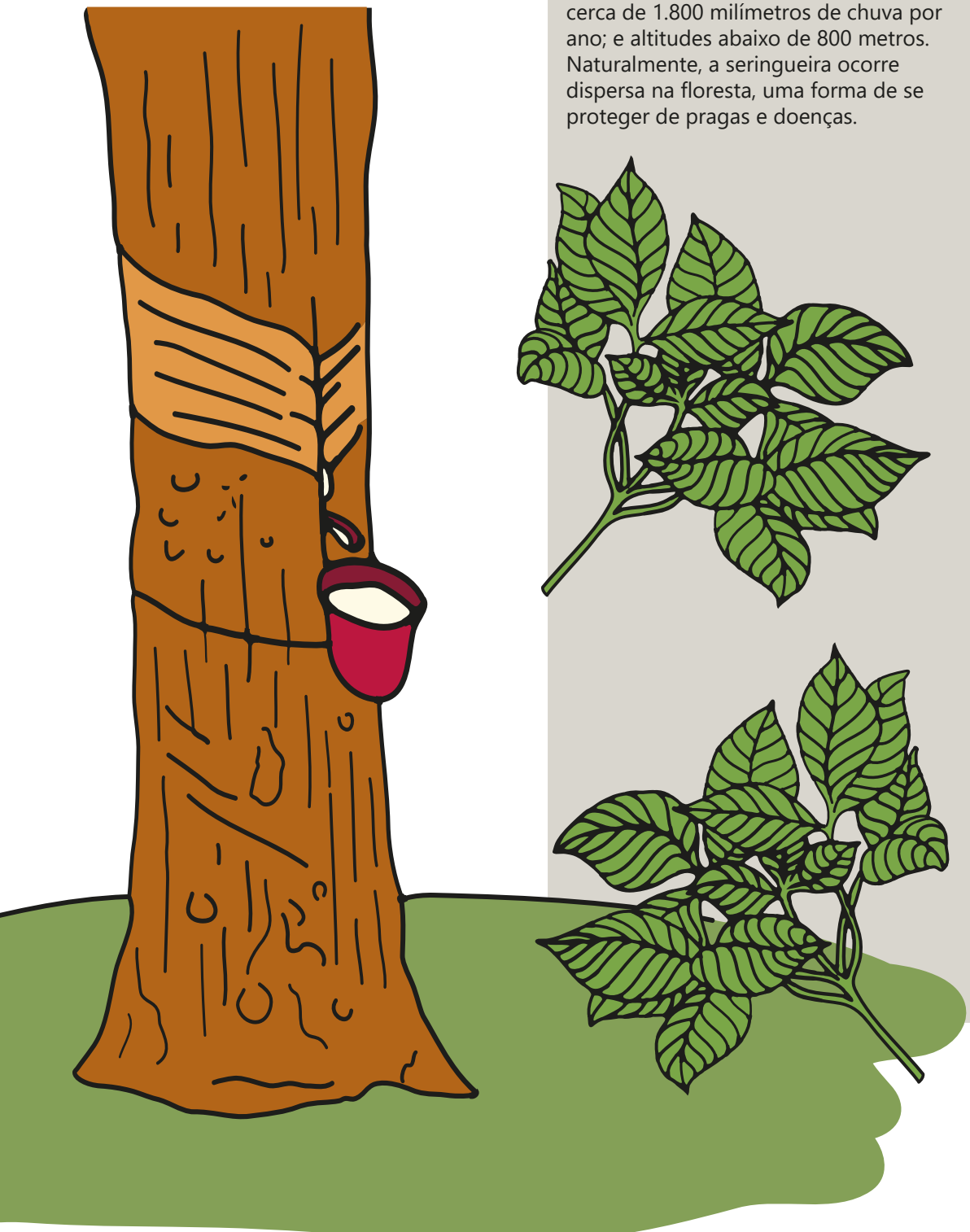
Por essa razão, antes de entendermos esse período de grandes riquezas na Amazônia, vamos voltar no tempo e observar quando os europeus perceberam o uso do látex da seringueira pelos indígenas e começaram a pesquisar o produto.

Nosso personagem aqui é o francês Charles Marie de La Condamine, que visitou o Equador em 1742 e percebeu que o látex poderia ser comercializável. Descendo o Amazonas, em 1743, La Condamine viu os índios omáguas da região do Solimões utilizando um material elástico para fazer garrafas, calçados e bolas. Em suas festas, esses índios ofereciam bebida a cada convidado numa seringa de borracha.

Proclamação da República
A Proclamação da República do Brasil ocorreu em 15 de novembro de 1889, contudo à revelia das lideranças regionais da Amazônia. Essa elite estava mais preocupada em administrar o crescente enriquecimento advindo das exportações de látex.

Os omáguas chamavam essa resina de Hevé. Por isso, o nome científico de uma de suas espécies é *Hevea brasiliensis*. Como eles a usavam para fazer seringas, os portugueses passaram a chamá-la de **seringueira**.

As condições para o bom crescimento dessa planta são: ambiente de terra firme, em solo mais elevado, melhor drenado e distante dos rios; calor constante; cerca de 1.800 milímetros de chuva por ano; e altitudes abaixo de 800 metros. Naturalmente, a seringueira ocorre dispersa na floresta, uma forma de se proteger de pragas e doenças.



Em 1867, o rio Amazonas foi aberto para a navegação internacional, quando foram fundadas as duas companhias de navegação: Fluvial Paraense (Belém) e Fluvial do Alto Amazonas (Manaus). Curiosamente, o Amazonas era o único rio do mundo livremente aberto para navegação mercantil internacional.

Em 1747, um engenheiro chamado François Fresneau, que fora enviado para reconstruir o Forte de Caiena, estudou as seringueiras e identificou a *Hevea brasiliensis*, a espécie que produz a melhor qualidade de látex. Ele também previu o uso da borracha para extintores de incêndios, toldos, escafandros (roupa de mergulhador antiga), cabos de vasilhas, cartucheiras, calçados e arreios. Assim começou a exportação de borracha endurecida para Europa onde vários produtos foram testados.

Quase cem anos depois, os Estados Unidos já estavam fabricando sapatos de borracha a partir do látex endurecido importado da Amazônia. E, para a nossa surpresa, no Estado do Pará, por volta de 1840, também havia uma indústria forte de sapatos de borracha, com uma qualidade superior a dos Estados Unidos.

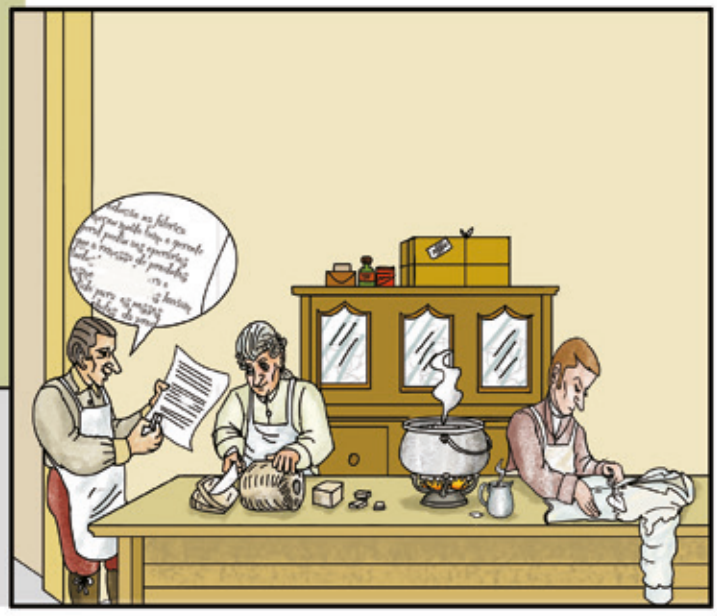
Goma Elástica
A borracha é um material imprescindível para o mundo moderno, pois pode ser dobrada e inflada, não conduz eletricidade, absorve impactos e estica sem perder sua forma original. Imagine quantos produtos puderam ser desenvolvidos a partir da borracha da Amazônia!

Vamos descobrir qual era o segredo das fábricas de Belém?

SAPATOS DE BORRACHA

POR VOLTA DE 1742, LA CONDAMINE OBSERVA O USO DO LÁTEX PELOS INDÍGENAS.

NA EUROPA, O PRODUTO É ADMIRADO E COMEÇA A SER TESTADO PARA VÁRIOS USOS.



NO INÍCIO DO SÉCULO 19, NA REGIÃO DE SALÉM, NOS ESTADOS UNIDOS, A BORRACHA ENDURECIDA JÁ ERA MATÉRIA-PRIMA PARA A FABRICAÇÃO DE SAPATOS.

QUE ERAM BEM ACEITOS PELA POPULAÇÃO, EMBORA APRESENTASSEM ALGUNS PROBLEMINHAS...

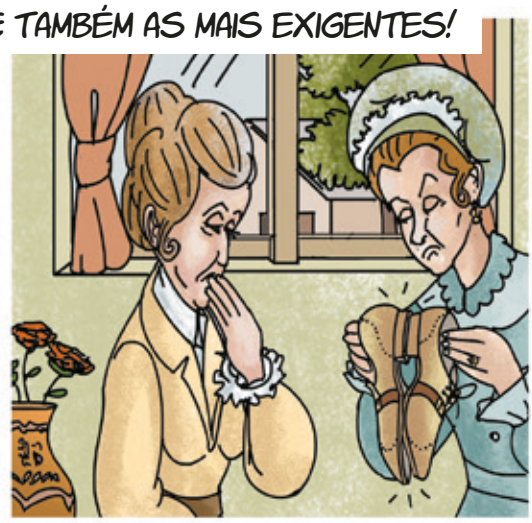
O FAMOSO CIENTISTA FERREIRA PENNA, IDEALIZADOR DO MUSEU EMÍLIO GOELDI, ATESTA A QUALIDADE PRODUTO.

NAQUELA ÉPOCA, MUITOS COMERCIANTES NORTE-AMERICANOS VIAJAVAM PARA AMAZÔNIA EM BUSCA DE OPORTUNIDADES DE NEGÓCIOS. ESTE É BENJAMIN UPTON.

ELE VOLTOU PARA SALÉM COM UM PAR DE SAPATOS AMAZÔNICOS. SEUS SÓCIOS APROVARAM O PRODUTO E DECIDIRAM TESTAR O MERCADO.

AS MULHERES ERAM AS MAIS INTERESSADAS...

E TAMBÉM AS MAIS EXIGENTES!



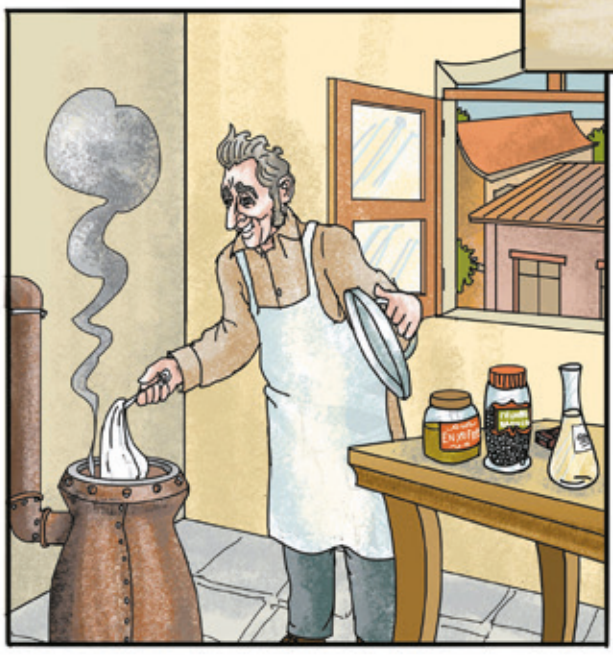
ESTE É THOMAS CRANE WALES, OUTRO COMERCIANTE. ELE QUERIA TER O PRÓPRIO NEGÓCIO E GANHAR MUITO DINHEIRO.

ENTÃO DECIDIU GERENCIAR A PRODUÇÃO DE SAPATOS NA AMAZÔNIA. ELE AGREGOU VALOR AO PRODUTO. OS MODELOS PASSARAM A SER DIFERENCIADOS COM TAMANHOS, CORES E DETALHES, ALÉM DE POSSUÍREM UM MELHOR ACABAMENTO.

BINGO! EM MEADOS DO SÉCULO 19, O PARÁ CHEGOU A EXPORTAR 42 MIL PARES DE SAPATO POR ANO PARA OS ESTADOS UNIDOS, OU SEJA, UM PAR PARA CADA 40 NORTE-AMERICANOS!

CONTUDO, AQUELA ERA UMA ÉPOCA DE TRANSIÇÃO PARA OS NEGÓCIOS DOS ESTADOS UNIDOS. HAVIA POUCO INCENTIVO PARA A IMPORTAÇÃO E MUITO INCENTIVO PARA A MANUFATURA DE PRODUTOS NACIONAIS.

ASSIM, SURGIRAM MUITAS FÁBRICAS NO PAÍS, E AS PESSOAS TRABALHAVAM INCANSAVELMENTE PARA DESCOBRIR NOVIDADES.



ATÉ QUE CHARLES GOODYEAR, EM 1839, ACIDENTALMENTE, ESQUENTOU BORRACHA, ENXOFRE E CHUMBO BRANCO E DESCOBRIU A VULCANIZAÇÃO.
A PRODUÇÃO DE SAPATOS DE BORRACHA VULCANIZADA DE EXCELENTE QUALIDADE DESLANCHOU.

METAL ELÁSTICO!

EM MEADOS DO SÉCULO 19, NAVIOS E NAVIOS CHEGAVAM À AMAZÔNIA PARA LEVAR O LÁTEX. ASSIM COMEÇA O GRANDE CICLO DA BORRACHA NA REGIÃO.

COM ESSA TECNOLOGIA, O MUNDO PASSOU A DEMANDAR O LÁTEX COMO MATÉRIA-PRIMA. ENTÃO, AS FÁBRICAS DE SAPATO DA SELVA FORAM ABANDONADAS PARA DAR LUGAR NOVAMENTE À EXPORTAÇÃO DE BALATAS DE BORRACHA.

Depois de alguns anos de aprimoramento da tecnologia de vulcanização, a borracha passou a ser utilizada não apenas para fabricar sapatos de ótima qualidade, mas também para fabricar roupas, bolas, cintos, espartilhos, suspensórios, ligas, molas para porta, capas impermeáveis, tapetes, cadeiras, bolsas de água quente, seringas, pneus de bicicleta, anéis de vedação para máquinas etc. Portanto, a partir do século 20, o látex tornou-se item de primeira necessidade no mercado mundial.

E assim, como vimos na história em quadrinhos, a região amazônica, que havia desenvolvido uma indústria de sapatos de borracha para a exportação, perde para a tecnologia mais avançada e volta a ser exclusivamente fornecedora dessa matéria-prima para o mundo.

Em 1888, John Boyd Dunlop produziu o primeiro pneu de borracha separável. As bicicletas desenvolveram-se de maneira explosiva. Consequentemente, a demanda mundial por borracha aumentou. Em 1894 havia 250 mil bicicletas circulando na França; na Primeira Guerra, esse número subiu para 5 milhões.

A boa notícia é que a demanda mundial pela borracha cresceu enormemente e continuou a aumentar na segunda metade do século 19. Segundo o historiador Roberto Santos havia 5.300 seringueiros na Amazônia em 1850; em 1912, mais de 190 mil trabalhavam nos seringais, entre eles norte-americanos, europeus e asiáticos.

O botânico inglês Richard Spruce escreveu:

> "(...) o extraordinário preço alcançado pela borracha no Pará em 1853 acabou tirando as pessoas de sua letargia (...). Os mecânicos puseram de lado suas ferramentas, os produtores de açúcar abandonaram seus engenhos e os índios suas roças, de tal modo que açúcar, cachaça e mesmo farinha de mandioca deixaram de ser produzidos em quantidade suficiente."

Mas a força de trabalho extra veio da região Nordeste do Brasil. Sessenta mil nordestinos, fugindo da seca e da depressão econômica, migraram para a Amazônia em busca do "ouro branco". Dessa forma, a exploração de látex fez surgir inúmeras vilas ao longo dos rios onde a seringueira era mais abundante, por exemplo, na região do rio Tapajós. Vale lembrar que mais de 90% da área de extração de seringueira ocorre em solo brasileiro; o restante está dividido entre Peru, Bolívia e Colômbia.

Desde o início do ciclo da borracha, empresas estrangeiras instalaram-se em Belém e Manaus para controlar o seu comércio. Esse monopólio formava uma pirâmide, com milhares de seringueiros trabalhando no sistema de aviamento para abastecer centenas de negociantes que, por sua vez, vendiam a uns poucos e poderosos estabelecimentos de Manaus, Belém e Iquitos. A população de Manaus cresceu no auge da borracha, passando de 10 mil pessoas, em 1890, para 50 mil habitantes em 1900. A cidade era considerada a "Paris dos Trópicos" – por causa dos seus bares, cabarés e casas noturnas. Havia um estabelecimento chamado "Café dos Terríveis" onde se podia beber até o dia amanhecer. Os barões gostavam do luxo e esbanjavam o dinheiro dos lucros da borracha, enquanto os seringueiros, sempre endividados, não podiam escapar da vida isolada e cruel dos seringais.

Tratado de Petrópolis
Os seringueiros do Brasil costumavam avançar sobre a Bolívia penetrando os rios Acre, Purus e Juruá. Os bolivianos então começaram a cobrar impostos dos brasileiros pelos ganhos com a extração do látex, o que gerou uma disputa pelo território nos últimos anos do século 19. Em 1902, o militar brasileiro, Plácido de Castro, vence os bolivianos e proclama a independência dessa região (atual Estado do Acre). No ano seguinte, por meio do Tratado de Petrópolis, o Acre é anexado ao Brasil.

Euclides da Cunha relata no seu livro *Amazônia: um paraíso perdido* o sistema de aviamento praticado na região durante o ciclo da borracha:

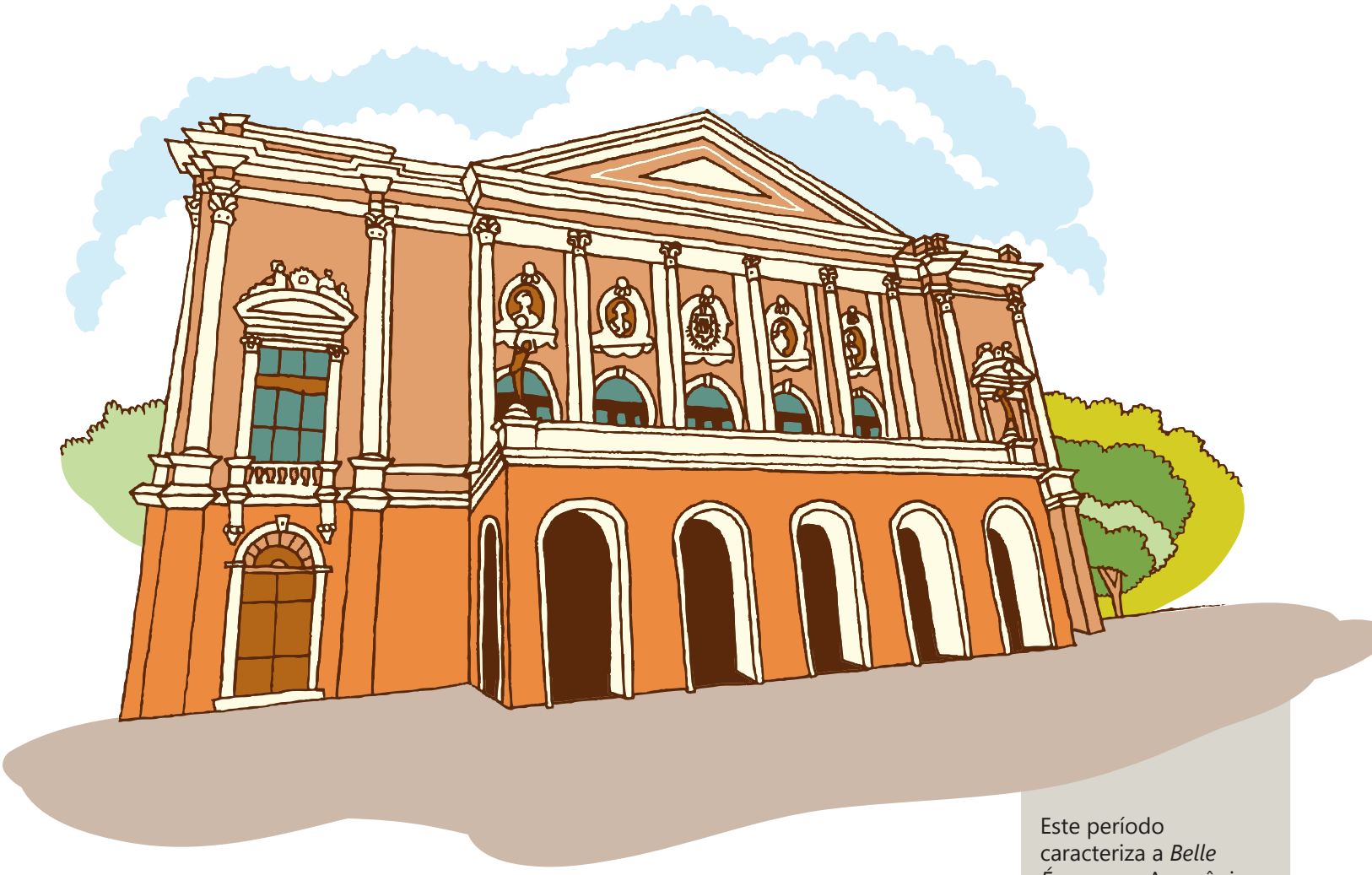
> "No próprio dia em que parte do Ceará, o seringueiro principia a dever: deve a passagem de proa ao Pará (35$000) e o dinheiro que recebeu para preparar-se (150$000). Depois vem a importância do transporte, num gaiola qualquer de Belém ao barracão longínquo a que se destina, e que é na média, de 150$000. Aditem-se cerca de 800$000 para os seguintes utensílios invariáveis: um boião de furo, uma bacia, mil tigelinhas, uma machadinha de ferro, um machado, um terçado, um rifle (carabina Winchester) e duzentas balas, dois pratos, duas colheres, duas xícaras, duas panelas, uma cafeteira, dois carretéis de linha e um agulheiro. Nada mais. Aí temos o nosso homem no barracão senhorial, antes de seguir para a barraca, no centro, que o patrão lhe designará. Ainda é um brabo, isto é, ainda não aprendeu o corte da madeira e já deve 1:135$000."

Estrada de Ferro Madeira-Mamoré

A estrada de ferro Madeira-Mamoré (366 quilômetros de extensão) começou a ser construída no século 19, mas foi concluída somente em 1912. Serviria para escoar a produção de borracha da Bolívia até a cidade de Porto Velho (Rondônia), contornando as corredeiras do rio Madeira. De lá, a borracha seria transportada via fluvial até Belém e então exportada. Três mil e seiscentos trabalhadores morreram durante a sua construção, vítimas de doenças (malária, febre amarela e pneumonia), desastres e ataques indígenas.

Infelizmente, a economia da borracha entrou em colapso quando a estrada foi concluída em 1912. Madeira-Mamoré ainda funcionou por mais de cinquenta anos e, durante a Segunda Guerra Mundial, foi utilizada parcialmente, quando houve um breve ressurgimento do ciclo da borracha. Em 1966, no governo militar, a ferrovia foi finalmente desativada e abandonada.

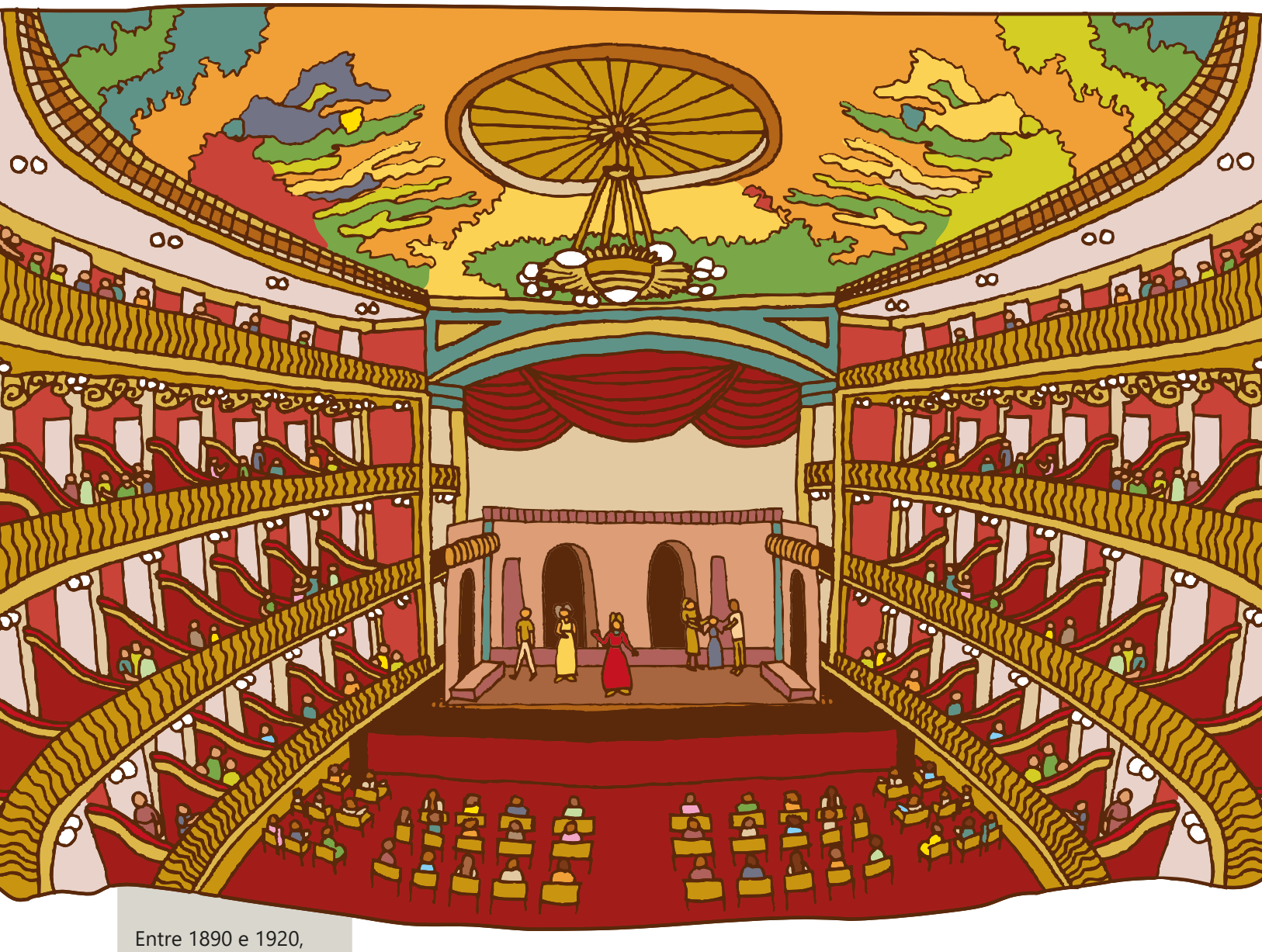
Hoje restam apenas 8 quilômetros de extensão da estrada de ferro original, os quais foram tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Cultural (Iphan) em 2005.



Este período caracteriza a *Belle Époque* na Amazônia, pois com a riqueza da borracha, Belém e Manaus construíram seus edifícios, jardins públicos, avenidas, teatros, além de renovar os casarões.

Durante os primeiros anos do século 20, as exportações anuais de borracha na Amazônia alcançaram em média 34 mil toneladas. Em 1909, uma produção de 42 mil toneladas atingiu 24,6 milhões de libras.

Contudo, este ciclo de grandes riquezas começou a ruir a partir de 1876, quando um comerciante inglês chamado Henry Wickham contrabandeou 70 mil sementes de seringueira da região de Santarém e as enviou para o diretor do Jardim Botânico Real de Kew, Charles Farris, em Londres. As mudas foram transferidas mais tarde para plantações de seringais no sudeste da Ásia. Após três décadas e meia de tentativas, as plantações na Malásia começaram a produzir látex de melhor qualidade, em quantidades maiores e por um preço mais acessível. Consequentemente, a produção



Entre 1890 e 1920, Belém e Manaus tinham vida cultural agitada, com temporadas líricas anuais de óperas suntuosas.

de borracha na Amazônia sofreu uma redução drástica. Por exemplo, em 1910, 61% da receita do Pará dependia da exportação de látex. Em 1920 houve queda para 11%. E, em 1923, a produção da Ásia atingiu 370 mil toneladas por ano, enquanto a da Amazônia despencou para 18 mil toneladas anuais. Dessa forma, o Brasil perdeu o mercado mundial para os plantios de seringueira de larga escala no Sudeste

Asiático, marcando o fim do ciclo do "ouro branco" na Amazônia. A Inglaterra tornou-se a principal produtora de borracha no final da Primeira Guerra Mundial com plantações no Ceilão, Indonésia, Índia e Bornéu.

Na época, aqueles que lucravam com o comércio da borracha na Amazônia acreditavam que teriam o seu monopólio para sempre. E, por essa razão, não viam sentido em investir os seus lucros em outras atividades – por exemplo, agricultura e indústria – como alternativa em caso de crise. Assim, a economia da borracha voltada para as exportações acabou inibindo o processo de acumulação e domínio tecnológico e também limitou a criação de um mercado interno.

Muitas famílias foram embora da Amazônia por causa da quebra do monopólio da borracha. Aquelas que foram obrigadas a ficar não possuíam fonte de renda para manter o mesmo padrão de vida adquirido com os lucros do grande ciclo. Assim, Belém e Manaus entraram em colapso econômico e social no início do século 20; os palacetes foram abandonados, os seringueiros estavam à deriva, sem condições de voltar para o Nordeste, o governo já não conseguia pagar mais os funcionários públicos e a classe média havia perdido empregos e estava empobrecida.

Nesse período, depois de 1920, a população do Norte[3] do Brasil ficou quase completamente estagnada. Em 1920, a região possuía 312 mil habitantes; e, em 1940, esse número foi reduzido para 236 mil. Em 1950, a região conseguiu restabelecer sua população para 349 mil habitantes. Contudo, voltou a crescer de forma significativa somente a partir da década de 1960.

Após a crise da borracha houve na região um retorno ao extrativismo de outros produtos da floresta e à agricultura de subsistência.

[3] Corresponde hoje aos Estados do Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

Segundo Márcio Souza, a seringueira mostrava-se inesgotável. Pois, diferente do ouro, ela se regenera, multiplica-se aos milhões.

As expedições de Marechal Cândido Rondon

No início do século 20, Marechal Cândido Rondon conduziu expedições na Amazônia que duraram quarenta anos. Nesse esforço, ele levou a linha telegráfica até Porto Velho (Rondônia). Cientistas como os botânicos Frederico Carlos Hoehne e João Geraldo Kuhlmann e o médico Edgard Roquette-Pinto acompanharam suas viagens. A intenção era fazer levantamentos geográficos, etnográficos e da fauna e flora. Rondon foi o primeiro indianista brasileiro, e seu lema era "Morrer se preciso for, matar nunca!". Em sua época, criou-se o SPI (Serviço de Proteção aos Índios). No início do século 20, ele fez uma viagem memorável ao lado do ex-presidente dos Estados Unidos, Theodore Roosevelt, para mapear o rio da Dúvida, que nasce no atual Estado de Rondônia. A partir dessa viagem, o rio passou a se chamar rio Roosevelt.

1823 • 1835 • 1876 • **1890** • 1907 • 1912 • 1940 • 1960-1970

Ciclo da borracha

Sementes de seringueiras foram contrabandeadas para a Inglaterra

Fim do ciclo da borracha

Início das expedições de Marechal Cândido Rondon na Amazônia

AMAZÔNIA a partir dos ANOS 1940

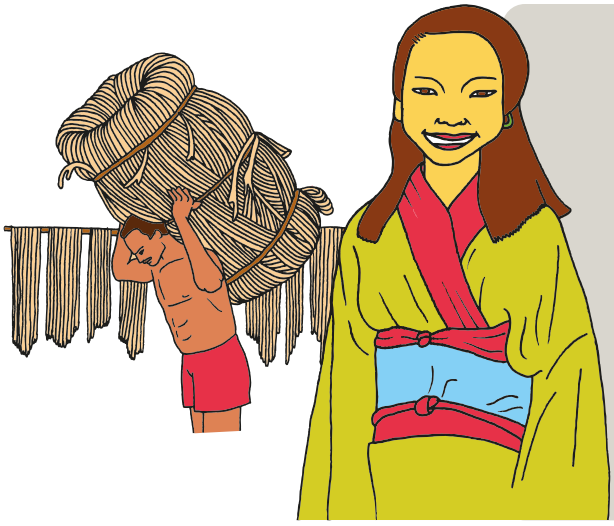
Amazônia a partir dos ANOS 1940

Após o colapso do ciclo da borracha, a Amazônia deixou de ser atrativa para os aventureiros e permaneceu meio século sem incursões estrangeiras em busca de produtos lucrativos. Os povos indígenas haviam sofrido uma redução drástica e finalmente deixaram de ser escravizados. A população agora era composta principalmente por indivíduos miscigenados (índios, brancos e negros), conhecidos como caboclos ou ribeirinhos. Eles viviam dos recursos da fauna e flora (pesca e coleta de produtos florestais), explorando-os de forma sustentável, ou seja, sem afetar a capacidade da natureza de produzir novos recursos para gerações futuras.

Também havia pequenos fazendeiros que derrubavam e queimavam a mata para criar gado. Quanto aos recursos, além da borracha, os outros produtos florestais também deixaram de ter importância econômica para a região, pois passaram a ser cultivados em outros lugares. Por exemplo, o café prosperou no planalto de São Paulo, onde o clima é mais temperado; o arroz, o algodão e o açúcar eram mais lucrativos no Nordeste do Brasil, nos Estados Unidos e no Caribe; e o cacau do oeste da África superou o da Amazônia.

Nova Colonização

Algumas tentativas de colonização da Amazônia no século 20 ocorreram principalmente no período do Estado Novo de Getúlio Vargas (1943). Uma delas foi a japonesa, com as plantações de juta – uma fibra têxtil de origem asiática –, na várzea do rio Amazonas, e de pimenta-do-reino na região de Tomé-Açu (Pará) a partir da década de 1940.



Na década de 1930, jovens estudantes japoneses, conhecidos como *koutakuseis*, migraram para a Amazônia para trabalhar na Vila Batista (denominada por eles Vila Amazônia), no município de Parintins, com a cultura da juta. O Estado do Amazonas concedeu terras a esses japoneses para que desenvolvessem alternativas agrícolas. A juta representava na época a grande demanda. Antes de chegar à Amazônia, esses jovens tiveram aulas de técnicas agrícolas, construção civil e língua portuguesa. Entre 1938 e 1942, 5.573 toneladas de juta foram produzidas, o que incentivou ainda mais o plano de imigração japonesa na região.

A juta, usada para a fabricação de sacos, ganhou destaque na economia do Baixo Amazonas, especialmente em Santarém e Parintins, até meados da década de 1970. Já a pimenta-do-reino, apesar de ter perdido importância econômica, ainda é cultivada na região bragantina do Pará.

Nesse período também houve campanhas do governo de Getúlio Vargas para incentivar a migração de brasileiros para a Amazônia. As campanhas "Marcha para o Oeste" e "Novo Eldorado" atraíram pessoas, principalmente do Nordeste, para trabalhar nos seringais da região. Esses migrantes ficaram conhecidos na história como "Soldados da Borracha". Isso porque a migração ocorreu durante o esforço de guerra dos Estados Unidos pela borracha brasileira na Segunda Guerra Mundial, uma vez que 97% das áreas produtoras asiáticas haviam sido ocupadas pelos japoneses. Como a borracha era um produto estratégico para os aliados, a seringueira da Ama-

Soldados da Borracha

zônia voltou a ser extraída em larga escala. No entanto, esse novo ciclo durou pouco; ao final da guerra, os Estados Unidos voltaram a importar a borracha asiática e suspenderam os investimentos que estavam fazendo no Brasil. Essa nova operação de larga escala na Amazônia custou a vida de aproximadamente 20 mil trabalhadores nos seringais.

O período também marca a tentativa do empreendedor norte-americano Henry Ford, pai da indústria automobilística, de estabelecer na Amazônia plantios de seringueira para competir com os existentes na Malásia, na época, colônia britânica. Em 1927, Ford havia adquirido extensas florestas próximo da foz do rio Tapajós a fim de assegurar uma fonte de matéria-prima (látex) para a fabricação de pneus.

Assim, a empresa de Ford construiu duas cidades na selva. Primeiro, Fordlândia, em 1928, depois Belterra em 1936.

Em 1929, o número de trabalhadores alcançava em torno de 1.000 pessoas, vindas das aldeias de nativos da região, do

A estrutura de Fordlândia incluía 200 casas, dormitórios para mil homens solteiros, hospital, cinema, igreja, escolas, avenidas arborizadas, lâmpadas elétricas, sistema de água e esgoto, estradas, ferrovias, armazéns, oficinas mecânicas, porto e clubes (um para os norte-americanos e outro para os brasileiros).

Maranhão e Ceará, dos remanescentes da construção da ferrovia Madeira-Mamoré, do canal do Panamá e de pequenos países do Caribe como a Jamaica, Barbados e Santa Lúcia.

Fordlândia e Belterra possuíam uma infraestrutura próxima do padrão norte-americano da época, o qual incluía escolas, hospitais, sistema de abastecimento de água e energia, estação de rádio e telefonia. Entretanto, todo esse esforço foi em vão, pois sem experiência em silvicultura tropical, os gerentes da empresa plantaram as seringueiras muito próximas uma das outras, propiciando o ataque do fungo mal-das-folhas (*Microcyclus uley*) que dizimou as plantações.

Além disso, os trabalhadores de Fordlândia, submetidos ao estilo de vida e trabalho rígido norte-americano, revoltaram-se em 1930. Nessa rebelião, destruíram o prédio do escritório, da usina de força, serraria, garagem, estação de rádio e recepção. Eles também cortaram as luzes, atearam fogo nas oficinas, queimaram arquivos, saquearam depósitos e quebraram caminhões, tratores e carros. Os gerentes tiveram de fugir. No dia seguinte, o conflito teve de ser apaziguado pelo exército. Como afirma o escritor Vianna Moog: "Em uma noite, os dirigentes da *Ford Motor Company* aprenderam mais sociologia que em anos de universidade."

"Em uma noite, os dirigentes da *Ford Motor Company* aprenderam mais sociologia que em anos de universidade."

Outro fator que contribuiu para o fracasso de Ford foi o desenvolvimento de novas tecnologias para a fabricação de pneus a partir dos derivados do petróleo.

Novos Planos de Desenvolvimento

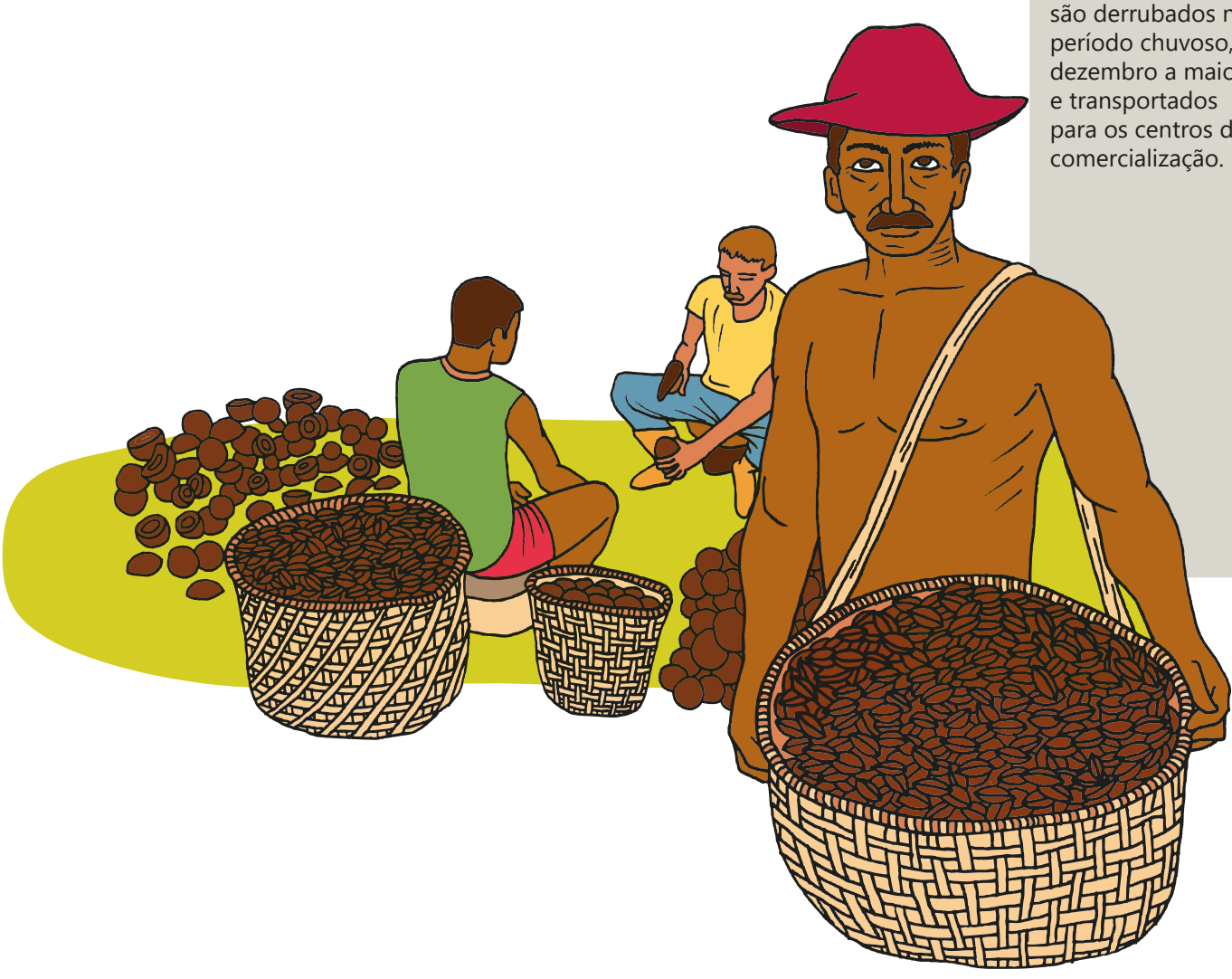
A década de 1950 foi marcada por tentativas do governo federal de realizar investimentos na Amazônia. Uma dessas tentativas foi a criação em 1953 da SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia). Contudo, os planos do governo começam a sair do papel somente no final dessa década, quando a estrada Belém-Brasília foi aberta em 1958.

A partir de 1960, a Amazônia começou uma nova etapa de sua história com a abertura de estradas, descoberta de minérios e início da colonização agropecuária. Vale ressaltar que até aqui a ocupação da Amazônia havia sido feita ao longo dos rios. Nesse período, a BR-010, ligando Belém a Brasília, e a BR-364, de Cuiabá até Rio Branco, começaram a ser construídas, atingindo as áreas de terra firme ao invés de várzeas. No caso dos minérios houve descobertas de cassiterita (matéria-prima do estanho), em Rondônia, e de ouro no rio Tapajós (Pará), além da descoberta da maior mina de minério de ferro do mundo na serra dos Carajás (Pará) em 1967.

A **BR-010 (Belém-Brasília)** foi a propulsora da agricultura, da pecuária e do consequente aumento da população da Amazônia a partir da década de 1960. Essa rodovia reduziu o custo para o estabelecimento de migrantes, facilitou viagens para o restante do país e tornou o transporte dos produtos agrícolas mais baratos.

Contudo, a base da economia da região amazônica ainda era o extrativismo de produtos naturais – por exemplo, castanha-do-pará – e a agricultura de subsistência. No Estado do Pará, depois de 1920, a extração de castanha substituiu em parte o extrativismo da borracha. Os extratores envolvidos na coleta eram principalmente os negros ex-escravos que, pouco a pouco, no final do século 19, foram abandonando seus quilombos na região das cachoeiras (ao norte do Amazonas) para morar às margens do médio Trombetas. Nesses novos territórios, ricos em castanhais, eles se tornaram castanheiros livres e autônomos. Ou seja, negociavam a venda do produto diretamente com os atravessadores (regatões) que, por sua vez, transportavam e revendiam a castanha em Óbidos.

A castanha-do-pará sempre foi uma especiaria muito apreciada mundialmente. A árvore castanheira (*Bertholletia excelsa*) ocorre nas florestas de terra firme da Amazônia, formando castanhais. Esse agrupamento facilita a coleta do fruto, protegido por uma casca dura chamada ouriço. Os ouriços são derrubados no período chuvoso, de dezembro a maio, e transportados para os centros de comercialização.



Em 1966, no governo Castelo Branco, a SPVEA foi substituída pela Superintedência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) por meio da lei 5.173/1966. Este órgão criou incentivos fiscais e financeiros especiais para atrair investidores privados, nacionais e internacionais.

Entretanto, colonos brancos interessados nos lucros da exportação passaram a ocupar essa área e exercer poder e controle territorial. Isto é, eles tornaram legítima a posse, o arrendamento, a compra e a venda de terras dos quilombolas, que eram considerados extratores e grupos nômades. Assim, entre os anos 1940 e 1960, esses colonos já haviam se tornado donos da terra e patrões dos castanhais. Embora os negros desse território tenham mantido as características da sociedade de quilombos, em meados do século 20, eles haviam perdido a autonomia e o controle exclusivo de suas antigas terras.

A ocupação das áreas de florestas na Amazônia ainda estava restrita às margens das novas estradas, e o desmatamento provocado pelos diferentes usos da terra nessa época era incipiente. O processo de ocupação da Amazônia será intensificado somente a partir da década de 1970 e, como veremos, provocará mudanças profundas na sua paisagem, resultando em grandes mudanças sociais e econômicas.

Década de 1970

Na década de 1970, a Amazônia passa a ser prioridade para o governo militar da época. O lema do governo de Emílio Garrastazu Médici era "Integrar para não Entregar". Os objetivos eram atrair agricultores do Centro-Sul e do Nordeste para ocupar grandes extensões de florestas da região, extrair riquezas minerais e iniciar o aproveitamento do seu potencial hidrelétrico.

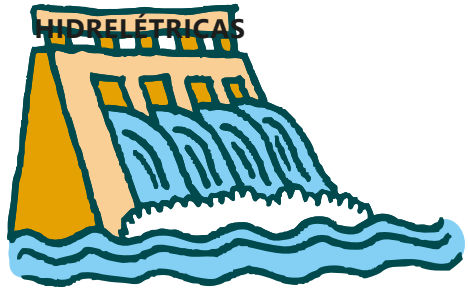
Assim, grandes projetos foram implantados na Amazônia, por exemplo, os projetos de mineração de Carajás e do rio Trombetas; a construção de hidrelétricas como Tucuruí; a abertura de estradas como a Transamazônica e a Santarém-Cuiabá; e a instalação de fazendas de gado bovino, a qual deu início ao desmatamento de grandes extensões de floresta. Nesse período, a região experimentou um aumento expressivo na população – passando de 11,2 milhões de pessoas, em 1980, para 24 milhões em 2010.

Mas, diferente do que se esperava, o modelo de ocupação baseado em grandes projetos causou impactos no modo de vida das populações tradicionais da floresta, gerando vários conflitos sociais. Por consequência, os resultados na melhoria da economia regional foram limitados. Além disso, esse modelo ocasionou a morte/genocídio de vários povos indígenas. Na época, latifundiários e funcionários do SPI invadiam territórios indígenas como se estes fossem vazios demográficos. Os abusos íam desde destruição de templos sagrados passando por exploração de recursos naturais, venda ilegal de madeira e gado, doações criminosas de terras até prisões e mortes cruéis de indígenas.

Pesquise na biblioteca da sua cidade ou pela *internet* mais informações sobre os impactos positivos e negativos de um dos grandes projetos na Amazônia. Leve sua pesquisa para a sala de aula e sugira ao professor um debate sobre as diferentes perspectivas dessa questão. Por exemplo, como o agricultor, o ambientalista e o empresário compreendem/percebem a instalação desses projetos na Amazônia?

Benefícios: facilita o acesso e a comercialização de produtos.
Problemas: pode ocasionar a grilagem de terras, a exploração predatória de madeira, o garimpo e a abertura de novas estradas clandestinas, contribuindo para o aumento do desmatamento na Amazônia.

Benefícios: energia renovável que pode ser mais limpa. Substitui as termoelétricas (geração de energia à base de petróleo) que causam aumento do efeito estufa.
Problemas: muda o fluxo das águas (alagação em uma área e seca em outra), causando impactos ambientais e sociais nos modos de vida das populações locais.



MINERAÇÃO

Benefícios: gera emprego e renda e melhoria de infraestrutura local.
Problemas: ocasiona o desmatamento e a erosão de solos. Pode contribuir para a poluição de rios e aumento de migrantes na região.

O **Projeto Jari**, localizado às margens do rio Jari, é atualmente uma empresa para a produção principalmente de celulose e madeira nativa certificada, conduzida pelo Grupo Orsa.

Este projeto foi iniciado em 1967 pelo bilionário norte-americano Daniel Ludwig na fronteira entre o Pará e o Amapá. O governo de Castelo Branco concedeu 3,5 milhões de hectares a Ludwig para instalar um projeto de reflorestamento com árvores de crescimento rápido. O projeto também incluía atividades como mineração, pecuária e agricultura.

Ludwig mandou construir uma fábrica de celulose no Japão, que foi rebocada em plataformas flutuantes até o Jari. O distrito de Monte Dourado, sede da empresa, foi equipado com casas para os trabalhadores, hospital, escolas e aeroporto. Em 1982, Monte Dourado chegou a ter 30 mil habitantes. Toda essa infraestrutura exigiu a construção de portos, ferrovia e nove mil quilômetros de estradas. Nesse mesmo ano, o projeto foi abandonado por Ludwig devido ao acúmulo de prejuízos financeiros, falta de apoio do governo militar e críticas de nacionalistas. Inicialmente, o Jari foi vendido para um consórcio de 24 empresas brasileiras e, em seguida, para o Grupo Orsa.

A **BR-230 (Transamazônica)**, que parte de Cabedelo, no Estado da Paraíba, e chega a Lábrea, no Amazonas, foi iniciada em outubro de 1970 e também desencadeou a abertura de outras pequenas estradas precárias do sul para o norte da Amazônia. Essas estradas foram chamadas de "estradas de penetração" e tinham como justificativa a conexão entre os polos dinâmicos de crescimento. O planejamento era instalar 1 milhão de colonos ao longo dessa rodovia até 1980. Entretanto, apenas 2 mil famílias foram assentadas até aquela data. Além disso, os índios parakanãs perderam territórios para a sua construção. Apesar de ser a terceira maior rodovia do Brasil, com 4.223 quilômetros, até os dias de hoje grande parte da Transamazônica ainda não está pavimentada.

Relatório Figueiredo

Jader de Figueiredo Correia foi um procurador no período da ditadura militar no governo Costa e Silva em 1967. Ele escreveu um relatório com aproximadamente 7 mil páginas, no qual relata crimes graves ocorridos contra indígenas do Brasil.

O objetivo do relatório era mostrar os quadros de corrupção dentro do SPI que estava, na época, subordinado ao Ministério da Agricultura. Os horrores contra os indígenas no período da ditadura militar estão descritos em detalhes neste relatório. As cenas mais leves são de fome, miséria, subordinação e doenças. Entre as mais graves: mortes provocadas por tiroteios; entregas de cobertores e brinquedos com vírus da gripe, varíola e sarampo; decapitações; entrega de comida com arsênico e bombardeios em ataques aéreos.

> "É espantoso que existe na estrutura administrativa do país repartição que haja descido a tão baixos padrões de decadência. E haja funcionários públicos, cuja bestialidade tenha atingido tais requintes de perversidade. Venderam-se crianças indefesas para servir aos instintos de indivíduos desumanos".
>
> Jader Figueiredo

Na época foram abertos 150 inquéritos, mas como a impunidade era grande, ninguém foi demitido. O Ministro do Interior, José Costa Cavalcanti, apenas afirmou em uma nota que haviam ocorrido "pequenos entreveios", negando todas as atrocidades cometidas contra os povos indígenas.

O SPI foi extinto em dezembro de 1967 ainda no período militar, sendo substituído pela Funai (Fundação Nacional do Índio). Em 1968 entra em vigor o AI-5 (Ato Institucional número 5) e a investigação é encerrada.

Este relatório ficou desaparecido durante 45 anos, ressurgindo somente em 2013. Hoje podemos saber de fato o que ocorreu.

Genocídio dos Índios

A Comissão Nacional da Verdade estima que ao menos 8.350 mil índios (talvez esse número seja maior) foram mortos assassinados no período militar. Os mais afetados foram:

Mortes durante o Regime Militar		
Cinta-Larga	RO	3.500
Waimiri Atroari	AM	2.650
Tapayuna	MT	1.180
Yanomami	AM/RR	354
Xêta	PR	192
Parará	MT	176
Parakanã	PA	118
Xavante de Marãiwatsédé	MT	85
Araweté	PA	PA

WAIMIRI ATROARI

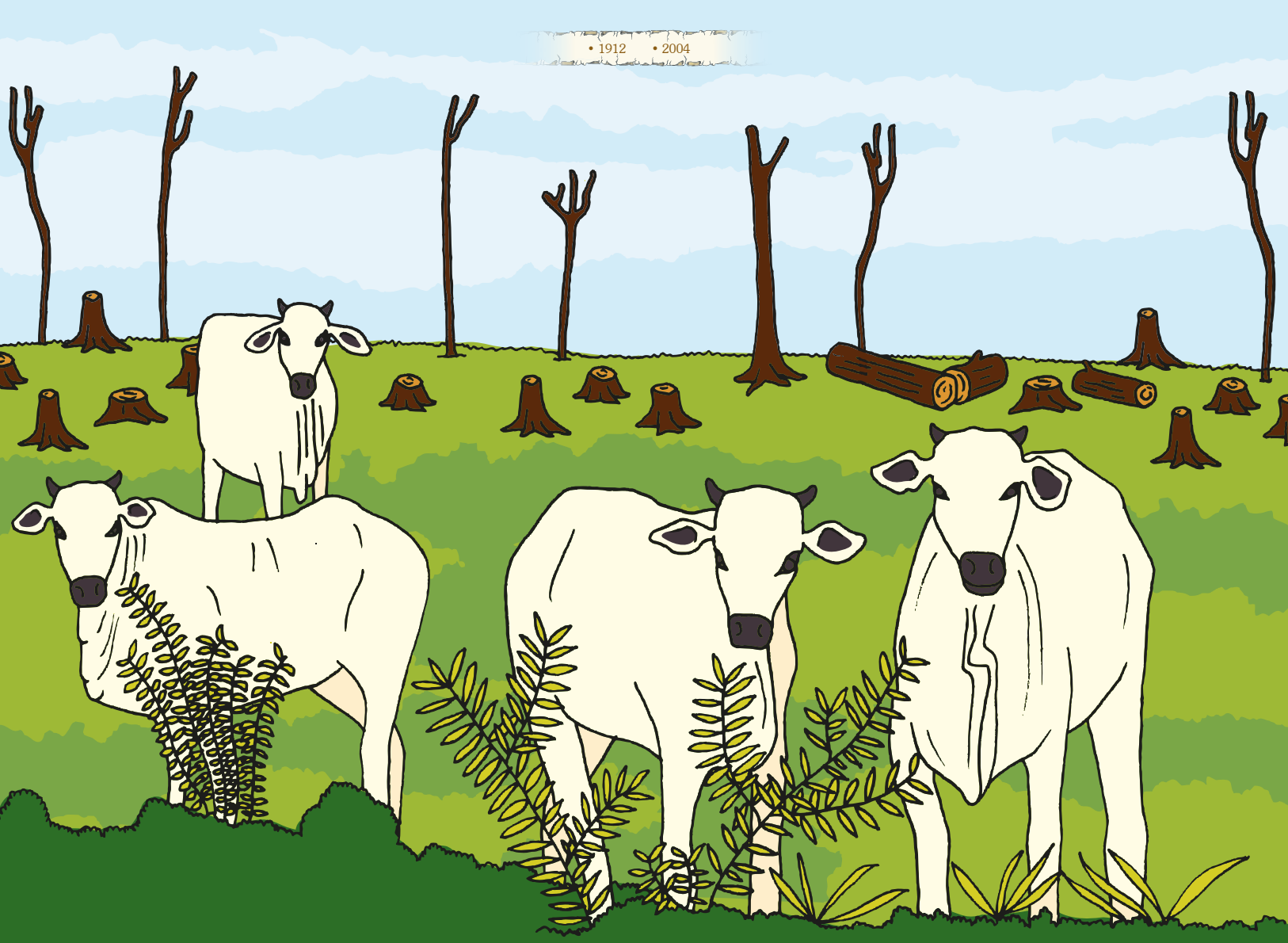
O povo kinja, autodenominado waimiri atroari, é conhecido por sua bravura e resistência. Vivem atualmente entre os estados do Amazonas e Roraima e, desde 1917, possuem a concessão do seu território. Seu contato oficial com o homem não índio ocorreu no início do século 19, mas suas terras e recursos já vinham sendo explorados desde o século 17.

Na década de 1970, a construção da hidrelétrica de Balbina, a construção da rodovia BR 174 (que liga Manaus a Boa Vista) e invasões (homens armados) e ataques dentro do território waimiri resultaram na expulsão e morte de muitos indivíduos. Em 1972, a sua população somava 3 mil pessoas. Segundo dados da Funai, esse número havia caído para 571 em 1982. Na época, os waimiri resistiam aos ataques entrando em combate direto com os invasores. Eles também amarravam cipó nos tratores usados na abertura da BR 174 para impedir suas atividades. Após esse período de atrocidades, os waimiri passaram a evitar contato com o homem não índio, fechando suas aldeias, principalmente para missionários religiosos.

Em 2014, a população waimiri já havia se recuperado parcialmente e somava 1.689 pessoas. Hoje eles temem que o passado se repita e cobram mudanças nas políticas indianistas no Brasil. Os waimiri falam o idioma kinja iara, mas também aprendem português na escola para as relações inter-étnicas.

Mineração Rio do Norte: mina de bauxita

O final dos anos 1970 e início dos anos 1980 também marcaram a pesquisa geológica e a descoberta de vários minérios na Amazônia. Entre eles, a bauxita (alumínio), no rio Trombetas, que passou a ser explorada pela Mineração Rio do Norte em 1975. Atualmente, esta é a maior produtora de bauxita do Brasil. Nessa mesma região houve tentativas de instalação de outros projetos de extração mineral, além de hidrelétricas em Cachoeira Porteira (rio Trombetas) e Cachoeira Pancada (rio Erepecuru), porém todas foram abandonadas.



Os investimentos públicos nos grandes projetos (estradas, mineração e hidrelétricas) combinados com subsídios e crédito barato para agropecuaristas resultaram em mudanças rápidas e dramáticas na Amazônia a partir da década de 1970. O rebanho cresceu de apenas 2 milhões, em 1970, para cerca de 80 milhões de cabeças em 2010 (quase 4 animais para cada habitante). E o desmatamento, que até 1975 afetava menos de 1% da Amazônia, atingiu quase 20% da região (ou seja, mais de três vezes o tamanho do Estado de São Paulo) em 2019.

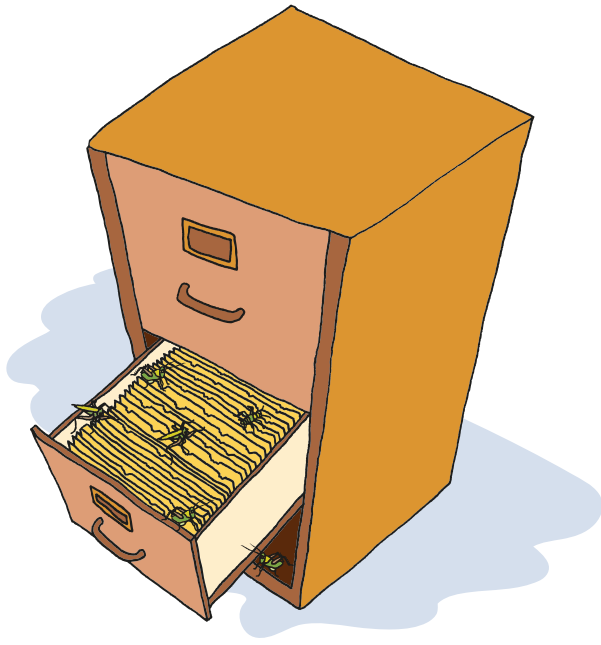
Os conflitos sociais também se intensificaram no final do século 20 com disputas violentas pela posse da terra nas áreas de fronteira. Na década de 1980, as terras acessíveis via rodovias já possuíam ocupantes (posseiros ou populações tradicionais) e a prática da **grilagem** contribuía para o agravamento das disputas fundiárias. O grileiro costumava tomar posse da área à força, expulsando famílias que ocupavam o local há décadas.

Por que se diz **grilagem** para a falsificação de documentos? Colocar documentos dentro de uma caixa com grilos é uma técnica para amarelar e deixar os papéis roídos (por causa dos excrementos desses insetos). Documentos falsos com essa aparência dão a impressão de serem antigos e, portanto, verdadeiros.

Esses conflitos foram combatidos inicialmente pela criação das Pastorais da Terra (uma iniciativa da Igreja Católica), as quais buscavam proteger os camponeses da Amazônia. Por outro lado, o governo também criou órgãos específicos para tratá-los e passou a titular terras e assentar os camponeses na região.

Além disso, ao final da ditadura militar, os sindicatos rurais já estavam fortalecidos e capacitados para buscar informações sobre a veracidade dos documentos. Contudo, essas iniciativas não foram suficientes para reduzir os conflitos pela terra e o aumento da violência no campo. As vítimas desses conflitos incluíram desde pequenos produtores rurais do sul do Pará, passando por seringueiros no Acre, até populações indígenas ao longo da Transamazônica.

A formação dos sindicatos rurais e de movimentos sociais na Amazônia foi uma reação das populações tradicionais da floresta (indígenas, seringueiros, castanheiros, pequenos pescadores, quebradeiras de coco babaçu e ribeirinhos) ao desmatamento e à violência no campo provocados pela instalação desses grandes projetos. O exemplo mais marcante desse período é a história do líder seringueiro Chico Mendes, reconhecido internacionalmente e ganhador de vários prêmios por causa da sua luta a favor da preservação dos modos de vida dessas populações.



Chico Mendes

Seringueiro desde criança, Chico Mendes, que aprendeu a ler entre 19 e 20 anos, tornou-se líder sindical em 1975 em Brasileia, no Acre. Ele participava ativamente das lutas dos seringueiros para impedir o desmatamento, organizando "empates" em sua região, ou seja, manifestações em que os trabalhadores protegiam as árvores com seus próprios corpos. Além disso, ele organizou várias ações em defesa da posse da terra pelos habitantes nativos. Por essa razão, desde o seu surgimento como líder seringueiro, sempre esteve sob ameaça de morte.

Chico Mendes defendeu a união dos povos da floresta por meio da criação de Reservas Extrativistas. Nessas áreas, os produtos florestais são coletados de forma sustentável, ou seja, sem danificar a floresta e seus recursos.

Em 1988 foram implantadas as primeiras Reservas Extrativistas no Estado do Acre, época em que Chico Mendes denunciava fortemente a exploração predatória da floresta e a violência dos fazendeiros contra os trabalhadores na região. No dia 22 de dezembro daquele ano, ele foi assassinado na porta dos fundos de sua casa, em Xapuri, no Acre.

Povos do Alto Xingu

Em 1945, os indigenistas Claudio e Orlando Villas Bôas passaram a viver entre os povos do Xingu. Como eles sabiam interagir bem com os políticos de diversas tendências, com os militares e com a mídia da época, puderam ajudar esses povos em suas causas. Por exemplo, Claudio e Orlando conseguiram vacinas e médicos frequentes para as aldeias após eles mesmos terem contaminado alguns indivíduos pelo primeiro contato. Perto do final do século 20, cada índio do Xingu possuía um acompanhamento médico como qualquer outro cidadão brasileiro.

O trabalho de resgate do orgulho indígena dos irmãos Villas Bôas teve um grande impacto na mídia nacional, o que contribuiu para que brasileiros mais instruídos entendessem melhor a realidade desses povos e promovessem a sua proteção.

Assim, em 1961, os povos do Xingu, apoiados pelos irmãos e alguns antropólogos, conseguiram estabelecer no alto Xingu uma reserva – o Parque Indígena do Xingu – somando 22 mil quilômetros quadrados de florestas e rios. Nas décadas seguintes, outras imensas áreas de reservas indígenas foram criadas.

Além disso, outros grupos indígenas – apoiados por antropólogos, indianistas, missionários da Teologia da Libertação e ativistas – passaram a formar as organizações de base comunitária para pressionar o governo brasileiro a garantir os direitos dos índios. Os caiapós, por exemplo, fizeram uma pressão persistente pelos direitos indígenas na Constituição Brasileira de 1988. Essa atividade política resultou na proteção legal de grandes áreas de floresta amazônica para seus habitantes, conhecidas como Terras Indígenas. Hoje elas representam 21% da Amazônia.

A partir do final da década de 1980, o governo passou a reduzir os incentivos para a agropecuária na Amazônia em resposta à pressão internacional. Também reduziu investimentos públicos para a expansão da infraestrutura na região. Entretanto, essas iniciativas foram enfraquecidas pela intensificação da ocupação da fronteira na Amazônia por meio de outra atividade predatória: a exploração madeireira de florestas nativas, ocasionando novamente o aumento do desmatamento, especialmente numa região conhecida como **Arco do Desmatamento**.

Arco do Desmatamento, região onde a fronteira agrícola avança em direção à floresta obtendo os maiores índices de desmatamento da Amazônia. O arco abrange do leste e sul do Pará em direção ao oeste, passando por Mato Grosso, Amazonas, Rondônia e Acre.

O *Boom* Madeireiro

Três fatores contribuíram para o *boom* madeireiro na Amazônia nas décadas de 1980 e 1990: a exaustão das florestas do Sul e Sudeste do Brasil, a abundância de florestas com pouca restrição para a extração predatória e a localização estratégica dos polos madeireiros em relação aos mercados doméstico e externo. Toda essa extração de madeira era feita de forma predatória. Uma situação que começou a ser transformada somente a partir de meados da década de 1990, quando o Brasil passou a exigir que os recursos florestais fossem aproveitados por meio do manejo florestal.

Faça uma pesquisa na biblioteca da sua cidade ou pela *internet* sobre manejo florestal.

Grandes projetos: minérios, estradas e hidrelétrias

Aumento do desmatamento e conflitos agrários

Boom da exploração madeireira

1960-1970

1980

1912

1940

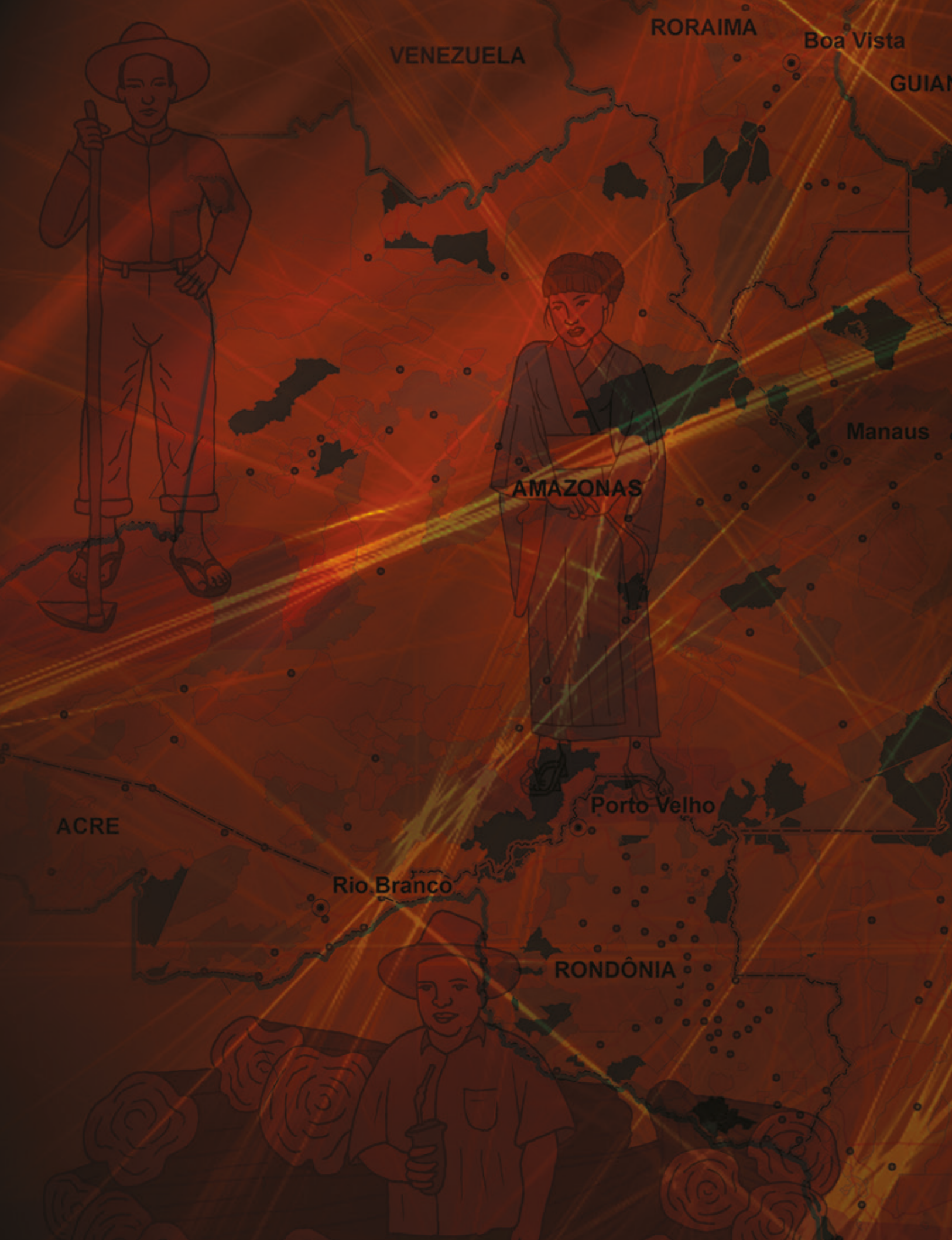
1988

1990

2004

Início de um novo ciclo de migração para a Amazônia

Morte de Chico Mendes


RORAIMA
Boa Vista
VENEZUELA
GUIAN
Manaus
AMAZONAS
Porto Velho
ACRE
Rio Branco
RONDÔNIA

Uma nova ocupação da AMAZÔNIA

Uma nova ocupação da AMAZÔNIA

Desde o relato de Carvajal, no século 16, a Amazônia tem cativado a atenção do mundo por suas riquezas naturais e diversidade cultural dos seus povos indígenas. A viagem de Orellana, em busca do El Dorado, povoou o imaginário europeu naquele período e atraiu para a região muitos aventureiros em busca de ouro e prata. Contudo, sem encontrar esses metais preciosos, os espanhóis perderam o interesse em grande parte da Amazônia, enquanto os portugueses persistiram e passaram a desenvolver na região atividades econômicas com base na coleta de drogas do sertão e agricultura.

A partir do século 17, início do processo de colonização portuguesa, houve várias tentativas para desenvolver a região. A colônia se manteve durante dois séculos graças à mão de obra escrava indígena, que foi intensamente explorada pelos colonos brancos nas atividades extrativistas, lavouras e nas construções. Nessa época, a Amazônia estava estreitamente ligada a Portugal e praticamente não mantia relações econômicas e sociais com o restante do Brasil.

A região viveu seu auge econômico somente a partir de meados do século 19 com o ciclo da borracha. Um testemunho dessa época são os majestosos teatros de Manaus e Belém. Essa fase áurea chegou ao fim no início do século 20, quando a borracha da Amazônia passou a ser substituída por aquela oriunda das plantações de seringueira no Sudoeste Asiático. Como resultado, a região enfrentou um período de estagnação econômica que durou até meados da década de 1960.

A década de 1960 inaugurou uma nova fase na história da Amazônia com a abertura de grandes estradas como a Be-

lém-Brasília ligando a região ao restante do Brasil. Na década seguinte, o governo militar da época ampliou o processo de ocupação com mais estradas (por exemplo, a Transamazônica) e forte apoio à colonização. Assim, pela primeira vez na história, a ocupação da Amazônia era feita a partir das estradas (não mais ao longo dos rios), as quais penetravam nas áreas mais altas – as florestas de terra firme –, ao invés das várzeas. Isso resultou em graves problemas ambientais e conflitos sociais em uma escala nunca vista na região.

O fato marcante da história recente da Amazônia é o desmatamento (corte raso da floresta). Embora a população indígena tenha habitado a região há 11000 a.C., o desmatamento foi extremamente pequeno e não deixou cicatrizes. De fato, até 1975, apenas uma área inferior a 1% da Amazônia havia sido desmatada. Porém, nas últimas quatro décadas, o desmatamento disparou, alcançando 20% do território em 2019 – uma área equivalente à soma dos territórios dos Estados de Minas Gerais e Paraná.

Perspectivas para a Amazônia no Século 21

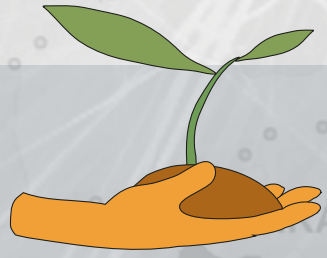
No final da década de 1980, o governo federal, cada vez mais pressionado pela opinião pública brasileira e internacional, iniciou tentativas de controle do desmatamento, que não tiveram êxito. A situação permaneceu fora do controle até 2004, quando o Brasil buscou melhorar a fiscalização e criou mais de 500 mil quilômetros quadrados de

novas **Unidades de Conservação** – uma área equivalente duas vezes ao Estado de São Paulo. O resultado desse esforço foi uma redução expressiva e surpreendente do desmatamento, que caiu de quase 28 mil quilômetros quadrados, em 2004, para cerca de 5,8 mil quilômetros quadrados em 2013. Contudo, a partir de 2014, essa tendência foi invertida e o desmatamento voltou a crescer. Por exemplo, entre agosto de 2018 e julho de 2019, o desmatamento na Amazônia aumentou quase 30% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Unidades de Conservação são espaços territoriais legalmente instituídos para a conservação da natureza e, em alguns casos, também para uso dos recursos naturais (visitação, turismo, extração de madeira, castanhas, cipós, entre outros).

Em 2020, os 25 milhões de habitantes da Amazônia estão em busca de um modelo de desenvolvimento que gere qualidade de vida (emprego, renda e igualdade social) em harmonia com a conservação dos recursos naturais. O desafio é grande, mas há oportunidades para que o novo modelo de desenvolvimento seja possível ao longo da próxima década. Isso porque a Amazônia possui grandes riquezas naturais, desde recursos florestais e animais, passando por depósitos minerais, até a imensidão de seus rios e lagos. Além disso, ela abriga uma diversidade de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais (seringueiros, castanheiros, pequenos pescadores, quebradeiras de coco babaçu, ribeirinhos, entre outros), bem como novos habitantes que chegaram na região a partir da década de 1960 – todos capazes de direcionar o futuro da Amazônia.

Grandes projetos: minérios, estradas e hidrelétrias



Criação de novas Unidades de Conservação na Amazônia

Boom da exploração madeireira

1912 • 1940 • **1960-1970** • 1980 • 1988 • 1990 • **2004**

Morte de Chico Mendes

A mescla de habitantes nativos e imigrantes formou as populações da Amazônia que hoje representam a cultura da região e são responsáveis por manter a floresta em pé para o seu próprio benefício. A população indígena, especificamente, tem uma grande importância ambiental, já que vive em grandes extensões de áreas protegidas e historicamente são aqueles que mantiveram o equilíbrio entre o homem e o meio ambiente por meio de práticas sustentáveis de uso da terra.

Bibliografia

Amazônia de A a Z. Fases da pré-história da Amazônia. Disponível em: www.portalamazonia.com. Acesso em: 28/10/2013.

Barreto, P.; Souza Jr., C.; Anderson, A.; Salomão, R. & Wiles, J. 2005. Pressão Humana no Bioma Amazônia. *O Estado da Amazônia 3, 4*. Belém: Imazon.

Brasil, K. & Farias, E. 2014. Comissão da Verdade: Ao menos 8,3 mil índios foram mortos na ditadura militar. Disponível em: https://amazoniareal.com.br/comissao-da-verdade-ao-menos-83-mil-indios-foram-mortos-na-ditadura-militar/http://comitedaverdade.blogspot.com/. Acesso em 6/3/2020.

Bunker, S. 1985. *Underdeveloping the Amazon*. Chicago: University of Chicago Press.

Cardoso, F. & Muller, G. 1977. *Amazônia: expansão do capitalismo*. São Paulo: Editora Brasiliense.

Celentano, D. & Veríssimo, A. 2007. O Avanço da Fronteira na Amazônia: do *Boom* ao Colapso. *O Estado da Amazônia - Indicadores 2*. Belém, Pará: Imazon.

Chan, C. Rewriting history: Ancient chinese discovered America, says author rare maps and growing evidence support theory of Chinese arrival thousands of years before Columbus. Disponível em: http://www.theepochtimes.com/n2/canada/chinese-found-in-america-24170.html. Acesso em: 28/3/2014.

Coslovski, V.S. 2006. The rise and decline of the Amazonian rubber shoe industry. A tale of technology, international trade, and industrialization in the early 19th century. Program in Science, Technology and Society. Massachusetts Institute of Technology, *Working Paper 39*.

Da Cunha, E. 2011. *Amazônia – Um paraíso perdido*. Organização: Tenório Telles. 2ª edição. Manaus: Editora Valer.

Dos Santos, F.J. 2010. *História do Amazonas*. 1ª edição. Rio de Janeiro: MEMVAVMEM.

Ferreira, S.K.M. & Morais, S. N. 2010. *População e meio ambiente na Amazônia Brasileira*. Disponível em: http://www.ebah.com.br/content/ABAAABDKwAC/amazonia. Acesso em: 29/7/2013.

Ferreira, R.A. 2008. *Viagem filosófica pelas Capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*. Memorias I – Antropologia. Estudo histórico: Adelino Brandão. Organização: Tenório Telles. 2ª edição. Manaus: Editora Valer.

Giron, L.A. Quem descobriu o Brasil foi Hong Bao. E o chinês Zheng He liderou a frota que mapeou o mundo 70 anos antes dos europeus. Disponível em http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG75620-6011-441,00.html. Acesso em: 2/4/2014.

Grandin, G. 2010. *Fordlândia. Ascensão e queda da cidade esquecida de Henry Ford*. Rio de Janeiro: Editora Rocco.

Hemming, J. 2009. *A fronteira amazônica: A derrota dos índios brasileiros*. Tradução de Antonio de Padua Danesi. São Paulo: Edusp.

Hemming, J. 2011. *Árvores de rios: A história da Amazônia.* Tradução de André Luiz Alvarenga. São Paulo: Editora Senac.*

Infográfico Chegada do Homem às Américas. Disponível em: http://pt.wikibooks.org/wiki/Civilizações_da_Antiguidade/Chegada_do_homem_às_Américas. Acesso em: 28/7/2013.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE. 2012. Os indígenas no Censo Demográfico 2010: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça. Disponível em http://indigenas.ibge.gov.br/images/indigenas/estudos/indigena_censo2010.pdf. Acesso em 20/4/2014.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE. 1974-2009. Efetivo dos rebanhos por tipo de rebanho. *Série Históricas e Estatísticas*. Disponível em: http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=1&op=0&vcodigo=PPM01&t=efetivo-rebanhos-tipo-rebanho. Acesso em: 25/7/2013.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE. 2003. Movimentos migratórios no Brasil: tempos e espaços. Escola Nacional de Ciências Estatísticas, *Textos para Discussão* 7. Disponível em: http://www.lep.ibge.gov.br/ence/publicacoes/textos_para_discussao/textos/texto_7.pdf . Acesso em: 30/7/2013.

Kampf, N. & Kern, D.C. 2003. O solo como registro da ocupacao humana pré-histórica na Amazônia. Disponível em: https://rosaluxspba.org/wp-content/uploads/2015/10/Dados-TPA-Top-V4-N7.pdf. Acesso em: 6/3/2020.

Mapas históricos e atuais. Disponível em: http://eucurtohistoria.wordpress.com/biblioteca/mapas/. Acesso em: 2/4/2014.

Medaglia, T. 2012. A Amazônia é uma floresta cultural. Entrevista com o arqueólogo Eduardo Neves em 26/3/2012. Disponível em: viajeaqui.abril.com.br. Acesso em: 28/10/2013.

Meirelles Filho, J. 2006. *O livro de ouro da Amazônia*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Ediouro.

Moog, V. 1983. *Bandeirantes e pioneiros - Paralelos entre duas culturas*. 14ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Ministério Público Federal. MPF. Relatório Figueiredo. Disponível em: http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/dados-da-atuacao/grupos-de-trabalho/violacao-dos-direitos-dos-povos-indigenas-e-registro-militar/relatorio-figueiredo. Acesso em: 6/3/2020.

Neto, B.M.J. 2012. *Escravidão negra no Grão-Pará (séculos XVII – XIX)*. 2ª edição. Belém: Editora Paka-Tatu.

Neves, G. E. 2000. O velho e o novo na arqueologia amazônica. *Revista USP* 44: 86-111. Disponível em: http://www.4shared.com/office/_A_pOS61/O_velho_e_o_novo_na_arqueologi.html?. Acesso em 28/10/2013.

No Amazonas é assim. Tudo sobre o Ciclo da Borracha – dos primórdios até 1920. Disponível em: http://noamazonaseassim.com.br/tudo-sobre-o-ciclo-da-borracha-dos-primordios-ate-1920. Acesso em: 26/3/2014.

Padre João Daniel, 1722-1776. 2004. *Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas*. Volume 2. Rio de Janeiro: Contraponto.

Paiva, M. & Canejo, M. A saga dos koutakuseis na Amazônia. Disponível em: http://revistaplaneta.terra.com.br/secao/reportagens/a-saga-dos-koutakuseis-na-amazonia. Acesso em: 2/4/2014.

Peixoto. F. A. Amazônia em números. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/07/090722_amazonia_numeros_fbdt.shtml. Acesso em: 25/3/2014.

Pereira, D.; Santos, D.; Vedoveto, M.; Guimaraes, J. & Veríssimo, A. 2010. *Fatos Florestais da Amazônia*. Belém: Imazon.

Pinheiro, U.J.A. 2007. Conflitos entre colonos e jesuítas na América portuguesa: 1600-1700. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas - Instituto de Economia. Campinas, SP. Disponível em: http://www.eco.unicamp.br/docdownload/teses/Joely%20Aparecida%20Ungaretti%20Pinheiro.pdf. Acesso em: 26/3/2014.

Prado Jr., C. 2000. *Formação do Brasil contemporâneo.* São Paulo: Brasiliense.

Santos, B. 1981. *Amazônia: potencial mineral e perspectiva de desenvolvimento*. São Paulo: T. A. Queiroz.

Souza, M. 2019. *História da Amazônia: do período pré-colombiano aos desafios do século XXI*. Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Record.

Souza Jr., C.; Brandão Jr., A.; Veríssimo, A. & Anderson, A. 2005. Avanço das Estradas Endógenas na Amazônia. *O Estado da Amazônia 1, 2*. Belém: Imazon.

Superintendência da Amazônia. Sudam. Demografia. Processo de povoamento. Disponível em: http://www.sudam.gov.br/amazonia-legal/demografia. Acesso em: 30/7/2013.

Veríssimo, A. 2012. Amazônia brasileira: O desafio de conciliar desenvolvimento e conservação. In A. Trigueiro (Ed.) *Mundo Sustentável 2: Novos rumos para um planeta em crise*. Rio de Janeiro: Globo S.A.

Veríssimo, A.; Rolla, A.; Vedoveto, M. & Futada, S. de M. 2011. Áreas Protegidas na Amazônia Brasileira: avanços e desafios. Belém/São Paulo: Imazon e ISA.

Wanderley, M.J.L. 2008. De escravos livres a castanheiros "presos": A saga dos negros no Vale do Trombetas**.** Disponível em: www.idesp.pa.gov.br/pdf/cachoeiraPorteira/DeEscravosLivresaCastanheiros.pdf. Acesso em: 28/10/2013.

Uol Últimas Notícias 13/1/2006. Mapa reforça teoria de que chinês se antecipou a Colombo. Disponível em: www.uol.com.br. Acesso em: 28/10/2013.
Tavares, S.C.C. 2008. A escrita jesuítica da história das missões no Estado do Maranhão e Grão-Pará (século XVII). Universidade do Estado do Rio de Janeiro/FFP. Disponível em: http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/celia_tavares.pdf. Acesso em: 26/3/2014.

Wikipedia. Arqueologia. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Arqueologia. Acesso em: 21/3/2014.

Wikipedia. D.José. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Jose_I_de_Portugal. Acesso em: 25/3/2014.

Zorzetto, R. Anna Curtenius Roosevelt: A arqueóloga das florestas. Disponível em: https://revistapesquisa.fapesp.br/2020/01/02/anna-curtenius-roosevelt-a-arqueologa-das-florestas/.Acesso em: 6/3/2020.

* A maior parte dos relatos apresentados em quadros coloridos neste livro foram extraídos das obras de Jonh Hemming.

A floresta habitada conta a história da Amazônia a partir do momento em que povos indígenas ocuparam o vale do rio Amazonas até os dias atuais. A maior floresta tropical do planeta tem fascinado pessoas do mundo inteiro desde o relato de Carvajal – que revelou uma região densamente povoada por sociedades indígenas diversas – passando pela cruel dizimação desses povos nos tempos coloniais até a formação de uma nova sociedade amazônica no século 20. A região, rica em recursos naturais e diversidade cultural, soma atualmente quase 25 milhões de habitantes, os quais possuem o grande desafio de desenvolver um modo de vida que promova a integração entre o homem e o meio ambiente.

ISBN 978-85-86212-57-4
9 788586 212574